



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

**Brasília – 2015**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN – TCU N° 63/2010, das Decisões Normativas – TCU N°s 134/2013 e 140/2014, alteradas pela Decisão Normativa – TCU N° 143/2015, da Portaria – TCU N° 90/2014 e da Portaria – CGU N° 522/2015.

**Brasília – 2015**

# SUMÁRIO

## SEÇÃO I

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
---	---

## SEÇÃO II

INTRODUÇÃO	7
------------	---

## SEÇÃO III

### DESENVOLVIMENTO

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	24
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	33
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	36
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	39
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	74
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	88
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	94
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	98
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	102
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	104
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	121
<b>SEÇÃO IV</b>	
RESULTADOS E CONCLUSÕES	124
ANEXOS	128

## RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	13
Quadro A.1.4 – Macroprocessos finalísticos	18
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	31
Quadro A.5.2.1 – Programa Temático	44
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	63
Quadro A.5.4 – Indicadores de desempenho	72
Quadro A.6.1.1 – Programação das Despesas	74
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	75
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	76
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.	77
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	77
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.	78
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	79
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	80
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	81
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	82
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	83
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	83
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	84
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	85
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos	86
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos	87
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	87
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	88
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	89
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	89
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal	91
Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	91
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	92
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários	93
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	96
Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	96
Quadro A.9.1 – Contratos na Área da Tecnologia da Informação em 2014	98
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental	102
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	104
Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes	105

de atendimento no exercício	
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	105
Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	119
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	119
Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	120
Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.	123

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão incorpora todos os atos praticados pela Agência Espacial Brasileira – AEB no exercício de 2014. O detalhamento das estratégias de atuação implementadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados encontra-se discorrido na Seção III.

O Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira – AEB de 2014 encontra-se estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 134 e 140 do exercício de 2014, alteradas pela Decisão Normativa TCU nº 143/2015 e da Portaria TCU nº 90/2014.

Em cumprimento às orientações do Anexo II da DN TCU nº 134/2014, a seguir estão indicados os itens e subitens que não constam do presente relatório, bem como as suas justificativas:

### D) Parte A – Conteúdo Geral

<b>Item 2</b>	<b>Subitem 2.5</b>
<b>Justificativa</b>	O conselho deliberativo da AEB não é remunerado. Portanto, não houve no exercício de 2014 qualquer pagamento aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

<b>Item 5</b>	<b>Subitem 5.5</b>
<b>Justificativa</b>	O subitem embora aplicável, informamos que não há conteúdo a ser declarado pela UJ no exercício de referência.

<b>Item 6</b>	<b>Subitem 6.2</b>
<b>Justificativa</b>	O subitem embora aplicável, informamos que não houve despesa efetuada pela UJ com publicidade e propaganda no exercício de referência.
	<b>Subitem 6.3</b>
<b>Justificativa</b>	A AEB nunca reconheceu passivo por insuficiência de crédito ou recurso financeiro. Não houve registro nas contas contábeis do órgão para a referida despesa no exercício de 2014.
	<b>Subitem 6.7</b>
<b>Justificativa</b>	O subitem não se aplica à UJ.
	<b>Subitem 6.8</b>
<b>Justificativa</b>	Não houve na AEB gestão de precatórios em 2014 e também não houve registro nas contas contábeis.

<b>Item 7</b>	<b>Subitem 7.3</b>
<b>Justificativa</b>	Não houve na AEB contratação de empresa beneficiada pela desoneração da folha de pagamento com base no art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

<b>Item 8</b>	<b>Subitem 8.3</b>
<b>Justificativa</b>	O subitem embora aplicável, informamos que não houve despesa efetuada pela UJ com a locação de imóveis de terceiros.

<b>Item 12</b>	<b>Subitem 12.2</b>
<b>Justificativa</b>	O subitem embora aplicável, informamos que não há conteúdo a ser declarado pela UJ no exercício de referência.
	<b>Subitens 12.5 a 12.8</b>
<b>Justificativa</b>	Os subitens não se aplicam à UJ.

<b>Item 13</b>	<b>Outras informações sobre a gestão</b>
<b>Justificativa</b>	Não verificamos a necessidade de acrescentar outras informações sobre a gestão para o exercício de 2014, considerando que nos itens pretéritos a UJ já abordou todos os assuntos pertinentes à área espacial.

Em 2014, a Política Espacial Brasileira se destacou com o importante trabalho de integração, testes, campanha de lançamento e lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-4, a partir do sítio de lançamento de Taiyuan na China, realizado em 7 de dezembro de 2014. Este novo satélite deverá produzir dados e informações que serão utilizados pelo Governo para monitorar os setores agrícolas, florestal e no controle do meio ambiente, restabelecendo a capacidade nacional para a produção de imagens de sensoriamento remoto, interrompida em 2010 com o encerramento das atividades do satélite CBERS-2B.

Paralelamente, importantes esforços foram desenvolvidos com vistas à consolidação do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022, que propõe a continuidade do Programa da família CBERS. Neste sentido, a Agência Espacial Brasileira (AEB) firmou com a Administração Nacional Espacial da China (CNSA) uma Carta de Intenções, no dia 9 de dezembro de 2015, para a construção do satélite CBERS-4A, a ser lançado em 2017, realizar estudos para desenvolver nova geração de satélites, e cooperar nas aplicações de dados de satélites.

No campo do desenvolvimento de missões espaciais, destacam-se a conclusão dos estudos comparativos de soluções para o Sistema de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-Hidro) e a aprovação, pelo Grupo de Trabalho Brasil-Argentina, da definição da Missão e o início do Projeto Preliminar do satélite SABIA-Mar. O SCD-Hidro é essencial para a modernização e ampliação de rede de coleta de dados hidrometeorológicos, necessária para apoiar as políticas nacionais para o setor hídrico e de prevenção de desastres naturais. O SABIA-Mar objetiva a observação dos oceanos, da zona costeira e de águas interiores da América do Sul, com aplicações principais no estudo do ciclo de carbono, da biosfera marinha, da identificação de zonas potenciais de pesca, e para a detecção de eventos como vazamento de petróleo, entre outras.

Quanto aos micro e nano satélites, em junho de 2014, lançou-se com êxito o primeiro Cubesat brasileiro, o NanosatC-Br1, com a missão de coletar dados do campo magnético terrestre, principalmente na região da Anomalia Magnética do Atlântico Sul (Amas) e do setor Brasileiro do Eletrojato Equatorial Ionosférico. Destacam-se, ainda, o desenvolvimento dos satélites AESP-14, UbatubaSat, ITASAT, NanosatC-Br2 em continuidade ao Br1, e Serpens, todos com lançamentos previstos para 2015.

Nos esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço, destacam-se: i) a efetivação de acordo espacial com a Agência Espacial Alemã (DLR), para que o Brasil atenda ao cronograma de lançamento do experimento alemão SHEFEX-3; e ii) o apoio às atividades de desenvolvimento e preparação do VLS-1, com a Operação Santa Bárbara I (integração da rede elétrica e testes no Centro de Lançamento de Alcântara – CLA) e a Operação Santa Bárbara II (lançamento do protótipo VSISNAV do VLS-1, a partir do CLA), para 2015.

No domínio das tecnologias críticas, destaca-se a formação de profissionais brasileiros na França, como parte do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

# RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – EXERCÍCIO DE 2014

## SEÇÃO I

### 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

#### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual		
<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Código SIORG: 1988	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
Denominação Completa: Agência Espacial Brasileira		
Denominação Abreviada: AEB		
Código SIORG: 4243	Código LOA: 24205	Código SIAFI: 203001
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 86.900.545/0001-70
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia		Código CNAE: 7210-0
Telefones/Fax de contato: (061) 3411-5500		
Endereço Eletrônico: presidencia@aeb.gov.br		
Página na Internet: <a href="http://www.aeb.gov.br">http://www.aeb.gov.br</a>		
Endereço Postal: SPO - Quadra 3 - Bloco "A" - 2º Andar - CEP. 70.610-200		
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 8.854, de 10.2.1994		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decretos nºs 4.718/2003 e 6.129/2007		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
Código SIAFI	Nome	
240106	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE	
120013	Centro de Lançamento de Alcântara - CLA	
120015	Centro de Lançamento de Barreira do Inferno - CLBI	
120016	Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos - GIA/SJC	
443003	Gerência de Orçamento e Finanças - SAF/ANA	
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
Código SIAFI	Nome	
99999		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
203001		20402
240106		00001
120013		00001
120015		00001
120016		00001
443003		44205



## SEÇÃO III

### DESENVOLVIMENTO

#### 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil, foi criada em 10 de fevereiro de 1994 e está atualmente vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. As suas competências estão definidas na Lei nº 8.854/94, tendo como finalidade a promoção e o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

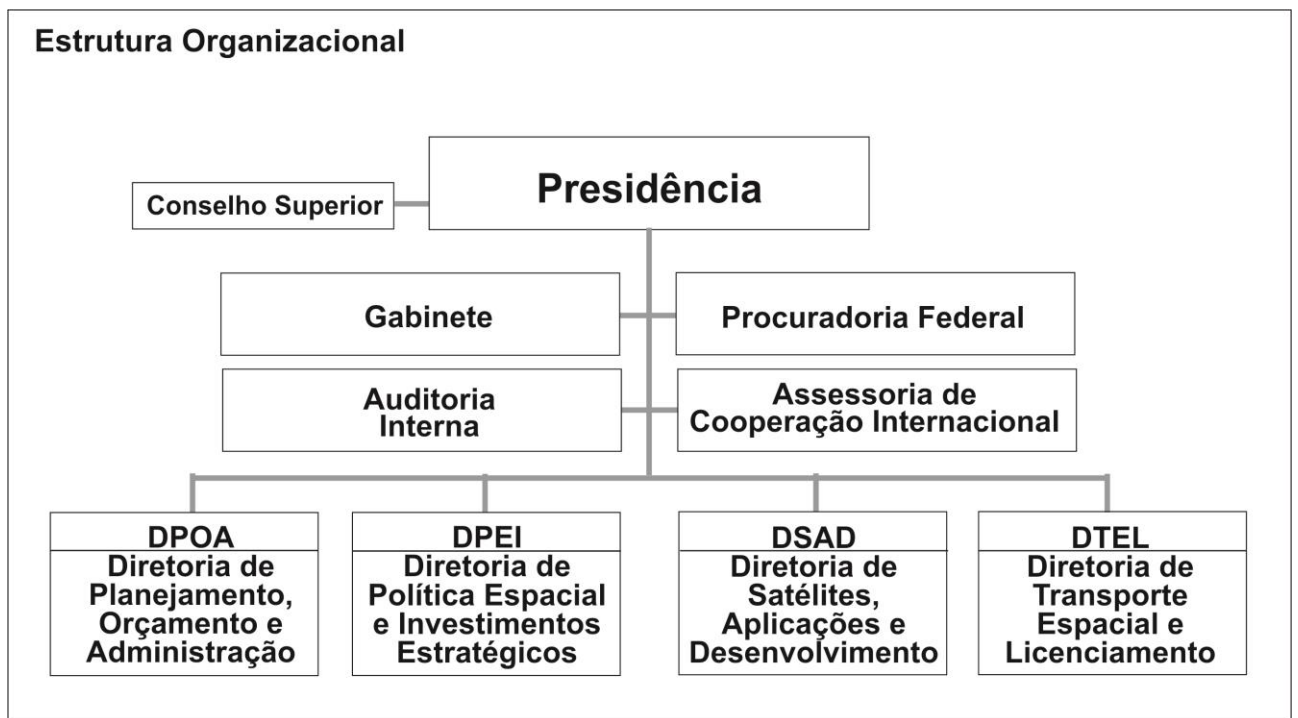
Mais especificamente, a lei define, em seu Art. 3º, as seguintes competências:

- a. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- b. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- c. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;
- d. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- e. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- f. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- g. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- h. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;
- i. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;
- j. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;
- k. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;
- l. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- m. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- n. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

As ações do programa são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial que lhe possibilite atuar com real autonomia;
- Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais, bem como de meios, técnicas e infraestrutura de solo correspondentes, que venham propiciar ao Brasil a disponibilidade de serviços e informações de sua necessidade ou interesse;
- Adequação do setor produtivo brasileiro para participar e adquirir competitividade em mercados de bens e serviços espaciais.

### 1.3 Organograma Funcional



A estrutura organizacional da AEB foi aprovada pelo Decreto nº 4.718, de 04 de junho de 2003. As competências de suas áreas encontram-se listadas abaixo.

#### **PRESIDÊNCIA**

À Presidência compete coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.

#### **CONSELHO SUPERIOR**

- Apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República;
- Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução;
- Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
- Apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do SNAE;
- Apreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais;
- Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial;

- Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e
- Deliberar sobre outras matérias.

### **GABINETE**

- Assistir ao Presidente da AEB em sua representação social e política;
- Incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social;
- Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB; e
- Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico da AEB no Congresso Nacional.

### **PROCURADORIA FEDERAL**

- Representar judicial e extrajudicialmente a AEB;
- Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

### **ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

- Compete, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, propor, coordenar e promover ações de cooperação internacional e, quando pertinente, avaliar e supervisionar instrumentos internacionais de cooperação e de aquisição de bens e serviços e participar das negociações bilaterais e multinacionais de interesse da área espacial.

### **AUDITORIA INTERNA**

- Compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:
- Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;
- Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância; e
- Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

### **DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – DPOA**

- Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISF, de Serviços Gerais - SIGG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal;
- Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual; e
- Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

## **DIRETORIA DE POLÍTICA ESPACIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS – DPEI**

- Atuar na elaboração de propostas de atualização da PNDAE e na elaboração e atualização do PNAE;
- Implementar, coordenar e supervisionar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e das atividades do PNAE;
- Identificar e analisar oportunidades estratégicas de investimento no setor espacial e articular a captação de recursos para seu financiamento; e
- Realizar estudos e análises pertinentes à área espacial.

## **DIRETORIA DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – DSAD**

- Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos à satélites espaciais, cargas úteis e suas aplicações, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;
- Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;
- Promover a integração de instituições de ensino e pesquisa nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de interesse da área espacial; e
- Promover a capacitação de recursos humanos para atuação em atividades espaciais.

## **DIRETORIA DE TRANSPORTE ESPACIAL E LICENCIAMENTO – DTEL**

- Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos a foguetes, veículos lançadores e centros de lançamento, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;
- Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;
- Promover iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais;
- Atuar na elaboração e aplicação de normas pertinentes às atividades espaciais; e
- Coordenar a concessão de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais, bem como a fiscalização dessas concessões e autorizações.

<b>Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas</b>				
<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos - DPEI	Atualização do PNDAE e PNAE, avaliar os projetos e atividades do PNAE, analisar as oportunidades de investimento e realizar estudos da área espacial	Petrônio Noronha de Souza	Diretor	01.1.2014 a 31.12.2014
Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD	Implementar, coordenar e supervisionar os satélites, transferência de tecnologia para o setor produtivo, integração instituições e capacitação de recursos humanos	Carlos Alberto Gurgel Veras	Diretor	01.1.2014 a 31.12.2014
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento - DTEL	Implementar, coordenar e supervisionar os foguetes lançadores, transferência de tecnologia para o setor produtivo, comercialização de bens e serviços, aplicação de normas e demais licenciamentos das atividades espaciais.	Ricardo Douglas Baia Lira	Diretor-Substituto	01.1.2014 a 30.3.2014
		Marco Antônio Vieira Rezende	Diretor	31.3.2014 a 31.12.2014

#### **1.4 Macroprocessos Finalísticos**

A AEB opera por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no Art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a AEB, bem como as atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional.

Os principais macroprocessos finalísticos da AEB, relacionados com a razão da sua existência, são num total de seis (6). Os macroprocessos finalísticos, assim como as competências legais correspondentes, os principais produtos e serviços e os principais atores responsáveis pela sua condução, dentro da estrutura organizacional formal da AEB, estão resumidos a seguir:

##### **Macroprocesso Finalístico 1 – Formulação e Atualização da Política Espacial**

###### **Competências atribuídas em Lei:**

II. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e as diretrizes para a sua consecução.

III. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias.

###### **Principais Produtos/Serviços:**

- Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) avaliada e atualizada.
- Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) – plano decenal (estratégico de longo prazo) avaliado e atualizado.
- Plano Plurianual (PPA) formulado, de forma articulado e integrado com a PNDAE/PNAE.

- Planos de ação do setor espacial integrados na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI/MCTI) e na Política de Desenvolvimento Industrial (PBM/MDIC).

#### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as Diretorias da AEB, com o Conselho Superior da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do Sistema Nacional de Atividades Espaciais (SINDAE), Ministérios, Indústria e Academia, para harmonizar e validar as propostas de atualização das políticas, objetivos e diretrizes estratégicos do programa espacial, bem como o seu alinhamento com outras políticas governamentais.

### **Macroprocesso Finalístico 2 – Coordenação e Acompanhamento da Execução das Atividades do SINDAE**

Competências atribuídas em Lei:

- I. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes.
- VIII. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais.
- XI. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos.

#### **Principais Produtos/Serviços:**

- Projetos de desenvolvimento estruturados, contratados, avaliados e implementados para o desenvolvimento de satélites e suas aplicações, veículos lançadores e infraestruturas associadas, assim como o avanço no domínio das tecnologias críticas.
- Contratos de desenvolvimento com a indústria estabelecidos e implementados.
- Termos de Execução Descentralizada de Crédito (TED) para INPE e DCTA estabelecidos e implementados para o desenvolvimento de sistemas e aplicações espaciais, em conjunto com a indústria.

#### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido prioritariamente pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) e pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), e pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em projetos na fase inicial de concepção, que se articulam com os principais órgãos setoriais de execução do SINDAE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTI e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/ComAer/MD), empresas nacionais do setor espacial e setor acadêmico para fazer cumprir a política espacial, promovendo e concretizando a execução dos projetos espaciais estabelecidos no PNAE, por meio de contratos, convênios ou descentralização de créditos.

## **Macroprocesso Finalístico 3 – Fomento a Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de interesse para o setor espacial**

### **Competências atribuídas em Lei:**

VII. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial.

IX. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial.

X. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Projetos de pesquisa contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.
- Projetos de formação e capacitação de RH contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.
- Parcerias articuladas e formadas com institutos de pesquisa e academia, bem como com órgãos de fomento a pesquisa e inovação.

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) que se articula com a academia e institutos de pesquisa para contratação e execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de interesse para o setor espacial, bem como agências de fomento a pesquisa e formação e desenvolvimento de pessoal, tais como a FINEP, CNPq e CAPES, para ampliar o apoio no desenvolvimento de novas competências e de capital humano, bem como a capacidade do país no desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas para o programa espacial.

## **Macroprocesso Finalístico 4 – Fomento das Relações Internacionais e Concertação das Ações**

### **Competências atribuídas em Lei:**

IV. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior.

V. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução.

VI. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Apoio às decisões institucionais sobre propostas de cooperação internacional.
- Acompanhamento da execução de Acordos e outros instrumentos de cooperação internacional.
- Promover o intercâmbio com instituições de outros países, governamentais e/ou privadas, sejam empresas, institutos de pesquisa, embaixadas ou organismos internacionais.
- Organizar reuniões/conferências com contrapartes estrangeiros, empresas privadas, embaixadas ou agências governamentais.

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Assessoria de Cooperação Internacional que se articula com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como instâncias principais de orientação da política de cooperação internacional governamental.

## **Macroprocesso Finalístico 5 – Promoção do Desenvolvimento Industrial e Comercial de Produtos e Serviços Espaciais**

### **Competências atribuídas em Lei:**

XII. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Formulação de estratégias e propostas de ações para estimular a comercialização de produtos e serviços espaciais visando o maior desenvolvimento da indústria e do mercado nacional espacial.
- Análises de propostas e apoio a eventos comerciais no país ou exterior.
- Identificação e proposição de fontes de financiamento ou parcerias comerciais nacionais ou internacionais

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as demais Diretorias da AEB (DSAD e DTEL), com os Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), empresas nacionais do setor espacial e instituições de financiamento (FINEP e BNDES), buscando estimular e ampliar o mercado de comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da indústria nacional. No caso específico das atividades da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que trata dos serviços comerciais de lançamento, a coordenação é realizada pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL).

## **Macroprocesso Finalístico 6 – Certificação, Normalização e Fiscalização das Atividades Espaciais**

### **Competências atribuídas em Lei:**

XIII. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais.  
XIV. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Produção e atualização das normas de segurança para o setor espacial.
- Expedição de licenças/certificações/autorizações para atividades espaciais no país.
- Fiscalização das atividades espaciais no país.



## **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) que se articula com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto de Fomento Industrial (IFI/DCTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO/MDIC) para atuarem na produção das normas e fiscalização das atividades espaciais no país.

## **Principais Parceiros/Clientes**

Os principais parceiros/clientes da AEB são todos externos. No papel de desenvolvedores e fornecedores de produtos e serviços para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) estão o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA/ComAer/MD), definidos no Decreto nº 1.953/96, que instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), como os principais órgãos setoriais de execução do programa.

Neste papel, colocam-se também, como parceiras/clientes, as indústrias nacionais do setor espacial (tais como Omnisys, Cenic, Fibraforte, Mectron, Equatorial, Comsys, Optoeletrônica, Kepler, AEL, dentre outras), representadas pela sua Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB).

Outra importante parceria ocorre com a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), constituída em 2006 por força do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia em 2003, para explorar serviços de lançamento comercial a partir de Alcântara, bem como a empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., constituída em 2012, mediante parceria entre a Telebrás e a Embraer, para prover, como “prime-contractor”, a aquisição, o lançamento, a construção da infraestrutura terrestre e a capacitação para a operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), destinado a atender às demandas do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e das comunicações militares em Banda X.

Ainda no contexto do SGDC, em 2013 foi estabelecida uma importante parceria entre a AEB e a empresa franco-italiana Thales Alenia Space (TAS), escolhida para fornecer o satélite. Cabe à AEB, por força do Decreto nº 7.769/2012, coordenar, monitorar e avaliar os resultados do plano de absorção e transferência de tecnologia elaborada durante a fase de seleção das empresas. A cedente das tecnologias a serem transferidas para o Brasil é a mesma empresa fabricante do satélite (TAS), com a qual a AEB firmou ao final de 2013 um Memorando de Entendimento (MoU) para disciplinar o processo.

Na qualidade de usuários dos serviços espaciais, tem-se como principais parceiros o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o SIPAM/SIVAM e a Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional – SEDEC/MI, além de inúmeras empresas, organizações governamentais e do terceiro setor que fazem uso de imagens e outros produtos gerados a partir das aplicações espaciais.

Como fomentadores e financiadores das atividades de PD&I e de formação e aperfeiçoamento de pessoal, a AEB tem ainda como importantes parceiros a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos de interesse para o programa espacial, a AEB tem também como parceiras as instituições acadêmicas tais como ITA, USP, UFMA, UNB, UFSC, UFMG, UFABC, UNIVAP, dentre outras, representadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que apesar de não estar expresso no Decreto de criação do SINDAE, fazem parte do importante elo na cadeia produtiva de conhecimentos para o setor espacial.

No campo da normatização e fiscalização, a AEB conta, por fim, como principais parceiros/clientes a ABNT, o IFI/DCTA, o INPE/MCTI e o INMETRO/MDIC, que, juntamente com outros laboratórios de acreditação e análise de conformidades, contribuem para a produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial.

**Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Formulação e Atualização da Política Espacial	O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as Diretorias da AEB, com o Conselho Superior da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do Sistema Nacional de Atividades Espaciais (SINDAE), Ministérios, Indústria e Academia, para harmonizar e validar as propostas de atualização das políticas, objetivos e diretrizes estratégicos do programa espacial, bem como o seu alinhamento com outras políticas governamentais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) avaliada e atualizada.</li> <li>Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) – plano decenal (estratégico de longo prazo) avaliado e atualizado.</li> <li>Plano Plurianual (PPA) formulado, de forma articulado e integrado com a PNDAE/PNAE.</li> <li>Planos de ação do setor espacial integrados na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI/MCTI) e na Política de Desenvolvimento Industrial (PBM/MDIC).</li> </ul>	<p>Governo (MCTI, MD, MMA, MDIC, MRE)</p> <p>Sociedade em geral (Usuários das Aplicações Espaciais)</p> <p>Principais Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.</p>	<p>Alta Direção da AEB</p> <p>Conselho Superior da AEB</p>
Coordenação e Acompanhamento da Execução das Atividades do SINDAE	O macroprocesso é conduzido prioritariamente pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) e pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), e pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em projetos na fase inicial de concepção, que se articulam com os principais órgãos setoriais de execução do SINDAE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTI e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/ComAer/MD), empresas nacionais do setor espacial e setor acadêmico para fazer cumprir a política espacial, promovendo e concretizando a execução dos projetos espaciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos de desenvolvimento estruturados, contratados, avaliados e implementados para o desenvolvimento de satélites e suas aplicações, veículos lançadores e infraestruturas associadas, assim como o avanço no domínio das tecnologias críticas.</li> <li>Contratos de desenvolvimento com a indústria estabelecidos e implementados.</li> <li>Termos de Execução Descentralizada de Crédito (TED) para INPE e DCTA estabelecidos e implementados para o desenvolvimento de sistemas e aplicações espaciais, em conjunto</li> </ul>	Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.	Alta Direção da AEB

	estabelecidos no PNAE, por meio de contratos, convênios ou descentralização de créditos.	com a indústria.		
Fomento a Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de interesse para o setor espacial.	O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) que se articula com a academia e institutos de pesquisa para contratação e execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de interesse para o setor espacial, bem como agências de fomento a pesquisa e formação e desenvolvimento de pessoal, tais como a FINEP, CNPq e CAPES, para ampliar o apoio no desenvolvimento de novas competências e de capital humano, bem como a capacidade do país no desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas para o programa espacial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de pesquisa contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.</li> <li>• Projetos de formação e capacitação de RH contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.</li> <li>• Parcerias articuladas e formadas com institutos de pesquisa e academia, bem como com órgãos de fomento a pesquisa e inovação.</li> </ul>	Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.	Alta Direção da AEB
Fomento das Relações Internacionais e Concertação das Ações	O macroprocesso é conduzido pela Assessoria de Cooperação Internacional que se articula com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como instâncias principais de orientação da política de cooperação internacional governamental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio às decisões institucionais sobre propostas de cooperação internacional.</li> <li>• Acompanhamento da execução de Acordos e outros instrumentos de cooperação internacional.</li> <li>• Promover o intercâmbio com instituições de outros países, governamentais e/ou privadas, sejam empresas, institutos de pesquisa, embaixadas ou organismos internacionais.</li> <li>• Organizar reuniões / conferências com contrapartes estrangeiros, empresas privadas, embaixadas ou agências governamentais.</li> </ul>	Governo (MRE, MCTI)  Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.	Alta Direção da AEB
Promoção do Desenvolvimento Industrial e Comercial de Produtos e Serviços Espaciais	O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as demais Diretorias da AEB (DSAD e DTEL), com os Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), empresas nacionais do setor espacial e instituições de financiamento (FINEP e BNDES), buscando estimular e ampliar o mercado de comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formulação de estratégias e propostas de ações para estimular a comercialização de produtos e serviços espaciais visando o maior desenvolvimento da indústria e do mercado nacional espacial.</li> <li>• Análises de propostas e apoio a eventos comerciais no país ou exterior.</li> <li>• Identificação e proposição de fontes de financiamento ou parcerias comerciais nacionais ou</li> </ul>	Principais órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, incluindo indústria e academia.	Alta Direção da AEB

	indústria nacional. No caso específico das atividades da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que trata dos serviços comerciais de lançamento, a coordenação é realizada pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL).	internacionais.		
--	---	-----------------	--	--

#### 1.4.1 Macroprocessos de Apoio

Os principais macroprocessos de apoio às atividades finalísticas da AEB estão associados com as atribuições de suas diversas unidades de caráter administrativo, controle e apoio, estabelecidas no Regimento Interno da Agência, sendo grande parte delas de responsabilidade da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA.

##### Macroprocesso de Apoio 1 – Gestão de Pessoal

###### Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

###### Principais Produtos/Serviços:

- Programa de capacitação e desenvolvimento de Pessoal.
- Programa de Qualidade de Vida.
- Administração de Pessoa: Cadastro, Folha de Pagamento, Aposentadoria, Férias e Benefícios.
- Processo de Avaliação de Desempenho.

###### Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Recursos Humanos – CRH que atua junto à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG para dirimir os assuntos do pessoal civil lotado na AEB, bem como desenvolve e promove programas voltados para o desenvolvimento e capacitação do seu pessoal.

##### Macroprocesso de Apoio 2 – Gestão da Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

###### Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal.

Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

###### Principais Produtos/Serviços:

- Formulação de propostas orçamentárias anuais.
- Planejamento da execução orçamentária, segundo os limites orçamentários autorizados pela setorial do MCTI.
- Descentralização de crédito e liberação financeira para os órgãos executores do

PNAE (INPE e DCTA).

- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira do orçamento descentralizado e na própria AEB.
- Pagamento de fornecedores.
- Pagamento de pessoal, diárias e ajuda de custo.
- Contabilidade, convênios e prestação de contas.

#### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação Orçamentária e Financeira – COF em articulação com a Coordenação de Planejamento e Modernização – CPM, que, por sua vez, atuam com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do MPOG e Secretaria de Planejamento Orçamentária e Administração – SPOA do MCTI, na condução dos assuntos orçamentários e financeiros. Articulam-se também com as Diretorias finalísticas da AEB e os órgãos executores do PNAE, visando a boa execução orçamentária e financeira dos projetos.

### **Macroprocesso de Apoio 3 – Planejamento, Modernização Institucional e Gestão da Tecnologia de Informação**

#### **Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:**

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISPI, de Planejamento e de Orçamento Federal.

Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual.

Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

#### **Principais Produtos/Serviços:**

- Planejamento orçamentário e institucional.
- Estudo, formulação e implementação de propostas de modernização institucional.
- Formulação e implementação do Plano Diretor de TI.
- Administração da rede de dados, internet e intranet.

#### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Planejamento e Modernização – CPM que atua com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MCTI, bem como com diversas unidades da AEB na condução dos assuntos relacionados com modernização institucional e TI.

## **Macroprocesso de Apoio 4 – Logística Operacional**

### **Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:**

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais – SISG.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Licitação e compras.
- Controle e fiscalização dos contratos administrativos.
- Controle e manutenção patrimonial.
- Controle e gestão documental.

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Recursos Logísticos – CRL que atua em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e unidades da AEB na condução e utilização dos sistemas de apoio logístico.

## **Macroprocesso de Apoio 5 – Comunicação Social**

### **Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:**

Organizar, editar, publicar e divulgar material de interesse da AEB nos meios de comunicação e nos eventos técnico-científicos.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Releases de notícias e de notas técnicas.
- Revista semestral Espaço Brasileiro.
- Boletim mensal Espaço Brasileiro (eletrônico).
- Clipping diário de notícias (eletrônico).
- Criação e edição de folders e de outras publicações.
- Apoio à criação e edição de material de uso educacional.
- Apoio à organização e coordenação de cursos, seminários, oficinas e simpósios.
- Planejamento, coordenação, montagem e atendimento de exposições técnicas e de eventos.
- Manutenção e atualização das exposições do pátio externo e espaço interno.

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Comunicação Social da AEB, subordinada ao Gabinete/PR, articulando-se com as diretorias finalísticas, a imprensa e outros meios de comunicação para divulgar o programa espacial brasileiro, de acordo com o plano de comunicação da instituição.

## **Macroprocesso de Apoio 6 – Procuradoria Jurídica**

### **Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:**

Representar judicial e extrajudicialmente a AEB.

Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Análise de processo para emissão de pareceres jurídicos.

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Procuradoria Jurídica junto a AEB, que se articula com as demais unidades internas da AEB.

## **Macroprocesso de Apoio 7 – Auditoria e Controle**

### **Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:**

Examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:

Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB.

Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância.

Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

### **Principais Produtos/Serviços:**

- Emissão de notas técnicas.
- Análise dos processos de despesas.

### **Condução do Macroprocesso:**

O macroprocesso é conduzido pela Auditoria Interna da AEB, que se articula com as demais unidades internas da AEB.

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 2.1 Descrição das estruturas de governança

Estrutura Orgânica de controle da Auditoria Interna conforme Regimento Interno da Agência Espacial Brasileira:

Art. 14. À Auditoria Interna – AIN compete:

I - examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos;

II - verificar a regularidade na execução dos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa;

III - analisar a execução física e financeira de contratos, convênios, acordos, ajustes e demais documentos de compromisso firmados pela AEB;

IV - acompanhar a legislação, normas, instruções e diretrizes pertinentes, divulgando-as, orientando quanto a sua aplicação e verificando seu fiel cumprimento;

V - promover inspeções regulares para verificar e execução física e financeira dos programas, projetos e atividades;

VI - executar auditorias extraordinárias, determinadas pelo Presidente da AEB; e

VII - apoiar a realização de inspeções, auditorias e demais procedimentos de controle externo.

#### **Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:**

A Auditoria Interna da AEB é uma unidade de controle que, entre as várias atribuições, assessora o Presidente nas suas ações institucionais, conforme Organograma abaixo:





Conforme o Capítulo IV - Seção III, Artigo 10 do Decreto nº 4.718, de 04 de junho de 2003, à Auditoria Interna compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:

I – verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;

II – examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto a sua observância; e

III – promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

Em atendimento à Recomendação da CGU, dos Achados de Auditoria de nº 201306049, o Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB emitiu a Ordem de Serviço de Nº 02, datada de 24/12/2013, regulamentando a atuação da Auditoria Interna no âmbito da AEB, possibilitando, assim, o desenvolvimento das suas atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 4.718/03:

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, de 24 de dezembro de 2013.

Regulamenta a atuação da Auditoria Interna – AIN no âmbito da Agência Espacial Brasileira – AEB.

O PRESIDENTE da AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, e tendo em vista a recomendação contida na Constatação 4.1.1.3, Recomendação 1 dos Achados de Auditoria nº 201306049, resolve:

Art. 1º Autorizar à Auditoria Interna o acesso irrestrito a registro de pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias;

Art. 2º Estabelecer que as áreas desta Agência apresentem, tempestiva e obrigatoriamente, informações solicitadas pela Auditoria Interna;

Art. 3º Permitir que a Auditoria Interna possa obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;

Art. 4º Vedar o envolvimento dos auditores internos em atividades que caracterizam participação na gestão;

Art. 5º As dúvidas surgidas na aplicação desta Ordem de Serviço serão dirimidas pelo Auditor Chefe;

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno.

**JOSE RAIMUNDO BRAGA COELHO**

## **2.2 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria-interna, especialmente sobre:**

### **a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;**

A atuação da unidade central à estratégia foi no cumprimento do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2014.

### **b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;**

#### **TRABALHOS REALIZADOS em conformidade com o PAINT 2014**

1. Acompanhamento do Plano de Providências Permanente – PPP
2. Atendimento aos questionamentos da CGU – jan/dezembro
3. Elaboração e entrega do RAIN – março
4. Auditoria em Contratos e Licitações – março/abril
5. Auditoria na FUNDEP – 19 a 23 de maio
6. Auditoria na FUNCATE – 04 a 08 de agosto
7. Elaboração e entrega do PAINT - outubro
8. Auditoria no LSI-Tec – 03 a 07 de novembro
9. Auditoria na Contabilidade, Almoxarifado e Patrimônio – nov/dez
10. Assessoramento técnico das Unidades da AEB:

- Gestão de Risco
- Questionário de Governança do TCU
- Agenda 120 dias – Casa Civil

### **c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;**

#### **INFORME: PAINT 2014**

#### **AÇÃO Nº 1 – AUDITORIA DE ALMOXARIFADO**

#### **AÇÃO Nº 2 – AUDITORIA NO SETOR DE PATRIMÔNIO**

#### **AÇÃO Nº 5 – ASSESSORAMENTO TÉCNICO**

Realizamos auditoria na DPOA, em cumprimento às ações 1, 2 e 5 estabelecidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – **PAINT/2014**. As auditorias foram nas despesas realizadas pelo Cartão de Pagamento do Governo Federal, na execução orçamentária (inscrições de restos a pagar, exercício 2013), e nos controles de registros e estoques de materiais de consumo, permanente e patrimônio. Foi analisado o levantamento do Inventário Físico do exercício de 2014, com a finalidade de avaliar quanto à fidedignidade dos registros por meio de verificação da existência física dos bens de acordo com os termos de responsabilidade e, ainda, verificar o armazenamento e destino de bens inservíveis, como também fornecer análises, apreciações, orientações, pareceres, recomendações e informações acerca da execução pertinentes à Gestão.

**SINTESE DOS RESULTADOS:** Concluída a auditoria das ações 1, 2 e 5 do PAINT AIN/AEB/2014, verificou-se que toda documentação solicitada através de Solicitação de Auditoria foi apresentada no prazo estabelecido e se encontra devidamente organizada e de fácil identificação dos comprovantes referentes à gestão dos recursos, conforme Relatório 005/2014.

**CONCLUSÃO FINAL:** Não foi constatada irregularidade na execução dos recursos e dos controles realizados pela Agência Espacial Brasileira.

Em atendimento ao disposto ao art. 4º da Instrução Normativa nº 07, de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União, alterado pela Instrução Normativa nº 09, de 14 de novembro de 2007, foi encaminhado à CGU, para apreciação, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT da Auditoria Interna/AEB, para o exercício de 2015.

### **AÇÃO Nº 3 – Auditoria em Processos Licitatórios incluindo, se for o caso, os Contratos Administrativos vinculados aos certames.**

#### **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 001/2014 - Licitação e Contrato**

**Unidade Auditada:** Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA

**Período de Apuração:** 02/01/2014 a 31/03/2014.

**ESCOPO:** Em cumprimento ao “**Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT-2014**”, apresentamos o Relatório de Auditoria que trata dos exames realizados sobre os atos e fatos praticados no período de 02 de janeiro a 31 de março de 2014, no âmbito da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA.

Realizamos a auditoria na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, em cumprimento a ação nº 03, estabelecida no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – **PAINT/2014**, para acompanhamento do processo licitatório e seu contrato administrativo se for o caso.

Os exames foram realizados por amostragem, na extensão julgada necessária, nas circunstâncias apresentadas, tendo como critério a data de vencimento, foram selecionados os contratos em vigor, com o término previsto até ou após o final do exercício de 2014 e de acordo com as normas de auditoria aplicáveis a Administração Pública Federal, com o objetivo de expressar opinião sobre a propriedade dos atos e fatos praticados no âmbito da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA.

**SINTESE DOS RESULTADOS:** Dos exames realizados nos procedimentos licitatórios acima discriminados, verificamos a regularidade dos atos, restando apenas as Constatações e Recomendações, que foram apresentadas justificativas para atendimento das Recomendações constantes do presente Relatório 001/2014.

**CONCLUSÃO FINAL:** Concluído o exame das justificativas apresentadas, para atendimento das Recomendações constantes do presente Relatório, foram acatadas na sua totalidade com as devidas justificativas.

### **AÇÃO Nº 4 – AUDITORIA NOS CONVÊNIOS**

#### **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 002/2014 - Convênio AEB Nº 002/2012 (In Loco)**

**Projeto Auditado:** Desenvolvimento do Motor Foguete a Propelente Líquido – L75

**Convênio:** Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE/ Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP.

**Processo:** AEB nº 01350.000147/2012-34,  
**Registro:** SICONV nº 775573.  
**Período de realização:** 19/05/2014 a 23/05/2014.

**ESCOPO:** Em cumprimento à legislação em vigor e em conformidade o estabelecido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da AEB – PAINT – Exercício 2014, referente à Ação de nº 4, foi realizada auditoria no Projeto **Desenvolvimento do Motor Foguete a Propelente Líquido – L75**, Convênio nº 002/2012, celebrado entre a AEB e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, tendo como executor o Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, registrado no SICONV sob o nº 775573.

Realizamos auditoria na execução do convênio nº 002/2012 – Processo AEB nº 01350.000147/2012-34, registrado no SICONV sob o nº. 775573, com vigência inicial a partir de 27 de novembro de 2012 até 31 de outubro de 2016, para acompanhamento do convênio firmado pela AEB, verificando a formalização do processo e a adequação à legislação vigente.

Os trabalhos de auditoria no convênio 002/AEB/FUNDEP/2012 foram realizados em duas etapas: Análise do processo físico do convênio (formalização institucional) e Visita “in loco” com o objetivo de acompanhamento na aplicação dos recursos.

**SINTESE DOS RESULTADOS:** Concluído o Relatório com algumas Constatações e Recomendações, sendo apresentadas justificativas para atendimento das Recomendações constantes do presente Relatório 002/2014.

**CONCLUSÃO FINAL:** Concluído o exame das justificativas apresentadas, para atendimento das Recomendações constantes do presente Relatório, foram acatadas na sua totalidade com as devidas justificativas.

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 003/2014 - Convênio AEB Nº 002/2006 (In Loco)**

**Projeto Auditado:** UNIESPAÇO

**Convênio:** Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE/ Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE

**Processo:** AEB nº 01350.000294/2006-66

**Registro:** SIAFI nº 574724

**Período de realização:** 04/08/2014 a 08/08/2014.

**ESCOPO:** Em cumprimento à legislação em vigor e em conformidade ao estabelecido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da AEB - PAINT – Exercício 2014, referente à Ação de nº 04, foi realizado auditoria no **Projeto UNIESPAÇO**, Convênio nº. 002/2006, celebrado entre a AEB e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE, tendo como executor o Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, registrado no SIAFI sob o nº 574724.

Realizamos auditoria na execução do convênio nº 002/2006 - processo AEB nº 01350.000294/2006-66, registrado no SIAFI sob o nº 574724 para acompanhamento do convênio firmado pela AEB, verificando a formalização do processo e a adequação à legislação vigente.

**SINTESE DOS RESULTADOS:** Concluída a auditoria na execução do Convênio AEB/FUNCANTE nº 02/2006, verificou-se que a documentação apresentada encontrava-se devidamente organizada de acordo com as ações pactuadas no plano de trabalho, de fácil identificação dos comprovantes referentes à gestão dos recursos, exceção feita aos processos

de aquisição de passagens e pagamentos de diárias que devem ser unificados, de acordo com os beneficiários, isto é, as aquisições de passagens arquivadas juntamente com os respectivos pagamentos e comprovantes de prestação de contas. Recomendação que foi prontamente acatada pelo coordenador do projeto, conforme Relatório 003/2014.

**CONCLUSÃO FINAL:** Concluído o exame das justificativas apresentadas, para atendimento das Recomendações constantes do presente Relatório, foram acatadas na sua totalidade com as devidas justificativas.

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 004/2014 - Convênio AEB Nº 002/2009**

**Projeto Auditado:** SATÉLITES DE PEQUENO PORTE

**Convênio:** Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológicos – LSI TEC

**Processo:** AEB nº 01350.000.000317/2009-85

**Registro:** SICONV nº 724487

**Período de realização:** 03/11/2014 a 07/11/2014

**ESCOPO:** Em cumprimento à legislação em vigor e em conformidade ao estabelecido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da AEB - PAINT – Exercício 2014, referente à Ação de nº 4, foi realizada auditoria em conjunto com a Coordenação Orçamentária e Financeira, visita “in loco” no **Projeto de Estudos para a elaboração de plano estratégico para iniciativas de capacitação nacional e satélites de pequeno porte**, Convênio nº. 002/2009, celebrado entre a AEB e o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológicos – LSI TEC.

**SINTESE DOS RESULTADOS:** Concluído o exame das justificativas apresentadas, para atendimento das Recomendações constantes do presente Relatório, foram acatadas na sua totalidade com as devidas justificativas.

- d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;**

Com a publicação da Ordem de Serviço nº 02, de 24 de dezembro de 2013, a unidade de auditoria deixou de se envolver em atividades que caracterizavam participação na gestão, tais como: análises e pareceres em processos licitatórios, de acompanhamento da execução, de conformidade contábil no SIAFI e diversos outros. Essa alteração possibilitou, logo no início do exercício de 2014, a contratação de mais um servidor para a execução de trabalhos de auditoria propriamente ditos, realizando levantamento e análise dos processos de contratos e convênios firmados com a AEB e, ainda, nas licitações realizadas para atender às necessidades do órgão. Procedeu-se, também, auditoria “in loco” na FUNDEP (Belo Horizonte / MG), FUNCATE (São José dos Campos / SP) e no LSI Tec (São Paulo / SP), trabalhos estes que não vinham sendo realizados pelos mais diversos motivos.

- e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade jurisdicionada.**

A AEB ainda não instituiu os indicadores para o monitoramento e avaliação do modelo de governança. No exercício de 2015 a AEB contará com a contratação de novos servidores concursados, possibilitando a implementação dos indicadores do modelo de governança, objetivando o monitoramento, avaliação e efetividade dos controles internos.

### **2.3 Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito da unidade jurisdicionada**

A AEB, visando atender ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, designou o Coordenador-Adjunto, Antonio Crescencio de Moraes e, seu substituto, Renato José de Sousa, com vistas a manter atualizadas as informações concernentes ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

A base normativa que norteia as atividades de correição é a própria Portaria nº 1.043, de 24/07/2007, orientações recebidas do CGU-PAD e do Órgão Central que é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Importante salientar que desde a implantação do CGU-PAD, não houve qualquer ocorrência na AEB que implicasse em lançamentos neste sistema.

**2.4 Avaliação, pelos próprios dirigentes da unidade jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos para garantir a consecução dos seus objetivos estratégicos.**

<b>Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</b>					
<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

<b>Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - continuação</b>					
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise crítica e comentários relevantes:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua</b>					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua</b>					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					
Fonte: Auditoria Interna					



### **3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

**3.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes.**

Os canais de acesso ao cidadão são:

- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC; e
- Fale Conosco: que direciona todas as mensagens, por e-mail, para a Coordenação de Comunicação Social – CCS/AEB.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC é prestado pela Agência Espacial Brasileira – AEB da seguinte forma:

- Serviço de Informação ao Cidadão – SIC através do site: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>, regulamentado pela Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação – LAI;
- E-mail: sic@aeb.gov.br; e
- Página da AEB: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/>

Em 2014 foram atendidos 100% dos 108 pedidos formulados, sendo o tempo médio de resposta de 7,38 (sete, trinta e oito) dias.

O Fale Conosco da AEB pode ser acessado da seguinte forma:

- Página da AEB: <http://www.aeb.gov.br/contato/>

O Fale Conosco teve 65 (sessenta e cinco) consultas em 2014 e foram respondidas tempestivamente.

**3.2 Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, tendo como referência o Decreto nº 6932/2009, sem prejuízo de outras regulamentações a esse respeito.**

A AEB não presta serviço diretamente ao cidadão. Portanto, entendemos que os arts. 11 e 12 do Decreto 6.932/09 não se aplicam a UJ.

**3.3 Demonstração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada e demonstração dos resultados identificados, inclusive os registrados em pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com esse público.**

Não há um mecanismo estruturado para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços da Agência Espacial Brasileira – AEB. No entanto, a AEB disponibiliza no sítio eletrônico o telefone e o e-mail dos diretores e assessores da Presidência para prestarem informações aos cidadãos interessados no programa espacial brasileiro, conforme links abaixo:

- Página da AEB (<http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/>)
- Página da AEB (<http://www.aeb.gov.br/contato/>), onde podem ser manifestadas as opiniões/sugestões dos usuários.

Outra forma de medir a satisfação dos cidadãos-usuários pode ser pelo Conselho Superior da AEB, uma vez que este é constituído pelos clientes da AEB.

### **3.4 Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na *Internet*, às informações sobre sua atuação, úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, inclusive àquelas relacionadas à prestação de contas referidas no art. 15.**

O site da AEB pode ser acesso pelo endereço eletrônico: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/>. No site constam informações sobre a instituição em geral, acesso à informação, programa espacial brasileiro, programas da AEB, cooperação internacional, imprensa e contato.

Constam, ainda, diversas informações diárias sobre os mais variados assuntos da área espacial. A página oferta também a possibilidade de acesso ao site da transparência pública. Quanto à satisfação do usuário, conforme já exposto anteriormente, a AEB não dispõe de mecanismo para o aferimento desse *feedback*. Quanto ao art. 15 do citado decreto, aguardaremos a implementação por parte do MPOG e demais ações ulteriores que forem requeridas.

### **3.5 Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão, especialmente em relação aos padrões de qualidade do atendimento fixados na Carta de Serviços ao Cidadão ou em outros instrumentos institucionais.**

A AEB não presta serviço diretamente ao cidadão. Portanto, entendemos que os arts. 11 e 12 do Decreto 6.932/09 não se aplicam a esta Autarquia.

### **3.6 Medidas adotadas pelos órgãos ou entidades com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.**

A AEB ocupa um prédio construído no final da década de 70. Naquela época, não havia a preocupação em disponibilizar ou facilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. No entanto, visando atender a legislação vigente, efetuamos as seguintes alterações na estrutura física dos prédios dos blocos “A” e “Q”, conforme segue:

- local de reuniões no andar térreo, com piso no plano horizontal que garante conforto, segurança e boa visibilidade e acústica.
- rampa de acessibilidade para cadeirantes na entrada do órgão.
- rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres.
- áreas e vagas de estacionamento de veículos, devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso.
- identificação de sanitários com os símbolos internacionais de acesso.
- barras de apoio em banheiro de fácil acesso nos blocos “A” e “Q”.
- elevadores verticais com sinalização tátil e visual.

Ante as pequenas alterações efetuadas nos blocos, verificamos que o maior problema é o espaço físico, ou seja, uma reforma atualizaria as funcionalidades do prédio, mas não atenderia a necessidade demandada por mais espaço físico, em função da expectativa de chegada de 66

(sessenta e seis) novos funcionários, oriundos do primeiro concurso público realizado pela AEB no corrente exercício.

Em virtude da limitação do prédio em oferecer instalações mais adequadas e em cumprir com as determinações legais para à acessibilidade, a AEB está elaborando um projeto básico com vistas à contratação de um projeto executivo para a construção de um prédio novo para acomodar o aumento do número de servidores e atender aos normativos vigentes de acessibilidade e de segurança como um todo.

## 4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Segundo o relatório de 2014 da Space Foundation, a economia global do setor espacial vem se caracterizando pela ampliação dos ganhos de escala com a oferta e a demanda, cada vez mais intensivas de aplicações e serviços, bem como pelo ingresso de novos atores, com crescimento médio anual da ordem de 4,9% nos últimos quatro anos. Em 2013, esse mercado - da ordem de US\$ 314,17 bilhões, comparativamente com 2012, cresceu 4%, levemente abaixo da média anual dos últimos quatro anos. As receitas comerciais, juntamente com os dispêndios governamentais, atingidos em 2013, representam um crescimento da ordem de 66,2%, quando comparados com os de 2005.

EXHIBIT 2c. Global Space Activity, 2013

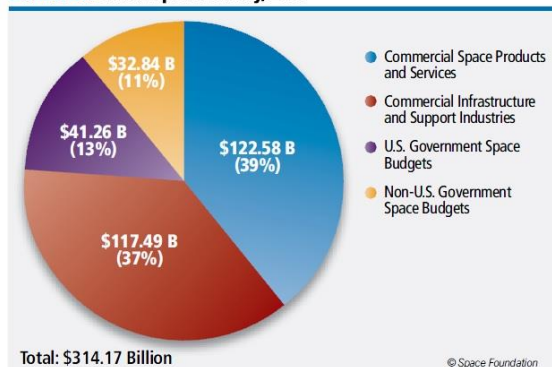


EXHIBIT 2b. The Global Space Economy

Year	Total*	Growth
2005	\$189.04 B	-
2006	\$218.83 B	15.8%
2007	\$235.56 B	7.6%
2008	\$247.82 B	5.2%
2009	\$258.65 B	4.4%
2010	\$274.83 B	6.3%
2011	\$290.44 B	5.7%
2012	\$302.22 B	4.1%
2013	\$314.17 B	4.0%

\*Figures from previous years were adjusted due to data refinements.

Fonte: The Space Report – The Authoritative Guide to Global Space Activity. Space Foundation, USA, 2014.

O mercado global vem se caracterizando em três grandes segmentos, sendo que em 2013, a sua subdivisão foi a seguinte:

- **Comercialização de serviços de satélites** - dominada por serviços de TV direta e comunicações fixas/móveis, representando US\$ 122,58 bilhões (39%) ;
- **Infraestrutura comercial** - compreendendo os serviços de lançamento, antenas, centros de controle, etc., representando US\$ 117,49 bilhões (37%), e
- **Dispêndios governamentais com programas espaciais** - representando US\$ 74,1 bilhões (24%), sendo destes US\$ 41,26 bilhões (13%) provem dos EUA.

Os serviços são diversificados: DTHTV (TV por satélite), Rádio, Telefonia fixa e móvel, Internet, Observação da Terra e Navegação. Há tendência de expansão dessa diversificação com os novos satélites de banda Ka para internet em banda larga, outros sistemas de navegação, além do GPS e sistemas de alerta e gerenciamento de crises voltados à mitigação de desastres naturais.

Os custos, tanto de lançamentos quanto de fabricação e uso de satélites ou de prestação de serviços, estão se reduzindo e a influência da indústria privada tem aumentado.

Nos dispêndios governamentais em nível global, os EUA lideram tanto do ponto de vista da capacidade tecnológica quanto no nível de investimentos governamentais, em programas civis e militares, com montante da ordem de US\$ 41,26 bilhões em 2013.

A União Europeia, Rússia, China, Japão e Índia vêm num segundo grupo, dotados de programa espacial completo, com investimentos governamentais situados entre US\$ 6 e 1 bilhões por ano.

Há países que estão construindo suas capacidades técnicas e aumentando seus investimentos, como Brasil, Argentina, Ucrânia, Coreia do Sul, Cazaquistão e África do Sul que investem, em média, entre US\$ 100 e US\$ 300 milhões por ano.

Outros atores, como Venezuela, Bolívia, Chile, Indonésia, Nigéria, Israel, Austrália e Malásia têm focado seus programas nas áreas de telecomunicações ou de observação da Terra, em geral com a compra de seus primeiros satélites atrelada a mecanismos de transferência tecnológica, e investimentos inferiores a US\$ 100 milhões por ano.

Segundo a empresa Futron, responsável pela apuração do Índice de Competitividade Espacial (SCI) dentre 15 países selecionados, o Brasil situa-se em 11º posição, classificado ainda como ator emergente, conforme tabela abaixo.

2014 Rank	Country	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
1	U.S.	95.31	94.33	92.49	91.78	91.36	91.09	90.60	← First Tier
2	Europe	50.18	48.81	50.39	49.15	50.36	49.30	50.34	
3	Russia	36.34	34.29	37.99	39.55	39.29	40.55	43.76	
4	China	18.14	19.35	19.11	23.00	25.66	25.14	24.39	← Second Tier
5	Japan	14.89	21.57	19.68	21.15	20.07	22.06	21.45	
6	India	17.59	15.30	18.07	18.69	19.49	20.33	20.49	
7	Canada	17.64	18.66	18.33	16.09	15.11	15.85	16.75	← Third Tier
8	South Korea	9.81	12.73	9.10	9.42	9.03	9.57	10.80	
9	Israel	8.52	8.81	8.87	8.52	9.02	10.03	10.30	
10	Australia					8.42	8.42	7.73	← Fourth Tier ("Emerging Actors")
11	Brazil	5.04	7.14	7.37	7.73	7.26	7.71	7.42	
12	Ukraine					6.07	5.96	6.05	
13	Argentina					6.29	6.46	5.87	
14	Iran					3.52	4.79	4.46	
15	South Africa					3.24	3.17	3.50	

Fonte: FUTRON'S 2014 SPACE COMPETITIVENESS INDEX – A Comparative Analysis of How Countries Invest in and Benefit from Space Industry. Futron Corporation, USA, 2014.

O mercado privado de produtos e serviços espaciais no Brasil é formado por operadores de serviços de telecomunicações e empresas de processamento e adição de valor a imagens de sensoriamento remoto, em sua grande parte controlada por capital estrangeiro.

Os operadores de serviços de telecomunicações utilizam satélites fabricados no exterior. Equipamentos de solo e antenas para as estações de controle e serviços móveis de TV são fornecidos por empresas brasileiras e estrangeiras, enquanto as empresas de processamento de imagens utilizam imagens produzidas a partir de satélites nacionais (gratuitas) e estrangeiros (pagas).

No segmento privado, existe perspectiva de crescimento da demanda interna tanto de produtos quanto de serviços. O aumento da demanda no setor de serviços deve seguir a tendência mundial sendo impulsionado principalmente pelas telecomunicações.

Empresas nacionais de engenharia com atuação no setor espacial tem número muito restrito e é composto por pouco mais de duas dezenas de empresas, sendo em sua maioria MPMEs, com baixo capital de giro, que desenvolvem protótipos, peças, equipamentos e subsistemas para projetos contratados para os projetos apoiados pelo PNAE. Não existe, até então, de forma representativa, uma inserção competitiva dessas empresas no mercado internacional e tampouco de subsidiárias no exterior. A indústria espacial brasileira ainda não domina o ciclo tecnológico completo do projeto, desenvolvimento, fabricação/integração e operação de sistemas espaciais completos (Veículos Lançadores e Satélites).

Importante resultado foi conquistado, em 2012, com a criação da Visiona – primeira empresa integradora nacional de sistemas espaciais completos e fruto de parceria entre a Embraer e Telebras, que auxiliará no maior adensamento e agregação de valor na cadeia produtiva e liderar no futuro a inserção da indústria nacional no mercado internacional. Atualmente, o setor espacial ainda apresenta características de monopólio, sendo o governo o único comprador, onde o INPE e DCTA continuam fazendo o papel de integradores. Adicionalmente, as restrições legais pelo lado governamental para contratos e pagamento a seus fornecedores, impõem maiores custos no desenvolvimento dos projetos.

No universo empresarial observa-se que há movimento de aquisição de pequenas empresas pelas grandes, levando a uma concentração societária e produtiva para prover sistemas espaciais completos. Por outro lado, em níveis mais baixos da cadeia, há possibilidade de surgimento de novas MPMEs de base tecnológica, contribuindo para aumentar a base industrial do setor.

Com relação a concorrência, esta acontece principalmente por conta do preço e da tecnologia ofertada, na qual a escala, margem e rede de distribuição, entre outros, não são fatores determinantes do processo.

A indústria nacional alcançou elevados patamares técnicos com engenheiros capacitados na produção de câmeras ópticas, painéis solares, sistemas de propulsão sólida, potência, estruturas mecânicas, controle térmico e telecomunicações, apesar de não dominar ainda completamente todas as tecnologias críticas dos sistemas espaciais. Não obstante este fato, a quantidade de engenheiros e técnicos ainda é insuficiente e o Brasil sofre embargos internacionais na compra de peças ou componentes.

Um dos principais obstáculos à maior capacitação tecnológica das empresas no Brasil está ainda nos riscos e elevados investimentos necessários ao desenvolvimento de tecnologias complexas. Os investimentos em programas de P&D são essencialmente governamentais (dados os altos valores envolvidos) e direcionados às ICTs. As empresas não contam com capital de giro suficiente para suportar programas desse tipo, que envolvem riscos e incertezas de mercado, pela ausência ainda de uma política de Estado que garanta uma sustentabilidade de mercado.

É nesse desafiador e competitivo ambiente que a AEB atua, sendo-lhe imposta, pela sua lei de criação, a complexa responsabilidade de formulação e coordenação da execução de uma política nacional de desenvolvimento do setor espacial, que promova maior capacidade autônoma do País para utilizar os recursos e as tecnologias espaciais voltadas para a solução de problemas nacionais, articulando e fomentando ações entre os diversos stakeholders do SINDAE, com vistas à busca do maior desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Os produtos e serviços gerados pela AEB, conforme descritos no item 1.4 do presente relatório, constituem os principais instrumentos e mecanismos ofertados a este ambiente de “negócios” no país, de modo a estimular e fomentar ações que busquem o desenvolvimento e domínio das diversas tecnologias envolvidas em um programa espacial para serem aplicados na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade em geral, bem como ampliar e consolidar a base industrial nacional do setor, buscando a sua maior inserção no mercado mundial espacial.

## **5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **5.1 Planejamento da Unidade Jurisdicionada**

A AEB não dispõe ainda de um plano estratégico, tático e operacional próprio, formalizado e estruturado como preconizado nos modelos do Programa de Governança do TCU ou do Programa de Excelência em Gestão Pública do MP – GESPUBLICA. O planejamento toma por base o estabelecido no processo de atualização do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, ocorrido em 2011/2012, quando foram revistas e definidas as principais diretrizes e ações prioritárias para o novo horizonte decenal de 2012 a 2021.

Dentro desse contexto, as principais diretrizes estratégicas e prioritárias para 2014 continuaram sendo aquelas mesmas estabelecidas no planejamento estratégico do PNAE, para 2012-2021, quais sejam:

- Consolidar a indústria espacial brasileira, aumentando sua competitividade e elevando sua capacidade de inovação, inclusive por meio do uso do poder de compra do Estado, e de parcerias com outros países.
- Desenvolver intenso programa de tecnologias críticas, incentivando a capacitação no setor, com maior participação da academia, das instituições governamentais de C&T e da indústria.
- Ampliar as parcerias com outros países, priorizando o desenvolvimento conjunto de projetos tecnológicos e industriais de interesse mútuo.
- Estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas e/ou privadas.
- Promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no país, por meio do aumento da sinergia e efetividade das ações entre os seus principais atores e da criação de um Conselho Nacional de Política Espacial, conduzido diretamente pela Presidência da República.
- Aperfeiçoar a legislação para dinamizar as atividades espaciais, favorecendo e facilitando as compras governamentais, o aumento de recursos para o Fundo Setorial Espacial, e a desoneração da indústria.
- Fomentar a formação e capacitação de especialistas necessários ao setor espacial brasileiro, tanto no país quanto no exterior.
- Promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do estudo, do uso e do desenvolvimento do setor espacial brasileiro.

Para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos, continuam como ações prioritárias as seguintes:

- Integrar a política espacial às demais políticas públicas em execução.
- Comprometer a indústria em todas as etapas do desenvolvimento dos projetos espaciais – da concepção à construção de equipamentos a sistemas espaciais completos.
- Estimular a criação de empresas integradoras na indústria espacial.
- Usar o poder de compra do Estado, mobilizando a indústria para o desenvolvimento de sistemas espaciais completos.
- Fomentar a formação, captação e fixação de especialistas qualificados na quantidade necessária para dinamizar as atividades espaciais.

- Dominar as tecnologias críticas e de acesso restrito, com participação da indústria, junto com a competência e o talento existente nas universidades e institutos de pesquisa nacionais.
- Alcançar a capacidade de lançar satélites a partir do território brasileiro.
- Transferir à indústria as tecnologias de produtos espaciais desenvolvidos pelos institutos de pesquisa.
- Incorporar aos sistemas encomendados pelo Estado as tecnologias, partes e processos desenvolvidos e dominados pela indústria brasileira.
- Elevar a Política Espacial à condição de Política de Estado, firmando o interesse estratégico e geopolítico das atividades espaciais, que fortalecem a autonomia e soberania do Brasil.
- Aperfeiçoar a governança integrada do Programa Espacial Brasileiro.

Nesse planejamento, no que diz respeito aos sistemas espaciais e respectiva infraestrutura associada, consta também que, na execução do PNAE, deve se buscar, numa fase inicial, a consolidação e conclusão de projetos já iniciados no passado ou iniciar outros, de modo a construir e consolidar um arcabouço necessário, para, numa segunda fase do programa, serem lançados e desenvolvidos novos projetos de maior complexidade e de alto valor tecnológico, de modo a impor ao programa novos desafios.

Nesse sentido, foram definidos como principais projetos estruturantes e mobilizadores os listados abaixo, com breve referência à situação presente:

- Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS-3 e 4 e os resultantes do Plano Decenal de Cooperação Espacial junto à China). Em andamento.
- Satélites de Observação da Terra da série Amazônia (Amazônia-1 e seus sucessores). Em andamento.
- Foguetes suborbitais e plataformas de reentrada. Em andamento.
- Veículos Lançadores baseados no Programa Cruzeiro do Sul. Em revisão.
- Infraestrutura de lançamento para acesso ao espaço (Complexo Espacial de Alcântara – CEA) e serviços de lançamento comerciais (Acordo Brasil-Ucrânia). Em andamento.
- Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Em andamento.
- Satélite de Observação da Terra por Radar (SAR). Aguarda início de estudos.
- Satélite Geoestacionário de Meteorologia (GEOMET). Aguarda início de estudos.

Como agência vinculada ao MCTI, o planejamento da AEB insere-se também nas diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) entendidas como uma Política de Estado. Nesse contexto, o programa espacial faz parte do conjunto dos programas prioritários para os setores portadores de futuro, tendo como objetivo estratégico principal:

*“Atender às demandas nacionais por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e para missões científicas e tecnológicas, com domínio de tecnologias críticas e aumento da indústria nacional no Programa Espacial Brasileiro”.*



As principais estratégias de ação associadas a este objetivo na ENCTI são as seguintes, também com breve referência à situação presente:

- Desenvolvimento, fabricação e lançamento dos satélites de observação da Terra CBERS-3 e CBERS-4, construídos em parceria com a China, e Amazônia-1 e Amazônia-2B. Em andamento.
- Construção e lançamento do satélite científico para estudos do clima espacial, em parceria com a Índia e a África do Sul, no âmbito do IBAS. Em revisão.
- Análise de requisitos e viabilidade técnica-econômica para a contratação do desenvolvimento do primeiro satélite de comunicação do Sistema Geoestacionário Brasileiro, com participação da indústria nacional, a ser realizado em parceria com a Telebrás e com os Ministérios da Defesa e das Comunicações, com vistas a atender às demandas de comunicações estratégicas de Defesa e do Plano Nacional de Banda Larga. Etapa concluída.
- Estudos de concepção e análise de viabilidade técnico-econômica da missão do satélite RADAR. A ser iniciada.
- Implantação e conclusão da infraestrutura geral e específica necessária para operação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio Cyclone-4. Em andamento.
- Realização de dois voos de teste tecnológico do Veículo Lançador de Satélites (VLS), anteriormente ao seu voo de qualificação. Em andamento.
- Fortalecimento da parceria tecnológica internacional. Em andamento.
- Fortalecimento da parceria tecnológica internacional nas áreas de propulsão líquida, guiagem e navegação inercial e radar de abertura sintética. Em andamento.

Pelos fatos acima expostos, pode-se verificar que existe um alinhamento e entrelaçamento dos objetivos estratégicos centrais do PNAE, com os do PPA e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) do MCTI.

Adicionalmente, na estratégia de integrar a política espacial com outras políticas públicas, deve ser destacada também a inserção do PNAE no Plano Brasil Maior (PBM), que busca acelerar o crescimento dos investimentos produtivos e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, aumentando, como consequência, a competitividade dos bens e serviços nacionais. Esta inserção resultou na construção de uma agenda estratégica conjunta para o setor espacial, aeronáutico e defesa, compreendendo, para o setor espacial, os objetivos e iniciativas do quadro a seguir:

<b>PLANO BRASIL MAIOR AGENDA ESTRATÉGICA PARA O SETOR ESPACIAL</b>
<b><u>Objetivo 1</u> – Fortalecer a Cadeia Produtiva de Defesa, Aeronáutico e Espacial.</b>
<b>Iniciativas</b>
1.4. Elaboração e revisão de marcos regulatórios – Aprovar o Projeto de Lei nº 7.526/2010 (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial – PADIE)

**Objetivo 2 – Consolidação do Sistema de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial – CTIC (Offset) para as Compras e as Vendas nos Setores de Defesa, Espacial e Aeronáutico**

**Iniciativas**

2.1. Definição de diretrizes, padronização de procedimentos e metodologias de avaliação dos programas de offset a serem desenvolvidos pelo governo.

**Objetivo 3 – Fomento a Capacitação da Indústria Nacional no Desenvolvimento e Produção de Equipamentos e Subsistemas de Satélites Geoestacionários**

**Iniciativas**

3.1. Desenvolvimento do plano de absorção e transferência de tecnologia

3.2. Envolvimento da indústria espacial nacional no desenvolvimento de satélites geoestacionários de meteorologia

**Objetivo 4 – Estimular o Desenvolvimento de Sistemas Espaciais Completos**

**Iniciativas**

4.1. Desenvolvimento de Veículo Lançador de Microssatélites –VLM, com a participação da indústria nacional

4.2. Produção e desenvolvimento tecnológico em ambiente industrial do foguete de sondagem VSB-30

No contexto das ações descritas, o planejamento das ações da AEB articula-se também com o Programa Temático 2056 – Política Espacial, que integra o conjunto dos programas do Plano Plurianual 2012-2015, sendo a unidade jurisdicionada o responsável principal pela sua gestão. Os principais resultados deste programa, alcançados em 2014, estão descritos no item a seguir.

## 5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

A AEB tem sob a sua responsabilidade a coordenação e gestão do Programa Temático 2056 – Política Espacial, que integra o Plano Plurianual de Governo para o período 2012-2015. A sua execução é levada a cabo primariamente pela AEB e seus principais órgãos setoriais de execução do SINDAE (INPE e DCTA), incluindo-se também a indústria e a academia.

Os objetivos estabelecidos no Programa Temático e suas respectivas iniciativas são as seguintes:

<b>Programa Temático 2056 – Política Espacial</b>
<p><b>Objetivo: 0397 – Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.</b></p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>016C – Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, Centro de Lançamento de Alcântara – CLA e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais 016E – Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais 016G – Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais 016J – Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial</p>
<p><b>Objetivo 0398 – Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space – ACS</b></p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>016L – Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space – ACS a partir de Alcântara 016O – Implantação do Complexo Espacial de Alcântara – CEA</p>
<p><b>Objetivo 0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa</b></p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>016R – Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização 016T – Instalação de Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual de interesse do programa</p>
<p><b>Objetivo 0555 – Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais</b></p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>024Q – Desenvolver tecnologias críticas requeridas por sistemas espaciais, particularmente as voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo. 024S – Levantamento e prospecção de informações tecnológicas em apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do programa e proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes dessas atividades 024U – Realizar e fomentar pesquisas científicas para a produção de conhecimento para uso em aplicações espaciais.</p>

**Objetivo: 0702 – Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico**

**Iniciativas**

02NA – Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados  
 02NB – Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais  
 02NC – Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais  
 02ND – Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação  
 02NE – Desenvolvimento de Satélite Radar  
 02NG – Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1  
 02NH – Desenvolvimento do Satélite Lattes  
 02NI – Desenvolvimento do Satélite SABIÁ-Mar  
 02NM – Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3  
 02NN – Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4  
 02NJ – Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro

As informações referentes ao Programa Temático, assim como da execução da LOA 2014 e de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, estão retratadas no quadro a seguir:

<b>Quadro A.5.2.1 – Programa Temático</b>					
<b>Identificação do Programa de Governo</b>					
Código Programa	2056				
Título	Política Espacial				
<b>Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)</b>					
<b>Esfera</b>	<b>a) Global PPA 2012-2015</b>	<b>b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013</b>	<b>c)Dotação/Posição - 2014</b>	<b>d) Remanescente (a-b-c)</b>	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.621.790.933,00	976.337.522,00	345.467.323,00	299.986.088,00	
Orçamento de Investimentos - OI				0,00	
Outras Fontes				0,00	
<b>Total</b>	<b>1.621.790.933,00</b>	<b>976.337.522,00</b>	<b>345.467.323,00</b>	<b>299.986.088,00</b>	
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014</b>					<b>(em R\$ 1,00)</b>
<b>Lei Orçamentária 2014</b>					
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>					<b>Orçamento de Investimento</b>
<b>e)Despesa Empenhada</b>	<b>f)Despesa Liquidada</b>	<b>g)Despesa Paga</b>	<b>h)Restos a Pagar (inscrição 2014)</b>		<b>i)Despesa Realizada</b>
			<b>h.1)Processados</b>	<b>Processados</b>	
231.258.796,98	88.769.048,06	86.314.208,05	2.454.840,01	142.489.748,92	
<b>Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Tipo</b>	<b>j)Posição em 1/01/2014</b>	<b>k)Valor Liquidado</b>	<b>l)Valor Pago</b>	<b>m)Valor Cancelado</b>	<b>n)Valor a Pagar</b>
Não processados	214.646.182,31	0,00	85.789.501,87	-38.022.746,90	90.833.933,54
Processados	1.274.702,37		1.245.213,29	-51,06	29.438,02
<b>Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014</b>					
<b>Dotação OFSS</b>	345.467.323,00	<b>Dotação OI</b>		<b>Outras Fontes</b>	

Fonte: SIAFI-Gerencial

### 5.2.1.1 Análise Situacional

Os objetivos do Programa, bem como das suas respectivas metas, com as análises situacionais e fatores intervenientes, são apresentadas a seguir:

**Objetivo: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.**

#### **Análise Situacional do Objetivo**

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, continua sendo um dos principais objetivos estratégicos perseguidos pela política espacial brasileira. Não obstante a prioridade estabelecida, os resultados, buscados no presente objetivo do PPA, não vêm atingindo níveis de resultados como desejado em decorrência das dificuldades de natureza tecnológica intrínsecas nos projetos típicos de desenvolvimento tecnológico, dos óbices de natureza jurídica para a contratação de projetos, da falta de pessoal nos quadros dos institutos de pesquisa e centros de lançamento do DCTA/MD, bem como da falta de investimentos contínuos e estáveis de recursos orçamentários e financeiros, fatores estes que vêm contribuindo, nos seus diversos níveis, para o atraso no alcance dos resultados esperados. Os embargos internacionais impõem desafios para a indústria nacional, visto que muitas partes ou subsistemas dos veículos lançadores não estão disponíveis para compra. Em muitos casos, são necessários prazos de um ou até dois anos para que a indústria desenvolva e fabrique essas partes, componentes ou subsistemas, que passam necessariamente ainda por etapa de qualificação, quando não necessários trabalhos de reprojeção.

Apesar dessas restrições, podem ser destacados como principais realizações, os esforços e avanços, desde 2012, nos trabalhos de preparação do VLS XVT-01 (VSISNAV), para o voo que havia sido programado para final de 2014. No período, foi concluída a fabricação de todos os itens mecânicos, os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemetria, Telecomando e Responder Radar do quarto estágio do VSISNAV, o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios e a continuidade nos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 79% do estágio de desenvolvimento físico do projeto. Entretanto, para completar a fabricação do foguete e viabilizar o voo do VSISNAV, falta ainda a entrega de equipamentos das redes elétricas embarcadas, que foi contratada na indústria nacional e que se encontra em atraso contratual. Em decorrência das restrições, sobretudo de natureza orçamentária, os estudos de viabilidade para o desenvolvimento do estágio líquido do VLS-Alfa não foram iniciados, e o voo de teste tecnológico XVT-02 não poderá ser realizado antes de 2017.

No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, do desenvolvimento de novo propelente, do carregamento do envelope motor com propelente e do desenvolvimento da eletrônica de bordo. Os principais obstáculos para evolução do VLM-1, que residiam no estabelecimento de instrumentos e mecanismos operacionais-administrativos e financeiros para a continuidade no desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo, foram contornados com a celebração de um novo convênio, estabelecido no final de 2014. A nova agenda do desenvolvimento tecnológico do VLM-1 prevê a realização, em 2017, de um voo, com o experimento alemão SHEFEX 3, e de um lançamento orbital em 2018, com cargas úteis espaciais ou microsatélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Cabe ser destacados também os sucessos nos lançamentos, desde 2012, dos foguetes suborbitais, à exceção da “Operação Scramspace” realizada em 2013, empregando o VS-30/Orion, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, em cooperação com o Programa Europeu de Microgravidade, bem como dos lançamentos de foguetes de treinamento, com os objetivos de exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no CLA e CLBI, bem como fomentar indústria no desenvolvimento e fabricação desses foguetes. A meta de certificar empresa nacional para produção do VSB-30 não teve evolução, por estar aguardando solução de financiamento para a contratação de um estudo sobre a viabilidade econômico-comercial de sua comercialização, a ser financiado pela ABDI. As atividades no ano de 2014, relacionadas com as metas do presente Objetivo, resumem-se, de forma geral, na mera continuidade dos trabalhos de desenvolvimento e integração dos principais sistemas espaciais definidos, com vistas aos resultados esperados.

## Análise Situacional das Metas

### **Meta: Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).**

**Análise Situacional:** No período de 2012 a 2014, foi lançado um total de 30 foguetes suborbitais e de treinamento. Os foguetes suborbitais destinam-se a realização de experimentos em ambientes de microgravidade, enquanto que os foguetes de treinamento têm por objetivo exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). Desse total de lançamentos, ocorreu apenas uma falha, verificada com a “Operação Scramspace”, realizada em 2013 no Centro de Lançamento de Andoya (Noruega), e que, por motivo de problemas no 1º estágio do veículo VS-30/Orion, levou ao não cumprimento da missão e ao “recall” de todos os motores S30, para inspeção e verificação. Ao final de 2014 foi superado este obstáculo técnico, sendo que os lançamentos na Europa foram reprogramados para 2015. Em setembro de 2014, a partir do CLA, ocorreu o lançamento de um VS-30, tendo como carga útil o EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que levou ao Espaço o 1º motor a propelente líquido do País, movido a oxigênio líquido e etanol. Em 2014, ocorreram 5 lançamentos de foguete de treinamento: 2 (dois) Foguetes de Treinamento Intermediário (FTI) a partir do CLA, 2 Foguetes de Treinamento Básico (FTB) no CLBI e 1 (um) lançamento de FTB no CLA. Quanto ao lançamento do VS-40, a partir do CLBI, o mesmo foi reprogramado para 2015.

### **Meta: Obter a licença ambiental de operação (LO) para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) até 2014**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB).**

**Análise Situacional:** Os esforços para a obtenção da Licença de Operação (LO) para o CLA antecedem o período do atual PPA, com a apresentação ao IBAMA, em 2004, dos estudos e documentos necessários para a concessão desta licença. No entanto, em virtude da exigência do IBAMA de incluir neste processo as medidas de compensação do passivo socioeconômico, e diante da necessidade de ampliação da infraestrutura do CLA para atender às responsabilidades do governo brasileiro junto ao Tratado Brasil-Ucrânia, foi submetida solicitação de Licença de Instalação (LI) para um conjunto de obras e edificações complementares no CLA, contemplando também aquelas para atender às demandas da comunidade local.

Com os estudos ambientais concluídos e exigidos, foram submetidos ao IBAMA, em 2013, os Relatórios de Controle Ambiental (RCA) necessários para obtenção da referida LI. Em fins de 2013, o IBAMA concedeu uma licença parcial (LI nº 956/2013), contemplando as seguintes obras e edificações: aeródromo, estradas (via interna), vila residencial Tapereí, setor de preparação e lançamento, setor de comando e controle, centro esportivo e social, e canteiro de obras principal. Nesta LI, além de ter sido incluída a construção do centro de tratamento de resíduos sólidos e da escola fundamental, como parte do passivo socioeconômico, o IBAMA estabeleceu também um conjunto de diversos condicionantes, a serem cumpridas, ao longo da execução dessas obras.

Em 2014, atendendo solicitação de moradores da região para a mudança da localização do centro de tratamento de resíduos sólidos, o Ministério Público da União do Estado do Maranhão (MPU) solicitou a suspensão desta obra e requereu novos estudos ambientais de alternativas de localização. Em 2014, também foi entregue documentação adicional solicitada pelo IBAMA acerca das obras referentes às construções em Alcântara, especialmente relacionadas ao atracadouro de cargas.

Para 2015, prevê-se a concessão pelo IBAMA de Licença de Instalação para as obras e edificações remanescentes, não contempladas na LI nº 956/2013, quais sejam: hotel e centro de conveniências, portaria principal e guarda avançada do CLA, atracadouro, centro comunitário de Alcântara e emissário da estação de tratamento de esgoto da vila residencial. Tendo em vista que as obras e os diversos condicionantes estão ainda em fase de implementação – algumas ainda dependentes de LI, e considerando que a conclusão das obras e o cumprimento dos condicionantes são etapas fundamentais para a concessão da Licença de Operação (LO) do CLA, estima-se que esta meta não será alcançada até o final 2015.

### **Meta: Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)/IFI**

**Análise Situacional:** A principal dificuldade para o maior avanço da meta foi a falta de mais estudos e informações sobre a viabilidade econômico-comercial do VSB-30, das formas de transferência de tecnologia e da gestão da propriedade intelectual. Somente após esses estudos é que será possível concluir pela exequibilidade ou não do alcance da presente meta. Para superar esta dificuldade, articulações foram feitas em 2013 com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para apoiar e financiar este estudo. O processo de licitação para contratação do estudo foi iniciado, mas por motivo de contingenciamento de recursos, este processo encontra-se paralisado.

**Meta: Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de preenchimento dos motores do veículo lançador VLM-1**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** Diante do cronograma inicial do projeto do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), que previa um tiro em banco em dezembro de 2014 e o seu voo de qualificação em 2015, foram feitos estudos quanto à possibilidade do envolvimento da indústria nacional para atender às necessidades de preenchimento dos motores de veículo lançador VLM-1. Tendo em vista que o voo do VLM-1, com a carga alemã SHEFEX 3, foi reprogramado para 2017, novos estudos foram realizados no 1º semestre de 2014, com vistas a retomar a concepção original da meta, através da implantação de uma infraestrutura mínima requerida para carregar os motores S50 na Usina Cel. Abner (ponte rolante, revisão de macerador, resistência estrutural de fosso e prédios). Para tal, aquisições e contratações de serviços tiveram seus processos iniciados em 2014 e terão continuidade em 2015.

**Meta: Veículo XVT-01 (VSISNAV) pronto até o final de 2013 para lançamento tecnológico em 2014**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** O voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) é um ensaio do veículo com os dois primeiros estágios do VLS ativos, cujo objetivo principal é testar o sistema de navegação desenvolvido pelo IAE (SISNAV). Este depende do teste do sistema de redes elétricas e integração com a torre móvel no CLA (MIR – Mock-up de Interface de Redes), tendo sido realizada, em 2012, a Operação Salina, como parte inicial da preparação da MIR. Desde então, foram fabricados e contratados o fornecimento de centenas de itens mecânicos e eletrônicos, bem como realizada a revisão crítica de projeto (CDR) com a empresa Mectron EIC Ltda. Foram realizados também os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Respondedor Radar do Quarto Estágio do VSISNAV, na Câmara Anecoica do Laboratório de Integração e Testes (LIT), bem como concluído o carregamento de todos os propulsores do primeiro e segundo estágios do VSISNAV. Em 2014, prosseguiram-se os trabalhos de desenvolvimento de todos os sistemas para término do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo um estágio físico de 79% de desenvolvimento do projeto. As Operações Santa Bárbara (MIR) e Santa Bárbara II (VSISNAV) estão sendo replanejadas, em virtude do atraso na entrega de equipamentos embarcados das redes elétricas por parte da indústria nacional.

**Meta: Veículo XVT-02 pronto até o final de 2015 para lançamento em 2016**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** Atualmente, as atividades de desenvolvimento do veículo XVT-02 estão paralisadas. A continuidade dos projetos e posterior lançamento dos protótipos XVT-02 e V04 dependerá do sucesso da campanha do veículo XVT-01 (VSISNAV), atualmente em desenvolvimento para qualificação, assim como da disponibilidade de novos recursos. Caso sejam superados esses desafios, o lançamento somente deve ocorrer após 2018.

**Meta: Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** Para atingir esta meta, o projeto Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), em desenvolvimento com a cooperação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR), relacionada com o transporte da carga útil alemã (SHEFEX-3) pelo veículo lançador, foi dividido em quatro etapas: “Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50”, “Desenvolvimento de Novo Propelente; Desenvolvimento do Carregamento do Envelope Motor com Propelente” e “Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo”.

Quanto à etapa do “Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50”, as seguintes fases já foram concluídas: estudo de viabilidade, projeto térmico do motor, projeto de bobinagem, projeto estrutural do motor por modelo de elementos finitos, revisão crítica de projeto (CDR-2) e desenvolvimento da garganta em Carbono/Carbeto de Silício (C/SiC). Com isso, foi realizado o projeto detalhado do envelope motor S50, encerrando-se com a sua revisão crítica (CDR) ocorrida em fins 2013. Foram realizados dois tiros em banco com motores teste para avaliar a nova proteção térmica interna do motor S50, além de verificar o desgaste das tubeiras. O desenvolvimento do motor está 25% concluído em relação ao programado para a etapa.

No que diz respeito às etapas de “Desenvolvimento de Novo Propelente” e do “Carregamento do Envelope Motor com Propelente”, as seguintes fases já foram concluídas: Estudo Preliminar do Carregamento do Propelente e gestão do Processo, Estudos de Concepção do Procedimento de carregamento dos motores S-50 e do motor prova de conceito e gestão do processo, Revisão de requisitos de sistema (SRR), Definição do Propelente e Desenvolvimento do Liner e definição de métodos de testes, revisão dos resultados e requisitos preliminares. Dessa forma, foi desenvolvido o processo de carregamento do S50 com propelente sólido, tanto no que tange ao aspecto mecânico do mandril de carregamento, quanto à organização do controle da qualidade do carregamento. Foi finalizada também a versão

preliminar do propelente a ser utilizado no VLM-1, que é uma versão industrializada do propelente do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1). Os desenvolvimentos do carregamento e do propelente estão 15% concluídos, em relação às etapas programadas.

Foram realizadas ainda diversas reuniões técnicas com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) para discussão sobre a eletrônica embarcada no veículo. Esta eletrônica foi objeto de um estudo à parte, com objetivos de absorção de tecnologia, culminando com uma Revisão de Requisitos do Sistema (SRR), ocorrida em fins de 2013. Esta etapa está 17% concluída em relação ao programado.

Paralelamente, foram discutidas também com o DLR sobre a dinâmica de voo e o atendimento às normas de segurança para lançamento, além de terem sido realizados ensaios preliminares com um modelo aerodinâmico do veículo, em Túnel Transônico Piloto, para análise do comportamento aerodinâmico do veículo em baixos números de Mach.

Os principais obstáculos para o maior avanço da meta estão nas dificuldades encontradas para o estabelecimento de contratos com a indústria para o desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, assim como ao que se refere aos estudos das soluções da eletrônica de bordo. Em dezembro de 2014 foi firmado um contrato entre o IAE e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia (FUNCATE), para apoio a gestão do projeto VLM-1, o que possibilita a contratação de serviços de engenharia a partir do 1º semestre de 2015. Em virtude do atraso na solução administrativa para contratação, foi estabelecido um novo cronograma de trabalho que prevê o voo de qualificação do VLM-1 em 2017, o lançamento suborbital do artefato alemão SHEFEX-3 utilizando um VS-50 em 2017, e o primeiro lançamento orbital do veículo lançador em 2018.

**Objetivo: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).**

#### **Análise Situacional do Objetivo**

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial. O conjunto das metas do presente Objetivo compreende, por um lado, o compromisso do governo brasileiro de prover a infraestrutura geral necessária para o lançamento de satélites e, por outro lado, o compromisso ucraniano de prover os foguetes de lançamento Cyclone-4, conforme previsto no Tratado firmado, entre o Brasil e Ucrânia, em 2003. Para a exploração comercial conjunta dos serviços de lançamento, foi constituída a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), à qual cabe, além de prover os foguetes de lançamento com base no Cyclone-4, também a responsabilidade pela implantação e manutenção da infraestrutura do sítio específico de lançamento do Cyclone-4.

Desde 2012, poucos avanços ocorreram no desenvolvimento da infraestrutura específica relacionada com o sítio de lançamento do Cyclone-4, que vem sendo implantada de forma lenta, motivada, principalmente, pela necessidade de elevação do capital da empresa binacional ACS, de modo a recompor sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, possibilitar o avanço e a conclusão das obras necessárias.

Com o início das obras e as posteriores revisões dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizados entre 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 487 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, é insuficiente para concluir todas as obras necessárias. Apesar do capital da ACS ter sido elevado, em maio de 2013, para US\$ 918 milhões, esta elevação, no entanto, não foi acompanhada das transferências pela União dos recursos financeiros correspondentes e necessários para a capitalização da empresa e, conseqüentemente, poder dar continuidade às obras, que, atualmente, encontram-se paralisadas. Também não foi acompanhada dos repasses para a AEB com o propósito de prover a infraestrutura geral do CLA, cujo custo cresce em proporção com as necessidades de investimento da ACS.

Não há como prever quando a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites poderá ocorrer, enquanto perdurarem as atuais indefinições das diversas metas do presente Objetivo, que impedem a adequada evolução tanto no desenvolvimento e certificação do veículo Cyclone-4, quanto da sua infraestrutura específica de lançamento. Essas indefinições prejudicam a governança e melhor condução dos projetos e de diversas ações, e repercutem ao longo da cadeia de atividades desenvolvidas, conjuntamente ou isoladamente, pelas partes brasileira e ucraniana.

#### **Análise Situacional das Metas**

**Meta: Certificar o foguete Cyclone-4 e realizar voo de qualificação até 2014**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios, construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa semelhante à utilizada no Ariane 4.



Para alcançar a meta estabelecida, no tocante à certificação do foguete Cyclone-4, o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) foi designado e credenciado como Organismo de Certificação Espacial da AEB (OCE). Adicionalmente foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4, com a finalidade de discutir e propor ações relacionadas à obtenção dos Certificados de Segurança do foguete Cyclone-4.

Não obstante os esforços desenvolvidos, desde 2009, com vistas a estabelecer com a Agência Espacial Ucrâniana (SSAU) uma política de certificação conjunta para o reconhecimento da certificação do foguete Cyclone-4, conforme previsto no Tratado Brasil-Ucrânia, pouco avanço nos objetivos e metas estabelecidos foram obtidos. Apesar das reiteradas solicitações, a SSAU não enviou qualquer novo documento relacionado com o detalhamento das especificações técnicas do Cyclone-4 para análise pelo GT e OCE constituídos. Esta inadimplência levou ao OCE a expedir, no primeiro semestre de 2014, um parecer técnico que, dentre outras conclusões, recomenda à AEB seguir, para fins de maior sustentabilidade do Tratado, as práticas de segurança adotadas no Centro de Lançamento de Kourou - Guiana Francesa.

Não existe previsão para a conclusão desta meta enquanto perdurarem as atuais indefinições dos projetos e ações, que impedem a adequada evolução, tanto no desenvolvimento do veículo, quanto de sua infraestrutura. As indefinições atuais prejudicam a governança dos projetos e diversas ações, repercutindo ao longo da cadeia das atividades desenvolvidas, conjuntamente ou isoladamente, pelas partes brasileira e ucraniana.

Como parte dessas indefinições, consta a dificuldade encontrada, para o cumprimento da meta, relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes do Cyclone-4, bem como de documentos/relatórios dos testes e estudos já realizados. Ressalta-se que, somente após o recebimento do cronograma de testes na Ucrânia, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança brasileiras e a consequente emissão dos certificados pertinentes.

O cumprimento desta meta, no tocante ao voo de qualificação do Cyclone-4, depende também da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, cujos investimentos encontram-se indefinidos, bem como de testes e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Todos esses fatos levam à conclusão de que a meta só poderá ser alcançada após 2016, caso superados todos esses obstáculos.

**Meta: Implantar a infraestrutura geral e específica para o sítio do Cyclone-4 até 2014 (infraestrutura básica e urbanização, infraestrutura de redes e sistemas, interfaces com o CLA, Posto de Comando e prédio de armazenamento temporário de propelente).**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** A implantação da infraestrutura geral e complementar no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a específica para o sítio do Cyclone-4, tem como propósito principal construir uma infraestrutura no país capaz de dar suporte aos serviços de lançamentos comerciais da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), fruto do Tratado Brasil-Ucrânia, bem como aos lançamentos governamentais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

A modernização e atualização da infraestrutura do CLA, iniciada em 2001, vem sendo desenvolvida de forma gradual. Estão em andamento as seguintes obras: do Prédio de Depósito de Propulsores do SPL, do Prédio de Segurança do SPL, da Rede Preventiva de Incêndio do SCC, do Posto Médico e da Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também à comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara.

Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético (SIMO) do CLA, a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

Como parte das medidas de compensações ambientais e sociais, foi concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos daquele município, que, no entanto, deverá ser revisado e readequado por força da solicitação de mudança do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Quanto aos itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, o Posto de Comando (CP), o Prédio de Armazenamento Temporário de Propelentes (TSA) e as interfaces do sítio do Cyclone com o CLA foram definidos como de responsabilidade brasileira, por acordo estabelecido entre a AEB e a Agência Espacial Ucrâniana (SSAU). Os custos com estes itens de infraestrutura não estão computados na base dos custos globais da infraestrutura geral do CLA, o que levará à necessidade de uma revisão do quantitativo da meta apresentada.

Nesse contexto, no que diz respeito ao Posto de Comando (CP), cujo projeto básico e obra foram contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de reestudo e alteração do posicionamento da sua localização por motivos de segurança.

Da mesma forma, o Prédio de Armazenamento Temporário (TSA) de propelente, cujo projeto básico foi concluído em fins de 2012, teve o seu projeto executivo e obras contratados pela binacional ACS e durante o período teve sua construção iniciada (fundações). Também neste caso, a implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e do sítio de lançamento do Cyclone-4, que se encontram atrasadas por conta do pouco avanço nas discussões sobre o contrato 20/ACS/2010, celebrada entre a ACS e o consórcio de empresas, contratado para a execução das obras e serviços e fornecimento dos equipamentos necessários.

Em resumo, não houve, em 2014, avanços nesta meta, pois ela está diretamente associada à conclusão de todas as obras civis e de redes e sistemas, tanto no CLA quanto no sítio do Cyclone-4. Dentre as maiores dificuldades, encontram-se as de natureza orçamentária-financeira, tanto para a implantação da infraestrutura geral no CLA, quanto no aumento de capital da ACS, para viabilizar a construção do sítio do Cyclone-4. Enquanto perdurarem esses obstáculos, não há previsão de quando a meta poderá ser cumprida.

**Meta: Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2015**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** O cumprimento desta meta depende essencialmente da conclusão das obras de infraestrutura complementares do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, dos testes e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4, da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação requeridos. Também há dependência da aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão da certificação do Cyclone-4, o que levam à conclusão de que o início das operações comerciais só será definido depois de superados todos os principais obstáculos.

**Meta: Sítio do Cyclone-4 implantado, licenciado e certificado até 2014**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)/IFI**

**Análise Situacional:** O início da implantação do sítio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento.

Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks – TSA), que integram o sítio de lançamento do Cyclone-4. Com o início das obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizadas entre 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 487 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, seria insuficiente para concluir todas as obras necessárias do sítio do Cyclone-4.

Apesar do capital da ACS ter sido elevado, em maio de 2013, para US\$ 918 milhões, esta elevação, no entanto, não foi acompanhada pela transferência dos recursos financeiros correspondentes e necessários para a capitalização da empresa e, conseqüentemente, poder dar continuidade às obras, que, atualmente, encontram-se paralisadas. Adicionalmente, os trabalhos de licenciamento e certificação do sítio do Cyclone-4 encontram-se também praticamente paralisadas, associadas ainda à falta de fornecimento, pelo lado Ucrâniano, de maior detalhamento das especificações técnicas do sítio do Cyclone-4, à semelhança do que vem ocorrendo com a certificação do foguete Cyclone-4.

**Objetivo: 0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa**

**Análise Situacional do Objetivo**

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos. Nesse contexto, destaca-se a conclusão das negociações e discussões com o CNPq e o início da implementação de um programa de 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Como decorrência, foi estruturado na AEB o portal do Programa Ciência Sem Fronteiras Espacial e elaborados memorandos de entendimento com agências internacionais, tais como ROSKOSMOS, JAXA, ESA, CRESDA e NASA, que atuarão como parceiros/facilitadores na implementação do programa. O início da etapa de formalização das candidaturas ocorreu em fins de 2013, e, até dezembro de 2014, já foram implementadas 27 bolsas, dentro de um conjunto de 120 recomendações apresentadas pela AEB no processo seletivo do CNPq, para 154 manifestações de interesse na área espacial.

Dentro do contexto do presente objetivo, devem ser destacados também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Além de inúmeros eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, de 2012 até dezembro de 2014, capacitar 657 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial. Neste contexto, destaca-se também a capacitação de 172 outros especialistas de interesse para o programa espacial.

**Análise Situacional das Metas**

**Meta: Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa.**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** O curso de capacitação do Programa AEB Escola, intitulado “ESCOLA DO ESPAÇO”, teve sua primeira edição realizada no ano de 2009, no Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no estado do Maranhão. Nesta ocasião, o curso capacitou 80 professores da rede de ensino municipal (Alcântara e São Luís) e mais os docentes da escola mantida pelo CLA (Caminho das Estrelas). Após esta experiência, o curso foi aprimorado para ser ministrado em locais onde já existiam atividades espaciais, com o intuito de divulgar, nas redes de ensino municipal, estadual, federal e particular, as atividades que eram desenvolvidas naquela região, assim como inserir a comunidade neste contexto e, principalmente, despertar no aluno o interesse por esta área do conhecimento e incentivar a vocação e a formação de futuros pesquisadores, técnicos e empreendedores do País.

No ano de 2012, foram realizadas duas edições da “ESCOLA DO ESPAÇO”, direcionadas para os professores das redes de ensino municipal, estadual e federal. A seleção dos professores foi realizada pelas instituições parceiras, tais como secretarias estaduais ou municipais de educação, universidades estaduais e federais e institutos federais. No mês de junho deste ano ocorreu a II ESCBI, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI, na cidade de Natal/RN, onde foram capacitados 116 professores locais. No mês de setembro, foi realizada a III ES – Cuiabá/MT, em que participaram 85 docentes. Já em novembro de 2012, foi realizada a VII Jornada Espacial, na cidade de São José dos Campos/SP. Este evento diferencia-se da Escola do Espaço, uma vez que seus participantes são selecionados a partir do resultado das Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica – OBA! e os alunos que se classificam nas 50 primeiras colocações são convidados a participarem, juntamente com seus respectivos professores coordenadores da olimpíada em suas escolas, de uma semana de atividades inteiramente voltadas para as ciências espaciais. Neste ano, a Jornada contou com a participação de 48 professores e 57 alunos.

Em 2013, de acordo com o planejado, foram realizadas três edições da Escola do Espaço, tendo sido a primeira no mês de março na cidade de Natal/RN, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI, a IV Escola do Espaço – CLBI, onde 70 professores participaram deste curso. Em abril deste mesmo ano, ocorreu a V Escola do Espaço – Cuiabá/MT, em que 67 docentes foram capacitados. E, no mês de agosto, no Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, foi realizada a VI Escola do Espaço onde foram capacitados 88 professores. Ainda em 2013, ocorreram 2 cursos para Capacitação de Monitores, sendo o primeiro na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, o qual contou com 20 participantes. O segundo, realizado no mês de outubro na cidade de Brasília/DF, teve o total de 28 participantes. Excepcionalmente no ano de 2013, foram realizadas duas edições da Jornada Espacial. Desde sua concepção, este evento foi realizado somente na cidade de São José dos Campos/SP, e em 2013, com a finalidade de atingir maior número de participantes e oferecer oportunidade de alunos e professores conhecerem a realidade de um centro de lançamento de foguetes, a segunda Jornada foi realizada no CLBI. A primeira, ocorrida no mês de novembro e realizada na cidade de São José dos Campos/SP, capacitou 40 professores e contou com a participação de 56 alunos. Já a segunda, contou com a participação 35 professores e 40 alunos.

Em 2014 foi realizado a Capacitação de Monitores de Brasília/DF nas dependências da AEB, nos dias 04, 05 e 06 de junho. Foram 53 pessoas capacitadas, das quais 29 eram professores. Foram realizadas duas jornadas espaciais pelo AEB escola, uma em São José dos Campos/SP de 16 a 22 de novembro onde 58 alunos e 44 professores participaram de palestras, minicursos e atividades de construção de foguete, outra em Natal/RN de 08 a 12 de dezembro com a participação de 45 alunos e 35 professores.

**Meta: Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa**  
**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** Esta meta tem como objetivo capacitar recursos humanos para as áreas de interesse do PNAE. Até dezembro de 2014 foram capacitados 146 (cento e quarenta e seis) bolsistas nas áreas de interesse do PNAE, tendo sido:

- 75 (setenta e cinco) especialistas, por meio do Edital AEB/MCTI/CNPq N° 33/2010 que tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para a formação, fixação, capacitação de recursos humanos e agregação de especialistas, que contribuam para o ensino e execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, associados aos projetos estratégicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE. Devido à suplementação dos recursos no Edital AEB/MCTI/CNPq N° 33/2010 foi alcançado um número maior de que o previsto na meta;
- 11(onze) especialistas das instituições UFMA, IFMA, CLA e AEB, que participaram do seminário intitulado “Seminar on Space Industrial Development” oferecido pela empresa estatal ucraniana Yuzhnoye com o objetivo de atualização na área técnica. O seminário teve apoio financeiro da AEB. Do referido seminário, também participaram profissionais do INPE, UnB, UFSC, UFSC e DCTA.
- 02 (dois) especialistas em propulsão química de baixo empuxo do INPE de Cachoeira Paulista;
- 52 (cinquenta e dois) especialistas, do projeto ITASAT, que tem como objetivo a fabricação, integração, testes e operação de micro satélite com aplicações tecnológicas.
- 06 (seis) especialistas do projeto CONASAT do INPE/RN, que tem como objetivo a fabricação e teste dos modelos de Engenharia e de Voo de um transponder de coleta de dados ambientais a ser embarcado no ITASAT. O modelo de engenharia foi entregue em dezembro de 2014.

Consideram como projetos de interesse/estratégicos do PNAE, aqueles relacionados diretamente com o desenvolvimento de veículos lançadores, satélites e seus equipamentos e sistemas de solo e operação e controle de centros de lançamento.

**Meta: Estruturar os conteúdos programáticos e a metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES).**  
**Instituições Responsáveis: Agência Espacial Brasileira (AEB) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**

**Análise Situacional:** No primeiro semestre de 2013 foi submetida à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma proposta de estruturação do curso de especialização. A CAPES, em resposta, solicitou a reformulação da proposta apresentada em um curso de mestrado profissional, visto a maior agregação de valor de um programa stricto sensu (mestrado profissionalizante) em relação a um de lato sensu (especialização). No segundo semestre de 2013, iniciou-se o projeto de criação de um Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial).

Em 2014, o CVT-Espacial foi materializado, na ocasião do lançamento do Espaço Educação e Tecnologia – E2T da AEB, sendo o primeiro no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI em Natal/RN, com a parceria entre a AEB, o Ministério da Educação e o próprio CLBI. Atualmente, o acordo de cooperação entre os parceiros está sendo finalizado e já foram iniciados os processos licitatórios de aquisições de equipamentos que serão utilizados nas diversas atividades do CVT-Espacial. Com este Centro Vocacional operacionalizado serão realizadas missões espaciais completas com estudantes de escolas públicas e privadas. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2015.

Paralelamente, serão redefinidas as disciplinas e o nível de qualificação mais adequado às premissas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir dessas redefinições poderá ser reformulada a proposta do curso de mestrado profissional e encaminhada novamente a CAPES.

**Meta: Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais**  
**Instituições Responsáveis: Agência Espacial Brasileira (AEB) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**

**Análise Situacional:** Em 2013, foram concluídas as negociações e discussões com o CNPq para a montagem de um programa de 300 (trezentas) bolsas do Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Foi estruturado portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais: ROSKOSMOS, JAXA, ESA, CRESDA, NASA, entre outras. Para as modalidades de bolsa Graduação Sanduíche (SWG), Atração de Jovem Talento (BJT) e Pesquisador Visitante Especial (PVE), a AEB enviou cartas de recomendação para melhor instruir os processos seletivos, que são de inteira governança do CNPq. Na modalidade SWG, foram recebidas, em 2013, 98 (noventa e oito) manifestações de interesse junto à AEB, dentre as quais foram encaminhadas 80 (oitenta) cartas de recomendação e 18 (dezoito) cartas de não recomendação.

Atualmente a AEB aguarda os resultados do CNPq para esta modalidade de bolsa, bem como o início do recebimento das manifestações de interesse para o processo seletivo do CNPq de 2014. Nas modalidades BJT e PVE foram enviadas cerca de 10 (dez) cartas recomendando os candidatos, dentre as quais a AEB ainda aguarda informação do CNPq a respeito do número de bolsas implementadas. Nas modalidades de bolsa Doutorado Sanduíche (SWE), Doutorado Pleno (GDE) e Pós-Doutorado no Exterior (PDE), cabe à AEB selecionar os candidatos, implementar e acompanhar as bolsas.

Em 2014, os resultados foram trinta e quatro candidatos recomendados na modalidade Graduação Sanduíche no Exterior. Foram implementadas duas (02) bolsas na modalidade GDE, três (03) na modalidade SWE, uma (01) bolsa para PDE, uma (01) bolsa na modalidade BJT, quatro (04) na modalidade PVE e quatro (04) bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior, sendo uma (01) DEJ e três (03) DES. Para modalidade SWG, foram recebidas cinquenta e seis (56) manifestações de interesse na área espacial, que resultaram em quarenta (40) recomendações da AEB e quatorze (14) aprovações dos candidatos recomendados, sendo sete (07) pela CAPES e sete (07) pelo CNPq.

**Meta: Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais.**  
**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** Em 2012, Foram realizadas: 1) a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; 2) a Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica; 3) participação da Campus Party; 4) da Rio +20; 5) da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; 6) da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; 7) do Circuito de Feiras de Ciências do GDF e 8) da Feira do Jovem Empreendedor Joseense.

Em 2013, o Programa AEB Escola apoiou os seguintes eventos: 1) Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; 2) a SBPC Focal, que foi uma reunião especial voltada para a disseminação da ciência, educação e saúde para a população de Alcântara/MA, em diversas comunidades locais. Ocorrida no período de 22 a 26 de abril, a SBPC Focal, propiciou a realização de diversas atividades como, oficinas, curso e palestras e, para tanto, convidou o Programa AEB Escola para colaborar na execução de algumas destas atividades, principalmente oficinas e minicursos; 3) a 65ª Reunião da SBPC, realizada no período de 21 a 26 de julho de 2013 no Campus da Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; 4) a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/MCTI, ocorrida entre os dias 21 e 27 de outubro, no Pavilhão de Exposição do parque da Cidade, Brasília/DF e 5) a 5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia. No estande da AEB, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais.

Em 2014, o Programa AEB Escola realizou diversas atividades, conforme descrição a seguir:

1. *Encontro Internacional de Astronomia e Astronáutica – O Encontro ocorreu no mês de abril, em Campos dos Goytacazes - RJ, e foi promovido pelo Cube de Astronomia Louis Cruls. Foram realizados minicursos, oficinas de foguetes de garrafa PET e palestras sobre a AEB. Ao todo, 20 pessoas participaram das oficinas.*
2. *Semana do Planetário de Brasília – Ocorrida no mês de abril, em Brasília/DF, foram ministrados minicursos sobre Astronomia, Órbitas de Satélites e Foguetes, Sensoriamento Remoto e Robótica. Além destas atividades, foram realizadas oficinas do Carrinho Foguete e Construção e Lançamento de foguetes de garrafa PET. Estima-se que durante esta semana, aproximadamente 400 visitantes tenham participado das atividades propostas pelo Programa AEB Escola;*
3. *Semana do Planetário do SESC de Taguatinga Norte – No mês de maio de 2014, o Planetário do SESC promoveu atividades voltadas para a temática de Astronomia e convidou o Programa AEB Escola para participar. Foram montadas três turmas por turno, com cerca de 30 alunos em cada uma, apresentando o somatório de 540 alunos nos 03 dias de atividades. As oficinas realizadas foram: Carrinho Foguete e Estações do Ano e os Movimentos da Terra;*
4. *Semana de Educação para a Vida: foi solicitado, por uma professora colaboradora do Programa AEB Escola, a realização de uma oficina sobre Construção e Lançamento de foguetes de garrafa PET. Esta*

atividade ocorreu no dia 12/05 na Escola Centro Educacional/ CED 07 de Taguatinga Norte/DF, e contou com a participação de 35 alunos e a construção de 04 foguetes;

5. O Programa AEB Escola participou da “5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia”. No estande da agência, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais.
6. SBPC em julho no Acre, com minicursos de capacitação para mais de 2000 participantes.
7. SNCT em Brasília/DF em outubro, com a realização de minicursos e oficinas para mais de 200 pessoas.
8. Atividades no Planetário de 15 a 19 de dezembro com a construção de carrinho-foguetes e minicursos sobre Astronomia e Astrofísica, ministrados para 300 participantes.

**Objetivo: 0555 – Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais**

**Análise Situacional do Objetivo**

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial. No âmbito das metas deste objetivo, cabe destacar, como uma das principais realizações, os importantes avanços, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), das discussões e definições dos aspectos técnicos, mecanismos e instrumentos que deverão ser utilizados e orientarão a estruturação e implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram na elaboração de um Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2013 entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space, que servirá de instrumento legal para garantir a efetiva transferência de tecnologia pela mencionada empresa estrangeira para o Brasil. Um dos principais desafios para a implantação dos projetos de Transferência de Tecnologia são os recursos necessários para o seu financiamento, assunto que foi tratado junto ao MCTI e a outras instância de governo na fase de elaboração da LOA 2015. Quanto à Absorção de Tecnologia, constituída pelo envio de pessoal técnico para as instalações da empresa fabricante do satélite (na França), esta vem sendo implementada como planejado desde o início de 2014.

As demais metas do objetivo relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo apenas destacar que a meta relativa ao desenvolvimento de lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no satélite Amazônia-1 já foi atingida.

Destacam-se também os importantes avanços obtidos no desenvolvimento do Banco de Controle do Sistema de Reentrada Atmosférica (SARA), com o equipamento já desenvolvido e entregue, estando previsto para o primeiro semestre de 2015, um ensaio de integração desse banco com a plataforma do SARA. No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de picosatélites, cabe ser destacado também o lançamento com sucesso, em 2014, do nano satélite NANOSATC-BR1, desenvolvido pelo Centro Regional Sul de Pesquisa (INPE-CRS) e que já se encontra operacional.

Ainda, no âmbito do Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanosatélites (Serpens), está sendo concluído, por um consórcio de universidades brasileiras e estrangeiras, o desenvolvimento de um satélite padrão 3U, com o objetivo de coleta de dados ambientais, a ser lançado no primeiro semestre de 2015. Destaca-se também o satélite universitário AESP-14, padrão 1U, desenvolvido pelos estudantes de graduação e pós-graduação do ITA, finalizado e testado no LIT. Foi entregue para lançamento à empresa japonesa JAMMS, responsável pelo lançamento do satélite a partir da Estação Espacial Internacional, previsto para janeiro de 2015.

**Análise Situacional das Metas**

**Meta: Catalisador de hidrazina qualificado para voo**

**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** O catalisador, a ser empregado nos propulsores da PMM (Plataforma Multi Missão), já havia sido aprovado em testes de qualificação. No entanto, em 2012, testes com o novo lote de catalisador preparado para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes não foi conclusiva. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do composto precursor da alumina empregada como suporte do catalisador dos propulsores da PMM, visando a sua utilização em missões futuras. O aluminato é sintetizado no Laboratório de Combustão e Propulsão do INPE, em virtude da variação da pureza do material importado. No primeiro semestre de 2014, os compostos precursores para preparação de suporte de alumina para catalisadores começaram a ser sintetizados e caracterizados usando insumos nacionais para garantir a reprodutibilidade. A metodologia de síntese do composto precursor da alumina foi revisada e otimizada. A expectativa para 2015 é impregnar a alumina com irídio tão logo o banco de testes de propulsores esteja operacional.

**Meta: Completar o desenvolvimento do Banco de Controle para lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA) suborbital em 2013.**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** O desenvolvimento do Banco de Controle (BC) do Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA), projeto inovador baseado em sistemas modularizados industriais e organizados em torno de um barramento de dados, foi contratado junto à empresa CENIC em fins de 2012, e o seu desenvolvimento foi iniciado em 2013 com a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR), a partir das especificações de projeto feitas pelo IAE. A partir desse evento, seguiu-se a Revisão Preliminar de Projeto do BC (PDR), a sua Revisão Crítica (CDR) e concluindo com os testes de conformidade e entrega do equipamento. Por motivos de atraso no fornecimento de componentes eletrônicos importados, o BC previsto para ser entregue em fins de 2013, somente ocorreu em maio de 2014. Em fins de 2013 foi entregue, também, o Modelo de Voo das Redes Elétricas do SARA Suborbital, cujo desempenho será demonstrado com ensaios específicos utilizando-se o Banco de Controle desenvolvido. No 1º semestre de 2014 foram realizados os últimos eventos relacionados ao contrato industrial, que resultou na assinatura, pelo IAE e AEB, do termo de recebimento e aceitação final do Banco de Controle do SARA. No 2.o semestre de 2014, seguiu-se a preparação para o ensaio conjunto entre o SARA e o Banco de Controle, previsto para 1º semestre de 2015.

**Meta: Completar o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75.**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** Em 2013 foram iniciadas as aquisições de materiais e contratações de serviços e bolsistas, em conformidade com o Plano de Trabalho do convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). Destaca-se a contratação das empresas para o desenvolvimento e fabricação dos subsistemas mais complexos do Motor (turbobomba e câmara de empuxo) e implementação da fase 1 do banco de ensaios de bombas. Com a formalização do interesse da Alemanha no projeto, foi realizada Revisão Preliminar do Projeto (PDR) complementar com a participação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e da empresa Airbus Defence and Space. Entre outras decisões tomadas, a de maior impacto foi a alteração do propelente do Motor L75 de querosene para etanol. Com isso, foi aberta a possibilidade de realização dos ensaios do Motor na Alemanha, mas houve a necessidade de reprojetar o Motor em parceria com o DLR. Como condição para a realização dos ensaios da câmara de empuxo no DLR, foi necessário o desenvolvimento de um modelo para verificar as características de desempenho e fabricação da câmara. Foi dado início aos contratos para desenvolvimento da turbobomba, implantação do banco para ensaios de bomba e a preparação para ensaios à quente do gerador de gás. Em 2014 foi estabelecida a cooperação Brasil-Alemanha para teste de um cabeçote de injeção em combinação com uma câmara de combustão para o motor L75. E, foi iniciado o contrato para o desenvolvimento da câmara de empuxo e fabricação do gerador de gás, dos ignitores, das válvulas e reguladores, além da continuação da fase 1 do banco de bombas e do contrato da turbobomba.

**Meta: Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** Tecnologias críticas são aquelas essenciais para capacitar o País a utilizá-las nas aplicações espaciais de interesse nacional, independentemente de cerceamentos tecnológicos. Algumas dessas tecnologias já são dominadas no País, mas é necessária uma política espacial que garanta a sua sustentabilidade e manutenção.

Com intuito de implementar um programa de Tecnologias Críticas, nos anos de 2012 e 2013 foi elaborada uma minuta para o referido programa.

Após o estudo e a elaboração da lista inicial de tecnologias críticas, foi realizado o alinhamento de ações com um gerenciamento efetivo do portfólio de projetos pertinentes do PNAE (projeto SERPENS, Programa Uniespaço, Programa Microgravidade, Editais do CNPq, encomendas da FINEP e ações orçamentárias de pesquisa e desenvolvimento nos órgãos executores), no sentido de acelerar o desenvolvimento de tecnologias críticas niveladoras com o auxílio do conhecimento contido na carteira de projetos. Com isso em 2013 foram lançados novos editais dos programas Uniespaço e Microgravidade para os quais 49 (quarenta e nove) projetos foram apresentados e 27 (vinte sete) aprovados e contratados pelo Programa UNIESPAÇO e 5 (cinco) pelo Programa de MICROGRAVIDADE.

Em 2013, foi realizado seminário de nivelamento para os selecionados no 4º Anuncio de Oportunidade (AO) do MICROGRAVIDADE, para apresentação dos experimentos para a equipe do IAE e apresentação das instalações do IAE aos pesquisadores. De 28 a 29 de abril de 2014, foi realizada uma vista técnica ao CLA para os pesquisadores conhecerem e identificarem quais adaptações são necessárias durante a campanha de lançamento, que está prevista para julho de 2015.

Em 2014, foi lançada a chamada para apresentação de novas propostas para o Programa MICROGRAVIDADE, ocasião em que foram apresentados 9 (nove) projetos e 5 (cinco) deles foram aprovados. Para esses projetos estava prevista, para o final de agosto, a vista técnica ao IAE, que ocorreu no dia 18 de setembro. Foi também realizado o

encontro com os gerentes dos Projetos aprovados no AO 01/2013 do Programa UNIESPAÇO, no MAB em São José dos Campos-SP, para apresentação dos trabalhos aos avaliadores, a comunidade científica e as empresas do meio aeroespacial. Foi aberta a 2ª chamada do AO 01/2013 do programa Uniespaço entre agosto e setembro de 2014, onde 25 (vinte e cinco) projetos foram submetidos, dos quais 12 (doze) foram aprovados.

**Meta: Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** A formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) foi concluída em 2013, com o término das discussões e definições das estratégias e aspectos técnicos, levadas a cabo pelo Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), constituído pelo Decreto nº 7.769/2012, com o propósito de orientar a implementação das ações associadas ao contrato de fornecimento, pela empresa Thales Alenia Space (TAS), de um satélite geoestacionário de comunicações ao Brasil. Essas discussões levaram à elaboração de um Memorando de Entendimento (MoU), assinado entre a AEB e TAS em dezembro de 2013, com o objetivo de estabelecer um instrumento legal capaz de dar ao governo brasileiro garantias de que os itens de transferência de tecnologia oferecidos pela TAS seriam implementados ao longo do desenvolvimento do SGDC. A assinatura desse MoU foi feita concomitantemente com a assinatura do contrato para o fornecimento do satélite SGDC, celebrado entre a empresa brasileira Visiona e a TAS.

A implementação do PATT teve início no 1º semestre de 2014. Pelo lado da Absorção, um contingente de 26 técnicos e engenheiros brasileiros seguiu para a França e iniciou suas atividades por meio de cursos de nivelamento, seguidos de trabalho integrado junto às equipes da empresa Thales, representando a Agência Espacial Brasileira (AEB), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Ministério da Defesa e a empresa Visiona. Deste contingente, 17 profissionais permaneceram na França, para desempenharem importantes tarefas nas fases de Revisão Preliminar e Revisão Crítica do Projeto do SGDC (PDR e CDR respectivamente).

Em 2015 será desenvolvida a segunda etapa do programa de Absorção de Tecnologia. Um novo grupo será enviado à França, que formará o novo contingente com representantes da AEB, do INPE, do Ministério da Defesa (MD), da Visiona, e também da Telebras, e do Ministério das Comunicações, num total de 39 profissionais. Desses, um grupo de 7 cumprirá apenas as fases de cursos de nivelamento, retornando ao Brasil em seguida. Os 32 remanescentes permanecerão até o final do projeto, retornando ao Brasil a partir de meados de 2016.

Pelo lado da Transferência de Tecnologia, ao longo do 1º semestre de 2014, foi realizada a priorização das tecnologias a serem contratadas, foram elaborados os Planos de Trabalho preliminares para as atividades da cedente das tecnologias (TAS), e das empresas cessionárias, seguido da formulação de proposta orçamentária para 2015, quando o programa deverá ter seus primeiros itens implementados por meio de contratos. Ao longo do 2º semestre de 2014, a AEB estabeleceu a formulação jurídica para tratar o processo de seleção e escolha das empresas nacionais, regras de licenciamento, etc.

Ao longo do 2º semestre de 2014 foram também estabelecidas junto à TAS as bases para o Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, o qual deverá ser assinado no início de 2015 em substituição ao Memorando de Entendimento celebrado em 2013. Por recomendação da Casa Civil e do MCTI, foram estabelecidas com a empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) as bases para um Edital de Subvenção Econômica visando selecionar e financiar as empresas nacionais interessadas na transferência das tecnologias previstas no Acordo entre a AEB e a TAS. O Edital de Subvenção deverá ser lançado em março de 2015.

**Meta: Concluir estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa**

**Instituição Responsável: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)**

**Análise Situacional:** Este projeto não evoluiu nos últimos anos devido a restrições orçamentárias e às prioridades alocadas às metas associadas ao VLS, VLM e desenvolvimento do motor L75.

**Meta: Desenvolver plataformas e subsistemas de microssatélites e realizar um lançamento até 2015 (ITASAT)**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** Em 2013, foi realizada uma avaliação do projeto ITASAT por consultoria internacional. Esta recomendou uma série de melhorias em aspectos técnicos e gerenciais do projeto. A partir deste diagnóstico, a AEB iniciou um processo de revisão dos planos do projeto com o objetivo de reorientá-lo e alinhar as expectativas da missão aos recursos orçamentários e humanos disponíveis para o seu desenvolvimento. O grau de complexidade do satélite foi reduzido de forma que o desenvolvimento do mesmo cumpra os cronogramas físicos e financeiros propostos após a revisão internacional. Foi escolhido um novo coordenador para o programa. O mesmo apresentou conhecimento suficiente para que a instituição cumpra os objetivos da missão ITASAT.



Em 2014 o projeto do ITASAT mudou para estrutura CubeSat 6U. Passou pela fase de projeto e revisão e desenvolvimento de diferentes subsistemas. Atualmente, o Modelo de Engenharia do satélite está sendo integrado e seus subsistemas testados. A fase integração e testes deve se estender até o primeiro semestre de 2015, e o Modelo de Voo deve ficar pronto no segundo semestre, com o lançamento previsto para o final do mesmo ano.

**Meta: Desenvolver plataformas e subsistemas de picossatélites e realizar dois lançamentos até 2015**  
**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** Em 2013 foi construído e testado no INPE o modelo de voo do satélite NANOSATC-BR1 do Centro Regional Sul (INPE-CRS) e para rastreá-lo foi instalada uma estação de solo em Santa Maria/RS e outra em São José dos Campos. Em 2014 o satélite teve sua integração final realizada, e passou por toda a bateria de testes necessária no LIT sendo aprovado e lançado em junho com sucesso na Rússia. A fase de comissionamento transcorreu como planejado e dados importante sobre a Anomalia Geomagnética sobre o Atlântico Sul foram coletados e utilizados na produção de artigos apresentados no 1º Congresso Latino Americano de Cubesats em dezembro. Atualmente, o comissionamento do satélite está considerado encerrado.

Quanto ao projeto CONASAT, do Centro Regional do Nordeste (INPE-CRN), iniciado em 2011, que consiste na construção de uma constelação de nano satélites CubeSats padrão 8U, com o intuito de garantir a continuidade da coleta de dados para o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais (SBCD) em 2013 o projeto foi redefinido devido a dificuldades em sua viabilização integral. O grupo passou a trabalhar no desenvolvimento de um transponder de coleta de dados, que será embarcado no ITASAT e nas demais missões de picossatélites. Em 2014, o Modelo de engenharia do Transponder de Coleta de Dados foi oficialmente entregue à equipe do ITASAT para sua integração no satélite e uma serie de testes. O modelo de voo do transponder deve ser entregue no primeiro semestre de 2015.

Quanto ao picossatélite AESP-14, iniciado em 2012 e desenvolvido por estudantes do ITA, foi desenvolvido um modelo de engenharia, testado no Laboratório de Integração e Testes/INPE durante 2014. O modelo de voo foi entregue à empresa japonesa JAMSS, responsável pelo contrato de lançamento do satélite a partir do módulo japonês Kibo da Estação Espacial Internacional (ISS). O satélite AESP-14 teve seu lançamento definido numa parceria com a agência espacial japonesa JAXA para ser lançado a partir da ISS. Adaptações de segurança e no sistema de energia tiveram de ser realizadas pelo fato da ISS ser uma missão tripulada. Todas as adaptações foram feitas e foram realizados os testes necessários no LIT, passando por uma checagem final em agosto, acompanhada por representantes da JAXA. Com o lançamento inicialmente planejado para outubro de 2014, pelo veículo Cygnus ORB-3 da empresa Orbital Sciences Corp., atrasos no planejamento da equipe japonesa levaram à alteração do lançamento, passando para o veículo Falcon-9 da empresa Space-X nos EUA. Este atraso foi providencial, pois houve uma falha durante o voo do veículo Cygnus ORB-3, ocorrido em 28 de outubro, que resultou num acidente com perda total da carga embarcada. O satélite AESP-14 foi integrado ao lançador Falcon-9 em novembro de 2014 e o seu lançamento está programado para janeiro de 2015.

Quanto ao satélite UBATUBASAT (TANCREDO-1) da Escola Municipal Tancredo Neves em Ubatuba-SP, em 2014, a AEB assumiu o compromisso de apoiar a Campanha, o lançamento e a implantação de uma estação para seu rastreamento. Com a colaboração de parceiros internacionais, incluindo o Prof Bob Twiggs (criador do padrão Cubesat), foi feito um dispositivo especial adaptado, onde o satélite será encaixado para ser ejetado ao espaço. O satélite deve ser lançado juntamente com o SERPENS, e seu sinal será rastreado até 30 de junho de 2015, a partir da própria estação da Escola. Esta escola tinha seu projeto completo, mas carecia do serviço de lançamento, pois foi implementado no padrão TubeSat. O lançamento do satélite, previsto para o primeiro semestre de 2015, foi fornecido dentro da parceria com a JAMSS, empresa japonesa que representa a JAXA nos contratos com estrangeiros e deve ser efetuado a partir da ISS. O Projeto SERPENS (um satélite 3U desenvolvido por um consórcio de universidades brasileiras que possuem cursos de Engenharia Aeroespacial, liderados pela Universidade de Brasília e apoiado financeiro da AEB) teve seu lançamento definido em parceria com a JAXA. Adaptações de segurança e no sistema de energia foram realizados durante 2014. Este satélite foi dividido em dois setores (Setor A e Setor B) e teve seu projeto e desenvolvimento de softwares praticamente concluídos. Com a finalização dos trâmites de importação foi iniciada a integração do Modelo de engenharia e os testes de seus subsistemas no LIT. A aquisição de componentes importados atrasaram seu desenvolvimento e os testes continuarão em 2015. A finalização da integração e dos testes dos modelos de engenharia e de voo, bem como a entrega do modelo de voo para lançamento deste satélite, juntamente com o Tancredo-1, estão previstas para maio de 2015. O lançamento até a ISS será realizado pelo lançador SPX-5.

**Meta: Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria.**  
**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** Em 2012, a meta já havia sido totalmente cumprida no que tange à aplicação para o satélite Amazonia-1. A mesma tecnologia foi empregada, em 2013, para as peças do satélite Lattes, com o revestimento de 12 peças do satélite com diamante DLC como lubrificante sólido; os testes em vácuo confirmaram o baixo coeficiente de atrito. Uma vez cumprida a meta, deu-se continuidade ao projeto visando o aprimoramento dos processos envolvidos. No primeiro semestre de 2014, começaram a ser realizados estudos de aprimoramento da aderência do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas, além de testes tribológicos do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas. O Laboratório de Tribologia foi instalado em suas novas dependências e está operacional. Ademais, também foi dado início aos estudos de deposição de diamante em filamentos de titânio e suas ligas e ao desenvolvimento de uma modificação na técnica PECVD (Deposição por Vapor Químico Assistido por Plasma). O grande desafio enfrentado para estas realizações foi a escassez de recursos humanos. Já o processo de transferência de tecnologia para a indústria junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INPE, passou por problemas técnico-jurídicos e ficou suspenso em 2014. Para 2015, espera-se avançar os estudos de incorporação de nano partículas em filmes para a melhoria do lubrificante sólido e desenvolver um reator específico para as deposições de lubrificantes sólidos com a tela ativa para se obter filmes com o aderência redobrada. Também em 2015, pretende-se retomar as gestões para a formalização do processo de transferência da tecnologia de lubrificantes sólidos para a indústria.

**Meta: Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado**  
**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** A fabricação do microgiroscópio de silício, como todo equipamento de tecnologia mais refinada, possui algumas condições básicas e essenciais para ser realizada. No caso do microgiroscópio é necessário que o Reator de Corrosão a Plasma – DRIE esteja operacional, os demais componentes da infraestrutura de microfabricação estejam recuperados e adequados para atender aos requisitos técnicos. O Reator foi adquirido em 2012, mas ainda não está operacional porque a infraestrutura laboratorial necessária (ar condicionado, sistema de refrigeração, sistema de gases, controle de temperatura e umidade, entre outros) não está completa. O principal motivo tem sido o tempo consumido na instalação e manutenção da infraestrutura e em processos de compras, tudo isto agravado pela carência de recursos humanos. Assim, mesmo engendrando grandes esforços, o cronograma do projeto para 2013, cuja principal atividade seria a de maximizar a sensibilidade do giroscópio dado uma largura de banda, a partir da escolha de dimensões críticas do design, não foi concluída.

Os sucessivos atrasos, mas a expectativa de cumprimento da meta até 2015, fizeram com que o planejamento para 2014 constasse da finalização da instalação de toda a infraestrutura necessária e do início da fabricação de protótipos do microgiroscópio. No primeiro semestre de 2014, toda a equipe ficou focada nas atividades relacionadas à instalação, manutenção e recuperação da infraestrutura e dos equipamentos. Dentre estas atividades, destacam-se: (1) conclusão da instalação dos sistemas de vácuo e de resfriamento de água do Reator; (2) conclusão da instalação de linhas de gases, com exceção dos purgadores que só foram recebidos neste semestre; (3) instalação do tanque de nitrogênio para suprir a operação do Reator; (4) instalação dos sensores de temperatura, de umidade e de gases para segurança; (5) projetados e fabricados os componentes de válvula de alívio e de sistema de alimentação de gases da evaporadora; (6) construção dos dois fornos de infravermelho para litografia; (7) construção de dois controles de banho para limpeza RCA de silício; (8) aquisição, com recursos obtidos do CNPq, de lâminas de silício, vidraria de quartzo, liner e peças de reposição; (9) projetado e fabricação do suporte para as máscaras de 2,5 polegadas. No segundo semestre de 2014, esperava-se realizar a fabricação da primeira versão da estrutura mecânica de giroscópio, entretanto, ainda não foi possível concluí-la, pois o projeto ainda está no estágio de implantação de meios. Destaca-se a conclusão do projeto da eletrônica de controle para um giroscópio MEMS (*Micro-Electro-Mechanical System*).

**Meta: Motor iônico qualificado**  
**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** O projeto do motor iônico vem sendo desenvolvido ao longo de todo o período do PPA atual. O principal componente do motor iônico, o catodo oco, tem sido o foco dos maiores esforços. No primeiro semestre de 2014, os novos catodos ocios foram testados com os gases xenônio e argônio, apresentando resultados operacionais promissores.

Os testes provaram o alcance do funcionamento em modo "spot", que é o modo operacional em propulsores iônicos. Em função desses resultados, no segundo semestre de 2014, os catodos ocios foram redimensionados e novos testes foram realizados. Com a utilização dos novos catodos ocios, espera-se evoluir no modelo de qualificação dos propulsores iônicos. Parte dos desafios enfrentados para a execução do projeto gira em torno das sérias dificuldades na importação de insumos e componentes sensíveis para tecnologia espacial. O nitreto de alumínio, por exemplo, material de alta condutividade térmica, que não havia sido adquirido em 2013, por ausência de empresa participante na

concorrência internacional, foi adquirido somente no segundo semestre de 2014, tornando possível o desenvolvimento de aquecedores de alta eficiência e baixo consumo de potência.

A falta de recursos humanos também é um sério problema, que chega a paralisar oficinas, e tem um impacto significativo no cronograma do projeto. Atividades como a fabricação e montagem do novo protótipo de propulsor iônico com 5 cm de diâmetro, utilizando os catodos ociosos desenvolvidos, estão temporariamente suspensas e em busca de solução para prover um quadro adequado de técnicos mecânicos. A expectativa para 2015 é que seja encontrada uma solução para a retomada das atividades de fabricação, montagem e testes dos propulsores iônicos com os catodos ociosos desenvolvidos.

**Objetivo: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico**

#### **Análise Situacional do Objetivo**

Buscando consolidar a importante autonomia no monitoramento do imenso território brasileiro, cabem ser destacados os importantes esforços desenvolvidos em cooperação com a China no âmbito do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite).

Com a perda do satélite CBERS-3, lançado no início de dezembro de 2013, devido a uma falha no terceiro estágio do foguete chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite em sua órbita correta, Brasil e China acordaram em acelerar o desenvolvimento do CBERS-4 e antecipar o seu lançamento para fins de 2014. Com um cronograma extremamente desafiador, todos os esforços foram envidados para superar etapas críticas de montagem, integração e testes, o que possibilitou o seu lançamento no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da Base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado. Embora as quatro câmeras imageadoras estejam ainda em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil o aprimoramento das suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações. É possível também afirmar que os projetos de satélites da família CBERS foram de fundamental importância tanto para o estabelecimento quanto para a capacitação do setor industrial espacial brasileiro. Estes projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. A capacitação industrial necessária para projetar e fabricar os subsistemas e equipamentos relacionados não se reduz às competências tecnológicas, mas incluem infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais extremamente valiosas e aplicáveis a outras atividades de outros setores em que estas empresas também atuam. No âmbito da cooperação estratégica com a China, cabem ser destacadas também as discussões preliminares iniciadas sobre o Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação no Setor Espacial para o período de 2013 a 2022, firmado na 3ª reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), ocorrida em 06/11/2013 em Cantão-China, o qual ampliará diversificará ainda mais as oportunidades de cooperação com aquele país na área espacial.

Quanto ao desenvolvimento do satélite Amazônia-1, que visa ampliar a capacidade nacional em observação da Terra, os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil ainda permanecem. Restrições decorrentes da inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico, da falta de pessoal e de recursos orçamentários vêm acarretando atrasos no desenvolvimento do projeto. Dado esse cenário, foi necessário em 2014 reprogramar o cronograma de execução do projeto, bem como readequar as metas físicas a serem cumpridas. Não obstante esses fatos, foi possível, no entanto, quanto à plataforma do satélite, disponibilizar os equipamentos de testes relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle), a estrutura do módulo de carga útil do modelo de voo, o modelo de qualificação do subsistema OBDH, o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), este subsistema está em processo de transporte para o Brasil. Quanto aos trabalhos em nível de sistema, foram realizadas, entre outras, as seguintes macro atividades: campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE, projeto da cablagem do módulo de serviço e conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1.

Na consecução dos resultados buscados no presente Objetivo, deve ser mencionada ainda a conclusão dos trabalhos de revisão crítica (CDR) de projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), com a participação de especialistas da Telebras, do Ministério da Defesa, da AEB, do INPE e da empresa VISIONA, o que possibilitará o início da sua fabricação em 2015. Importante realização está também na capacitação, em 2014, de 26 profissionais dessas instituições na França, como parte do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT)

estabelecida entre a AEB e a empresa fornecedora do satélite Thales Alenia Space (TAS), que busca criar e desenvolver maior capacitação tecnológica do país no desenvolvimento e operação de satélites geoestacionários de telecomunicação. Para 2015, está prevista a permanência na França de 32 profissionais das referidas instituições engajados na segunda fase do PATT, que consiste em treinamento realizado nas tarefas reais do trabalho de projeto do satélite e de seus sistemas de solo e comunicação, bem como o início da etapa de transferência de tecnologia para a indústria nacional.

Correlacionado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE concluiu os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, no PESE – Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e para as próximas etapas do programa SGDC. Este estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m<sup>2</sup> de área construída e a implantação de novos meios de testes. Estimado em R\$ 185 milhões, o projeto contará, para sua primeira fase, com um apoio da FINEP no montante de R\$ 45 milhões. Em fins de 2014, houve a conclusão parcial do projeto básico das obras civis, estando previstas para 2015 a conclusão do projeto executivo, o início do processo licitatório de parte da obra civil, bem como a contratação de construtora responsável pelas obras.

Por fim, merece ser destacado ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, cuja infraestrutura está praticamente concluída, encontrando-se já em fase inicial de operação com um ambiente robusto e que permite desenvolvimento sustentado na pesquisa espacial e em sinergia com esta, o que a potencializa para atingir a novos patamares internacionais. O sistema já está organizado em forma de um programa que já tem capacidade de emitir alertas imediatos via a sua página oficial no ambiente do INPE e em redes sociais quando radiação ou partículas solares atingem o ambiente terrestre, além dos relevantes boletins diários com a previsão de ocorrência de tempestades de radiação solar, geomagnéticas, bolhas de plasma e perturbações na ionosfera, que podem afetar desde o funcionamento de satélites em órbita da Terra, até o uso de receptores GPS na superfície. Cabe mencionar ainda que o sistema desenvolvido no Brasil tem obtido projeção internacional e despertado o interesse de vários países em desenvolver cooperações internacionais nesta área. Recentemente, o gerente geral do programa brasileiro foi eleito como vice-diretor do organismo internacional que representa este setor técnico-econômico.

As principais restrições encontradas no conjunto das metas do presente Objetivo residem na inadequação da legislação para contratação de projetos de desenvolvimento tecnológico, bem como na falta de pessoal tanto na AEB quanto no INPE, e na insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, que, além de retardar o desenvolvimento dos projetos, vêm levando também à necessidade de adiamento do início de outros importantes projetos estratégicos de interesse nacional, tais como os estudos necessários para o início do desenvolvimento dos satélites radar e de meteorologia, com maior participação da indústria nacional, como estabelecidos no PNAE.

#### **Análise Situacional das Metas**

**Meta: Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários.**

**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** O Laboratório de Integração e Testes – LIT completou em 2012 os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, no PESE – Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e para as próximas etapas do programa SGDC.

O estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m<sup>2</sup> de área construída e a implantação de novos meios de testes, incluindo:

- Novo sistema de testes de vibração de grande porte de cerca de 300 kN;
- Novo sistema para testes de antenas de pequeno porte, utilizando uma câmara de testes de campo próximo;
- Novo sistema para testes de antenas de grande porte e cargas úteis de telecomunicações, utilizando uma câmara de testes de campo compacto;
- Novas salas limpas para montagem e integração de sistemas espaciais de grande porte e com pé direito de cerca de 14 metros sob a ponte rolante.
- Nova instrumentação.

O investimento total necessário foi estimado inicialmente em R\$ 185 milhões ao longo de 5 anos (posteriormente revisto para R\$ 170 milhões), incluindo as novas edificações e a aquisição de novos meios de testes. Também foi prevista a contratação de 50 novos servidores ao longo deste mesmo período.

Este estudo deu origem no final de 2012 a um Termo de Referência preparado pelo MCTI como o projeto estruturante LIT\_INPE\_2012, alinhado com a ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, e uma

encomenda de projeto junto à FINEP. Esta encomenda foi estabelecida em R\$ 45 milhões, relativa apenas aos investimentos previstos para a 1ª fase do projeto de expansão do LIT com cerca de dois anos de duração, referente aos recursos necessários para a elaboração dos projetos básico e executivo e para parte das obras civis das novas edificações. Esta encomenda foi efetuada junto à FINEP em julho de 2013, resultando em um convênio assinado em dezembro de 2013.

Esta encomenda previa a liberação de R\$ 10 milhões ainda em 2013 e de R\$ 35 milhões em 2014. Entretanto, a primeira liberação de recursos financeiros da FINEP, ocorreu apenas em abril de 2014, no valor de R\$ 4,5 milhões, seguida de outra em maio de 2014, no valor de cerca de R\$ 2 milhões. Isto implicou em atraso no processo de contratação da empresa projetista das novas edificações, processo que foi concluído apenas em julho de 2014, e no processo de contratação de assessoria internacional, processo ainda não concluído. Estes atrasos implicaram em mudança no cronograma de elaboração dos projetos básico e executivo das edificações e conseqüentemente no das obras civis.

A conclusão parcial do projeto básico das obras civis se deu em dezembro de 2014 e está prevista a conclusão do projeto executivo em abril de 2015. Estima-se iniciar-se o processo licitatório de parte das obras civis em maio de 2015 e a contratação da construtora no segundo semestre de 2015. Estas estimativas dependem da liberação de cerca de R\$ 38,5 milhões pela FINEP, referente ao restante dos recursos da 1ª fase do projeto de ampliação do LIT, o que se estima permitirá que cerca de 10% do projeto esteja concluído no final de 2015.

Acrescenta-se que, a conclusão da ampliação do LIT necessita da liberação do restante do montante originalmente estimado de R\$ 170 milhões, pois o montante de R\$45 milhões, aprovado para a 1ª fase do projeto, é insuficiente para a conclusão das obras e instalações das edificações, bem como para a aquisição dos novos meios de testes. Com a aprovação e liberação do recurso complementar de R\$125 milhões, será possível realizar os processos licitatórios da parte faltante das obras civis e instalações, bem como realizar os processos licitatórios para a aquisição dos novos meios de testes.

A conclusão dos trabalhos do projeto de ampliação do LIT no final de 2018, compatível com a expectativa atual para o início dos trabalhos para a próxima etapa do programa SGDC, depende da liberação do recurso complementar de R\$125 milhões ainda em 2015.

Estima-se que em função da encomenda da 1ª fase do projeto de expansão ter contemplado apenas R\$ 45 milhões dos R\$ 170 milhões necessários e também pelo atraso na liberação destes recursos, ao final de 2015 apenas cerca de 10% do total do projeto esteja concluído. Portanto recomenda-se a revisão da meta do projeto para o final de 2015 para: Concluir 10% da execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários.

**Meta: Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional.**

**Instituição Responsável: Agência Espacial Brasileira (AEB)**

**Análise Situacional:** Projeto com andamento suspenso em função da limitação de recursos orçamentários e de pessoal.

**Meta: Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1**

**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** Em 2012, um dos principais destaques do desenvolvimento do satélite Amazônia-1 foi a realização da campanha de qualificação estrutural do satélite. Como resultado, foi comprovado que o satélite estaria apto a suportar o esforço e as cargas geradas durante o lançamento.

Já em 2013, o satélite Amazônia-1 sofreu atrasos em seu desenvolvimento por restrições de recursos humanos e inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico, fazendo com que diversos processos de compra não prosperassem. Apesar das adversidades, esforços da equipe levaram a um significativo avanço em diversas atividades, destacando-se as seguintes: (1) disponibilização dos equipamentos de testes (em nível de sistema) relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle); (2) realização da campanha de teste integrado AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE; (3) disponibilização da Estrutura do Módulo de Carga Útil do modelo de voo; (4) conclusão da qualificação do Subsistema OBDH; (5) definição do Sistema de Detecção de Falhas (FDIR) para a fase de lançamento.

Por problemas relacionados aos aspectos administrativos e legais, um sério contratempo surgiu no projeto, ainda em 2013, que foi a paralisação das atividades do contrato celebrado para prover o imageador AWFI (Advanced Wide Field Imager). Como alternativa de solução, o INPE fez um estudo sistêmico para a utilização do imageador WFI

(Wide Field Imager) desenvolvido para o Programa CBERS, que demonstrou ser viável a sua utilização no Amazônia-1, desde que adaptações sejam realizadas no sistema.

Até o primeiro semestre de 2014, foi disponibilizado o subsistema de Propulsão e realizados os testes integrando os subsistemas OBDH e TT&C. No entanto, o consórcio PMM (Plataforma Multimissão) responsável pelo provimento dos subsistemas PSS e TT&C informou das dificuldades que vem encontrando para completar o desenvolvimento desses equipamentos dentro do atual cronograma de desenvolvimento, o que poderá levar a AEB, gestora do contrato, a buscar alternativas para seu fornecimento.

A Engenharia de Sistemas do INPE realizou um trabalho sistêmico para verificar as alternativas para tais equipamentos. O estudo concluiu que, com algumas adaptações, existem equipamentos no mercado internacional que poderiam substituir os que não seriam providos pelo consórcio PMM.

Não obstante esses fatos, no entanto, quanto à plataforma do satélite, foi possível disponibilizar o modelo de qualificação do subsistema OBDH (Gerenciamento de Dados), o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), que está em processo de transporte para o Brasil. Quanto aos trabalhos em nível de sistema, foram realizadas, entre outras, as seguintes macro atividades: campanha de teste integrado do AOCs (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH no INPE, projeto da cablagem do módulo de serviço e conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1

Dessa forma, nota-se claramente que significativos avanços foram obtidos em várias frentes, graças a um aumento drástico da carga de trabalho e de atividades, sob responsabilidade da equipe. Mesmo assim, ainda há grandes dificuldades a serem transpostas, que impedirão que a meta seja integralmente realizada até o final de 2015.

A meta física cumprida até 2014 foi de 62 %. Para o ano de 2015 estão previstas as seguintes macro atividades: a) finalização da campanha ambiental do satélite relacionada aos testes térmicos; b) finalização dos testes de compatibilidade radioelétrica; c) início dos testes elétricos do modelo elétrico do satélite Amazônia-1; d) conclusão das atividades para contratação do veículo lançador.

**Meta: Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013**  
**Instituição Responsável: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**

**Análise Situacional:** A implantação do sistema de monitoramento do clima espacial não foi concluída em 2013. Em virtude de restrições orçamentárias, optou-se por focar os esforços apenas na execução das ações de operação associadas ao monitoramento do clima espacial. A necessidade de ajuste do cronograma, e consequente redimensionamento do projeto de implantação à nova realidade, acabaram por postergar a conclusão da meta para 2015.

Dentre as atividades / etapas a serem ainda desenvolvidas constam: (1) investimentos no serviço de manutenção de software e sistemas de monitoramento e previsão do clima espacial; (2) a finalização das instalações de equipamentos adquiridos em 2012, 2013 e 2014, bem como da casa de suprimento de energia e do sistema redundante de hardware; (3) a revisão dos serviços de internet. Estas etapas demandarão grandes esforços na superação de desafios enfrentados desde 2012, a saber, (a) Para a implantação de sítios de coleta há restrições operacionais pela baixa qualidade ou inexistência de serviços de internet e/ou energia, além da dificuldade logística para o transporte dos sistemas até o sítio. (b) Nos processos de compra, há uma excessiva demora nos trâmites, podendo comprometer a execução final e os prazos. (c) Devido ao alto grau de tecnologia envolvida, grande parte dos fornecedores dos suprimentos tecnológicos necessários é estrangeira, exigindo a realização de processos licitatórios internacionais e consequente longa espera nos processos de nacionalização para entrega.

Mesmo assim, ao longo de todo o período do atual PPA, a equipe de pesquisadores e tecnólogos envolvidos disponibilizou as relevantes informações sobre o clima em boletins diários, e comunicados à imprensa, quando aplicável. Ademais, foi realizado um exitoso workshop com usuários de produtos de clima espacial. O mais recente sucesso alcançado foi a consolidação da parceria INPE-NOAA, através do estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites Cosmic, aumentando a capacidade geográfica de monitoramento da América do Sul para o globo terrestre.

Também ao longo do 1º semestre de 2014, houve o aprofundamento da cooperação do INPE com a China para projetos associados ao Clima Espacial, dentro do escopo do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial.

O Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA não está sendo apresentado, tendo em vista que a metodologia do PPA não permite a apresentação na forma estruturada solicitada pelo TCU. Não obstante este fato, pela análise situacional apresentada, é possível verificar o avanço das metas quantitativas, regionalizadas ou não, com como as metas qualitativas.

A seguir, apresentamos a Programação e Execução Orçamentária e Financeira da Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2014 que estiveram na responsabilidade da AEB cuja execução está sumarizada nos quadros referentes às ações.

A execução do orçamento reflete as prioridades dos programas gerenciados e executados diretamente pela Agência e, principalmente, pelos dois principais órgãos setoriais executores: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA do Comando da Aeronáutica – COMAER, órgão da estrutura do Ministério da Defesa – MD, responsáveis pela execução dos principais projetos e atividades estratégicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE.

#### Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20UZ			<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Título</b>	Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial.					
<b>Iniciativa</b>	Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados					
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.			<b>Código</b>	0702	
<b>Programa</b>	Política Espacial			<b>Código</b>	2056	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 – Agência Espacial Brasileira					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.160.192	33.160.192	31.687.528	15.119.747	14.225.841	893.905	16.567.781
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Infraestrutura mantida		Unidade	9	9	9	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
14.400.657	14.274.721	-278.681	Infraestrutura mantida		Unidade	9

Fonte: SIOP – Financeiro: SIAFI. Físico: SIG/MCTI

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20V0			<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Título</b>	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais					
<b>Objetivo</b>	Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.			<b>Código</b>	0397	
<b>Programa</b>	Política Espacial			<b>Código</b>	2056	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 - Agência Espacial Brasileira					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.253.078	28.253.078	28.561.132	13.362.553	13.362.553	0	15.198.580
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto Apoiado		Unidade	4	4	4	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.321.544	620.225	0	Projeto apoiado		Unidade	4

Fonte: SIOP – Financeiro: SIAFI. Físico: SIG/MCTI



**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20VB			<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Título</b>	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial					
<b>Iniciativa</b>	Desenvolver tecnologias críticas requeridas por sistemas espaciais, particularmente as voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo.					
<b>Objetivo</b>	Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.			<b>Código</b>	0555	
<b>Programa</b>	Política Espacial			<b>Código</b>	2056	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 - Agência Espacial Brasileira					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.472.000	35.472.000	31.127.742	13.611.209	13.496.073	115.136	17.516.532
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto Apoiado		Unidade	8	8	8	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
14.305.457	14.002.954	-157.639	Projeto Apoiado		Unidade	8

Fonte: SIOP – Financeiro: SIAFI. Físico: SIG/MCTI

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20VC			<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Título</b>	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites.					
<b>Iniciativa</b>	Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais.					
<b>Objetivo</b>	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação.			<b>Código</b>	0702	
<b>Programa</b>	Política Espacial			<b>Código</b>	2056	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 - Agência Espacial Brasileira					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
91.882.598	91.882.598	83.689.796	45.778.590	44.332.792	1.445.799	37.911.205
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto Apoiado		Unidade	5	5	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
49.555.951	30.024.476	-627.498	Projeto Apoiado		Unidade	5

Fonte: SIOP – Financeiro: SIAFI. Físico: SIG/MCTI

**Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	7F40				<b>Tipo:</b>	Projeto
<b>Título</b>	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA					
<b>Iniciativa</b>	Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)					
<b>Objetivo</b>	Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).				<b>Código</b>	0398
<b>Programa</b>	Política Espacial				<b>Código</b>	2056
<b>Unidade Orçamentária</b>	24205 - Agência Espacial Brasileira					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
90.699.455	90.699.455	56.192.599	896.949	896.949	0	55.295.650
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Infraestrutura implantada		Percentual de execução física	11,00	11,00	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
61.445.591	15.978.921	-3.628.298	Infraestrutura implantada		Percentual de execução física	9,42%

Fonte: SIOP – Financeiro: SIAFI. Físico: SIG/MCTI

### 5.2.3.5 Análise Situacional

As metas físicas estabelecidas na LOA decorrem da natureza das ações orçamentárias. No caso de ações orçamentárias tipificadas como projetos, as metas físicas são definidas pelos órgãos responsáveis pela sua execução, em função dos recursos disponibilizados, com o indicador de percentual de execução do projeto. Já no caso de ações orçamentárias tipificadas como atividade, as metas físicas são definidas, contabilizando-se o quantitativo de projetos apoiados ou infraestruturas mantidas, em função dos recursos disponibilizados.

Quanto às metas financeiras ou necessidades orçamentárias anuais, são tomadas como referência o planejamento dos investimentos estabelecidos no PNAE 2012-2021, que prevê uma necessidade de recursos anuais da ordem de R\$ 900 milhões. No entanto, a prática de adotar valores do exercício anterior da LOA, como limites orçamentários para o exercício subsequente, anula todo esforço de planejamento.

A análise situacional dos resultados alcançados, concernentes com as metas físicas e financeiras das ações orçamentária da LOA 2014 de responsabilidade da unidade jurisdicionada, é apresentada a seguir.

#### **Ação 20UZ – Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial**

**Análise Situacional:** A ação deu continuidade nos investimentos para a manutenção, atualização e expansão da infraestrutura de apoio ao desenvolvimento e operação de satélites e processamento de imagens do INPE (LIT, CRC e OBT), bem como de veículos lançadores e centros de lançamento do DCTA (IAE, CLA e CLBI). Nesses investimentos, destacam-se os esforços do LIT, que manteve as creditações em metrologia até abril de 2015, com o escopo da acreditação do seu Laboratório de Ensaios em Compatibilidade e Interferência Eletromagnética (EMI/EMC) aumentada, a aquisição de novas pontes rolantes, novos sensores para calibração de campos elétricos magnéticos, bem como submissão ao INMETRO da documentação para acreditação na avaliação de placas de circuito impresso nuas.

Destacam-se também os preparativos do Centro de Rastreo e Controle do INPE, que, com o seu Centro de Dados ampliado para 2.5 Peta Bytes, já iniciou o rastreo e controle do CBERS-4 em sua fase de LEOP, e as necessárias modernizações para iniciar também o rastreo e controle do satélite Amazônia-1, assim que for lançado. No CLA foi possível, entre outros, a manutenção e o aperfeiçoamento dos sistemas metrológicos, dos radares, das embarcações de transporte, da aclimação e da conservação de laboratórios. Da mesma forma, foi possível manter e aperfeiçoar a infraestrutura de diversos laboratórios do IAE, assim como a modernização do sistema de combate a incêndio e o de telefonia do CLBI.

Os atrasos na aprovação da LOA de 2014, bem como da programação financeira e orçamentária, que estabeleceu os limites orçamentários para empenho e limites financeiros para pagamento, bastante restritas, fizeram com que a execução do orçamento somente iniciasse a partir do segundo trimestre de 2014, o que acarretou atrasos no início de algumas importantes iniciativas.

#### **Ação 20V0 – Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites**

**Análise Situacional:** Os eventos do VLS-1 relacionados com as Operações Santa Bárbara I (integração da rede elétrica no MIR) e Santa Bárbara II (lançamento do VSISNAV) no CLA foram reprogramados para 2015, devido a atrasos na entrega da rede elétrica do veículo pela empresa contratada. Vale ressaltar que a entrega deveria ter ocorrido em 2012, segundo o contrato firmado entre as partes. Diversos componentes e módulos do veículo estão prontos ou em fase de finalização. As atividades de integração já foram iniciadas. Contudo, esbarram novamente na ausência dos equipamentos eletrônicos. Além disso, em 2014 firmou-se a renovação do convênio com a fundação de apoio por mais um ano, garantindo a agilidade da execução orçamentária necessária para a realização das atividades técnicas e operacionais do Projeto.

Quanto ao VLM1, necessidades de ajustes de caráter técnico no seu projeto levaram à reprogramação do seu Plano de Trabalho com a agência alemã DLR, prevendo-se o voo de qualificação do veículo em 2018, precedido do lançamento do experimento alemão SHEFEX 3 no veículo suborbital VS-50 em 2017. Dificuldades relativas ao gerenciamento administrativo para execução do Objeto foi superado no final do Exercício por meio de Celebração de Convênio entre o Instituto de Aeronáutica e Espaço e a Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais. Quanto ao lançamento de foguetes suborbitais no país, destaca-se em 2014, o lançamento do VS-30 V13 com o Estágio Propulsivo Líquido no CLA. Adicionalmente por dificuldades no desenvolvimento da carga útil SARA

suborbital, o seu lançamento no CLBI com veículo VS-40 foi adiado para 2015. Outros cinco lançamentos no exterior em cooperação com o DLR foram também adiados para 2015, devido a problemas de ordem técnica do programa europeu.

#### **Ação 20VB – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial**

**Análise Situacional:** Esta ação é focada na ampliação do domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais. Em especial a iniciativa de desenvolver tecnologias críticas requeridas por sistemas espaciais para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo. Para isso ela tem apoiado projetos de P&D de tecnologias críticas por intermédio da realização de projetos e experimentos científicos e tecnológicos em universidades e centros de excelência científica e tecnológica e empresas em temas estratégicos para o Programa Espacial Brasileiro com ênfase na utilização de componentes e tecnologias de baixo custo. Nessas atividades a ação proporcionou em 2014 o apoio a mais de 130 projetos/atividades/eventos, destacando-se o lançamento com sucesso do nanossatélite NanosatC-Br1, que produziu dados e informações importantes sobre o campo geomagnético do atlântico sul e os trabalhos de integração e testes dos nanossatélites AESP-14, SERPENS, UBATUBASAT e o ITASAT, cujos lançamentos deverão ocorrer em 2015.

Foi possível também apoiar projetos de desenvolvimento científico e tecnológicos nos programas de demanda induzida do UNIESPAÇO e MICROGRAVIDADE e pesquisas realizadas no INPE e IAE dentro do escopo de suas respectivas missões institucionais. Destacam-se nessas iniciativas o apoio à criação e implantação do Centro Vocacional Tecnológico Espacial em Natal/RN a ocorrer durante 2015 e a consolidação da infraestrutura do sistema de observação em Clima Espacial do INPE.

Para atingir os objetivos dessa ação também é necessário o desenvolvimento de competências e capital humano e para isso, a AEB colaborou na formação de novos tecnólogos mestres e doutores, estimulando intercâmbios técnicos e científico-tecnológicos, tanto no país como no exterior ou ainda na formação e capacitação de talentos, por meio de cursos profissionalizantes ou estágios em instituições e empresas. Destacam-se nessa capacitação 26 profissionais que participam do programa de transferência de tecnologia e conhecimento associados ao desenvolvimento do satélite SGDC, cuja contratação foi feita junto à empresa francesa Thales Alenia Space e a implementação de 27 bolsas no Programa Ciência Sem Fronteiras para o setor espacial.

Esta ação também fomentou programas para a atração de futuros talentos na área espacial, mediante a capacitação de professores e a divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, para o desenvolvimento de novas vocações para a área para isso promoveu o desenvolvimento de diversas atividades e no âmbito do programa AEB-Escola, em especial em 13 eventos organizando semanas de divulgação de ciência e tecnologia em planetários, feiras de ciência e tecnologia e participação em eventos de grande porte como a SBPC e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do MCTI.

#### **Ação 20VC – Desenvolvimento e Lançamento de Satélites**

**Análise Situacional:** O principal projeto, o satélite CBERS-4, foi lançado com sucesso em 7 de dezembro de 2014, a partir da Base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado. Embora as quatro câmeras imageadoras estejam ainda em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil o aprimoramento das suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações. Quanto ao satélite Amazônia-1, os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil ainda permanecem. Restrições decorrentes da inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico, da falta de pessoal e de recursos orçamentários vêm acarretando atrasos no desenvolvimento do projeto, o que levou a uma reprogramação do cronograma de execução e readequação das atividades do projeto.

Em 2014, dois importantes estudos foram concluídos. O Estudo Comparativo de Soluções para o Sistema de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-Hidro) seguido da assinatura de um Memorando de Entendimento Complementar entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB) com vistas a definir os requisitos detalhados da missão SCD-Hidro, execução de projeto de engenharia, contratação do desenvolvimento e fabricação dos sistemas e subsistemas satelitais e de solo, contratação do lançamento e execução do comissionamento do sistema SCD-Hidro em órbita. O Memorando também definiu as instâncias de governança baseado em um Comitê Gestor e um Grupo-Executivo, que estão em processo de estruturação. O outro estudo redundou na aprovação do relatório da Fase A do satélite SABIA-Mar e o início da sua Fase B. O desenvolvimento do Satélite Lattes teve continuidade e concluiu o subsistema propulsão e seu sistema obturador do experimento GLOW passou nos testes ambientais.

#### **Ação 7F40 – Implantação do Complexo Espacial de Alcântara – CEA**

Análise Situacional: No período de 2012 a 2014, foram realizadas pelo CLA as seguintes aquisições: instrumentos de medidas; três fontes de alimentação sobressalentes do radar meteorológico banda X; ferramentas para o Setor de Preparação e Lançamento; dois sistemas de terminação de voo; quatro geradores de código IRIG local para sistema de sincronização; componentes sobressalentes para a Antena de Telemetria Redundante; 2(duas) Licenças (Hard Key) de um decodificador PCM MAGALI; móveis para o Posto Médico e prédios operacionais do CLA. Foram concluídos também os seguintes serviços: Projeto Executivo da Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos e o Projeto Arquitetônico do Espaço Multifuncional; atualização e alinhamento eletrônico, pelo CLA, da fonte primária da antena redundante de telemetria; reforma e adequação do rancho; e a complementação e Restauração do Sistema de Combate a Incêndio do SCC, implantação de requisitos adicionais para segurança de voo a serem incorporados no Sistema LEADS do CLA; Sistema de monitoramento do espectro magnético-SIMO do CLA; implantação do Sistema de Interfonia Operacional-IO no CLA; implantação do Sistema Integrado de Tratamento de Dados de Rastreamento – SITDR no CLA e Construção do Paiol (tipo Iglu) no CLA. Em andamento, encontram-se os seguintes Serviços: modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas do CLA; realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI. Estão em andamento às seguintes obras no CLA: Prédio de Depósito de Propulsores; Prédio de Controle de Preparação e Lançamento; Posto Médico e Escola Fundamental; ampliação e adequação do sistema de abastecimento de água do CLA; plataforma e base de montagem para lançador móvel.

A ação tem como finalidade a construção das obras complementares da infraestrutura geral do CLA para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais. A ação visa atender também a medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental. Busca implantar um Centro Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Centro com as das comunidades locais, evitando a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região.

Os recursos alocados em 2014 permitiram a continuidade das construções e obras no CLA, como parte da sua infraestrutura geral, compreendendo o Prédio de Depósito de Propulsores, o Prédio de Controle de Preparação e Lançamento, ampliação e adequação do sistema de abastecimento de água; construção de plataforma e base de montagem para lançador móvel e o Posto Médico e a Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também a comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara. Como parte das compensações ambientais e sociais foi também concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduo Sólido daquele município, que deverá ser revisado e readequado, por força da solicitação de readequação do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Iniciados em anos anteriores a 2014, foi possível ainda a conclusão em 2014 do serviço de revitalização estrutural do Lançador de Porte Médio, bem como das seguintes obras: Paiol (tipo iglu) e sistema contra incêndio do Centro Técnico do CLA.

Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético (SIMO) do CLA, a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

As obras complementares do Aeródromo do CLA, que incluem Pátio de Aeronaves, Terminal de Cargas (TECA), Terminal de Passageiros (TPS), Pista de Táxi 1 e 2, Estrada de Acesso, além dos equipamentos de solo necessários para o completo funcionamento operacional do aeródromo foram iniciadas, mas tiveram seu contrato de obras suspenso para reanálise de seus custos.

No conjunto dos investimentos feitos por esta ação orçamentária, constam também itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, alguns incluídos no passado nos contratos firmados pela ACS, e que passaram, posteriormente, à responsabilidade da AEB pelo seu financiamento, tendo em vista os entendimentos de que os mesmos fazem parte da responsabilidade do governo brasileiro por força do Tratado Brasil-Ucrânia.

Essas realizações possibilitaram o alcance de uma execução da meta física da ação de 6,3% em relação ao previsto na LOA-2014, atingindo de forma acumulada uma execução total de 85,72%, desde o início do projeto em 2001. Uma das principais restrições para o maior avanço do projeto está nos recursos orçamentário-financeiros, que têm sido insuficientes e inconstantes ao longo de muitos anos. Em 2014 a Ação Orçamentária 7F40 sofreu contingenciamento de 40 milhões de reais. As questões de licenças ambientais, assim como os conflitos sociais com a comunidade de quilombolas, contribuem também para o atraso do projeto, retardando principalmente os resultados buscados no Objetivo 0398, que trata de “Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)”.

### **5.2.3.6 Análise Situacional – Execução Orçamentária e Financeira das Ações**

A execução orçamentária verificada ficou dentro da média quando comparado com o limite orçamentário autorizado para movimentação e empenho. O percentual empenhado alcançou 97,17% no corrente exercício, ante 96,76% apurado em 2013. O pagamento do exercício ficou restrito a 52,21% do total financeiro recebido para honrar os pagamentos da dotação autorizada para movimentação e empenho; já os restos a pagar representaram 43,59% do total financeiro recebido. Assim, o pagamento total ficou em 95,80% do financeiro recebido para pagamento de despesas do exercício e de restos a pagar de exercícios anteriores. O baixo nível de pagamento observado no exercício reflete a dificuldade enfrentada pelo governo federal em virtude dos indicadores negativos da macroeconomia brasileira. O baixo nível de pagamento no corrente exercício obrigou o órgão a inscrever novamente 47,79% da dotação em RP.

Por fim, a inscrição dos restos a pagar da autarquia foi em decorrência de dois fatores: contratos que envolvem P&D e uma programação financeira novamente restritiva durante o exercício. Os contratos de P&D, na maioria dos casos, vão ultrapassar o exercício financeiro e não há como alterar essa execução. Já os pagamentos sofreram com a falta de recursos, uma vez que a setorial do MCTI não atendeu as demandas da AEB. Então, será inevitável a manutenção elevada e acumulativa da inscrição de restos a pagar. A constante falta de recursos vem aumentando a inscrição de restos a pagar e comprometendo negativamente a programação financeira do exercício. Não temos uma solução no curto prazo, uma vez que a programação financeira está atrelada a fatores macroeconômicos que não estão sob a decisão da AEB.

### **5.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada.**

No final de 2013 a AEB firmou protocolo de cooperação técnico-científica em arquitetura da informação com a Universidade de Brasília – UNB. No decorrer do ano de 2014, a AEB no âmbito desta cooperação, desenvolveu um programa de trabalho contemplando cinco linhas de ação, a saber: gestão estratégica da informação; lei de acesso a informação; mídia indoor e out-of-home; infraestrutura de TI e participação no Sistema Integrado de Dados Ambientais – SINDA. A AEB iniciou a implementação desses projetos no final do ano de 2014, com previsão de término em 2017. Espera-se importantes melhorias na gestão institucional, principalmente porque esses projetos darão suporte à tomada de decisões com a modernização do sistema de inteligência corporativa, gestão do conhecimento, segurança da informação e classificação de documentos, buscando valorizar e divulgar a imagem institucional e o programa espacial brasileiro.

Estamos, também, desenvolvendo produtos de mídia para apresentação em eventos de CT&I, inclusive aulas virtuais no conceito de Massive Online Open Courses – MOOC. A gestão da infraestrutura de TI se utiliza de ferramenta desenvolvida para monitoramento de seus ativos, com importantes ganhos de eficiência e produtividade que contribuirão para o fortalecimento institucional do órgão.

A gestão da área de TI está adotando metodologias ágeis (Scrum e Kanban) no desenvolvimento dos sistemas, as quais têm se mostrado adequadas na otimização de recursos e na melhoria do desempenho institucional e na gestão de equipes.

O programa de qualidade de vida da AEB se utiliza de um portal de informações para integração e motivação dos servidores. Ligado a este programa há diversas iniciativas de sustentabilidade, particularmente ao programa “Esplanada Sustentável”. A importância desse programa ofertado aos servidores visa conscientizá-los sobre os impactos negativos na natureza quando alguns recursos, como por exemplo: material de consumo, energia elétrica, água, uso dos telefones, etc., são utilizados de forma inadequada ou com desperdício no cotidiano da autarquia.

Outra atividade a ser comentada diz respeito ao Programa AEB-Escola. Esse programa foi idealizado como instrumento de divulgação do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE nas escolas do Ensino Médio e Fundamental. No entanto, devido a grande aceitação por parte de alunos e professores, este evoluiu para incentivar vocações e colaborar para a formação de pesquisadores, técnicos e empreendedores brasileiros. O programa se materializa por meio de palestras, exposições interativas e institucionais, oficinas e concursos, ações que têm, como objetivo, o envolvimento com temas de ciência e tecnologia e, principalmente, o Programa Espacial Brasileiro – PEB. O programa visa estimular a criatividade dos alunos, alimentando o imaginário e o espírito de pesquisa e mantendo uma relação estreita com o cotidiano da ciência brasileira.

O Programa Espacial Brasileiro – PEB desperta o imaginário e a curiosidade de alunos, professores, pesquisadores e demais entusiastas. Em março de 2015, a AEB, em parceria com a NASA, promoveu uma palestra no Museu da República. Participaram do evento alunos e professores da rede pública e privada de ensino e autoridades da área de C&T. As perguntas dirigidas ao Diretor da NASA, o astronauta Charles Bolden, variaram desde como o astronauta se sente no ambiente de microgravidade à existência de Extra Terrestre – ET escondido em Roswell. Medidas como essa visam justamente despertar o imaginário dos nossos futuros cientistas.

A AEB tem consciência de que o futuro do PEB passa, inicialmente, pela opção do aluno em aprender as ciências exatas. O Programa AEB-Escola visa justamente sensibilizar o aluno sobre as matérias essenciais para que ele possa se tornar um profissional da área espacial que possa trabalhar diretamente com o programa espacial.

A AEB mantém acordo de cooperação com a Universidade de Brasília – UNB que permite a integração de alunos e professores daquela universidade com a AEB. No âmbito desse acordo tem-se desenvolvido um programa de treinamento de alunos nas atividades espaciais. Os alunos têm trabalhado com os chamados *nanosats*, que são satélites miniaturizados com massa menor do que dez quilos. Exemplo de projeto já concluído cita-se o SERPENS, que brevemente será lançado em órbita terrestre a partir da Estação Espacial Internacional.

Dependendo da evolução e da solidez dessas iniciativas, possivelmente algumas dessas atividades acima descritas tenham que ser destacadas no orçamento por meio de Plano Orçamentário – PO específico pertencente a uma ação orçamentária aderente a finalidade da atividade.

#### 5.4 Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da unidade jurisdicionada, incluindo análise comparativa dos índices previstos e observados relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho					
Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Execução Orçamentária - IEO	Porcentual	100	97,35	12 meses	$\frac{\text{Dotação orçamentária efetivamente empenhada}}{\text{Limite orçamentário recebido}} * 100$
Índice de Execução Financeira - IEF	Porcentual	100	97,10	12 meses	$\frac{\text{Somatório dos valores do exercício pagos e de restos a pagar pagos}}{\text{Valor financeiro recebido}} * 100$

Fonte: SIAFI



## **Índice de Execução Orçamentária – IEO**

Valor Apurado em 31.12.2013: 96,76%

A AEB recebeu dotação orçamentária de R\$ 295,9 milhões em 2014, ou seja, a mesma dotação de 2013. O limite orçamentário recebido foi de R\$ 252,7 milhões, o que corresponde a 84,06% da dotação autorizada; em 2013, o limite foi de 97,23%. A repetição da LOA autorizada representa uma perda de dotação da autarquia em função da inflação verificada em 2013 e ao longo de 2014.

Outro problema na execução são os limites orçamentários autorizados pela setorial de programação orçamentária e financeira do MCTI. Como pode ser observado, além da repetição da LOA de 2013, o limite orçamentário autorizado para 2014 ficou abaixo em 13,17% do limite concedido em 2013, ou seja, a perda de capacidade de execução vem exaurindo o cumprimento das competências institucionais autorizadas na lei específica da autarquia.

Ante os problemas verificados na programação, o órgão vem mantendo o nível de execução orçamentária quando observado o exercício de 2013.

O órgão descentralizou 41,86 em 2014, 47,80% em 2013 e 52,09% em 2012. A opção em executar o orçamento advém de uma série de problemas de gestão nos órgãos executores (DCTA e INPE).

O resultado dessa mudança foi que a AEB vem mantendo o nível de emissão de empenhos em 41,62% referente ao limite orçamentário recebido em 2014, ante a 47% em 2013.

## **Índice de Execução Financeira – IEF**

Valor Apurado em 31.12.2013: 94,97%

A AEB recebeu o valor de R\$ 217,9 milhões referente a programação financeira para pagar despesas do exercício e de restos a pagar. Em 2013, a programação foi de R\$ 271,8 milhões, ou seja, já na programação a capacidade de pagamento foi reduzida em R\$ 53,9 milhões. Do valor programado, a AEB recebeu R\$ 178,5 milhões. Novamente deixou de receber R\$ 39,4 milhões.

Do montante recebido de R\$ 181,2 milhões, a AEB pagou 97,10% desse total, sendo: R\$ 94,6 milhões do exercício, ante R\$ 89,7 milhões apurado em 2013; e R\$ 81,3 milhões de restos a pagar, ante R\$ 82,1 milhões verificados em 2013.

Os restos a pagar representaram 47,35% da programação recebida em 2014; em 2013 foi de 67%; e, em 2012, representou 62,09%.

Ante o exposto, observamos uma programação financeira novamente restritiva para a execução financeira do orçamento de 2014. A restrição da programação obriga, involuntariamente, o órgão a inscrever em restos a pagar a diferença empenhada e não paga no final do exercício.

## **GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE**

Não aplicável à UJ.

## 6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 6.1 Demonstração da Execução das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas					
Unidade Orçamentária:		Código UO: 24205		UGO: 203001	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		4.173.994,00		114.270.107,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	602.378,00		44.000,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Créditos Cancelados</b>				
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2014 (A)</b>		4.776.372,00		114.314.107,00	
<b>Dotação final 2013(B)</b>		4.154.488,00		114.565.962,00	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		14,97	#DIV/0!	-0,22	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		181.587.841,00			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Créditos Cancelados</b>				
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2014 (A)</b>		181.587.841,00			
<b>Dotação final 2013(B)</b>		181.264.622,00			
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		0,178313339	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Fonte: SIAFI-Gerencial

#### 6.1.1.1 Análise Crítica

O Poder Executivo tem o Plano Plurianual – PPA que estabelece uma estimativa de despesas para os diversos órgãos federais num determinado período. No entanto, anualmente a Secretaria de Orçamento Federal – SOF estabelece os limites, distintos do que foi previsto naquele plano ou na PLOA.

Então, a dotação orçamentária proposta pela U.O não espelha a real necessidade do Programa Espacial Brasileiro. Os valores propostos são impositivos, tendo por base um limite estabelecido pela própria SOF. Nos últimos três exercícios: 2012, 2013 e 214, os valores autorizados pela SOF são os mesmos. Não há uma correção pela inflação. Assim, não há como se

planejar adequadamente, pois os valores propostos são sempre inferiores à demanda da Política Espacial.

A AEB tem parcela significativa do seu orçamento executada por órgãos externos (INPE, IAE, CLA e CLBI) por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED. Esses termos requerem um tempo para acerto entre as partes envolvidas e que, por vezes, não acontecem ou quando acontecem, não são contemplados com os limites suficientes. A indefinição sobre qual valor se amparar: PPA, PLOA, Limite SOF, LOA, Decreto de Programação e, por fim, o Limite Orçamentário Autorizado pelas setoriais penalizam qualquer planejamento proativo.

No curto e médio prazo não há o que se fazer, o efeito cascata dessas indefinições prejudica sobremaneira a condução de qualquer política pública.

<b>Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa</b>						
<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI-Gerencial

**Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	203001	120013	19572205620UZ0001			8.474.930,00
	203001	120015	19572205620UZ0001			2.986.380,00
	203001	120016	19572205620UZ0001			5.014.394,83
	203001	120016	19572205620V00001			3.673.648,88
	203001	120016	19572205620VB0001			1.901.731,36
	203001	154040	19122210620000001			929.142,87
	203001	240101	19122210620000001			12.597,22
	203001	240106	19572205620UZ0001			6.484.813,76
	203001	240106	19572205620VB0001			9.392.354,01
	203001	240106	19572205620VC0001			36.362.762,34
	203001	364102	19572205620VB0001			1.725.096,90
	203001	443003	19122210620000001			2.203.301,00
<b>Recebidos</b>	201002	203001	28846091004890002			5.567,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	203001	120013	19572205620UZ0001	198.633,20		
	203001	120013	1957220567F400552	10.063.384,00		
	203001	120015	19572205620UZ0001	913.620,00		
	203001	120015	1957220567F400552	2.000.000,00		
	203001	120016	19572205620UZ0001	2.174.666,92		
	203001	120016	19572205620V00001	10.463.121,00		
	203001	120016	19572205620VB0001	1.200.400,00		
	203001	240106	19572205620UZ0001	5.597.756,17		
	203001	240106	19572205620VB0001	5.926.559,30		
	203001	240106	19572205620VC0001	8.156.273,03		
<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI-Gerencial

<b>Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total</b>				
<b>Unidade Orçamentária: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA</b>	<b>Código UO: 24205</b>		<b>UGO: 203001</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)</b>	<b>59.278.791,70</b>	<b>229.768.306,18</b>	<b>58.343.868,98</b>	<b>115.289.948,21</b>
a) Convite	396.362,96	2.845.722,95	396.362,96	29.167,72
b) Tomada de Preços	125.706,34	1.053.882,54	125.706,34	25.257,56
c) Concorrência	2.999.104,55	52.615.943,93	2.999.104,55	13.649.185,38
d) Pregão	29.043.479,33	52.496.318,81	28.108.556,61	28.238.451,22
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
h) Não se Aplica	26.714.138,52	120.756.437,95	26.714.138,52	73.347.886,33
<b>2. Contratações Diretas (i+j)</b>	<b>38.565.736,60</b>	<b>56.205.135,27</b>	<b>37.016.839,28</b>	<b>23.614.641,30</b>
i) Dispensa	28.597.909,47	40.868.479,47	27.152.110,75	15.920.671,09
j) Inexigibilidade	9.967.827,13	15.336.655,80	9.864.728,53	7.693.970,21
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>28.146,35</b>	<b>34.201,83</b>	<b>28.146,35</b>	<b>34.201,83</b>
k) Suprimento de Fundos	28.146,35	34.201,83	28.146,35	34.201,83
<b>4. Pagamento de Pessoal (l+m)</b>	<b>8.232.617,27</b>	<b>6.637.943,22</b>	<b>8.232.617,27</b>	<b>6.637.943,22</b>
l) Pagamento em Folha	4.470.133,04	3.825.724,70	4.470.133,04	3.825.724,70
m) Diárias	3.762.484,23	2.812.218,52	3.762.484,23	2.812.218,52
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>106.105.291,92</b>	<b>292.645.586,50</b>	<b>103.621.471,88</b>	<b>145.576.734,56</b>

Fonte: Siafi-Gerencial

**Quadro A.6.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários**  
**Valores Executados diretamente pela UJ**

<b>Unidade Orçamentária:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA</b>	<b>Código UO:24205</b>		<b>UGO:203001</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)</b>	<b>26.507.653,73</b>	<b>124.164.811,60</b>	<b>26.478.673,73</b>	<b>72.292.295,09</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		663.571,13		
d) Pregão	2.918.098,36	8.043.493,68	2.889.118,36	3.840.959,95
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
h) Não se aplica	23.589.555,37	115.457.746,79	23.589.555,37	68.451.335,14
<b>2. Contratações Diretas (i+j)</b>	<b>24.031.464,37</b>	<b>20.461.525,86</b>	<b>24.031.464,37</b>	<b>9.529.808,63</b>
i) Dispensa	15.229.888,68	10.037.349,31	15.229.888,68	2.949.685,56
j) Inexigibilidade	8.801.575,69	10.424.176,55	8.801.575,69	6.580.123,07
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>3.974,70</b>	<b>3.681,49</b>	<b>3.974,70</b>	<b>3.681,49</b>
k) Suprimento de Fundos	3.974,70	3.681,49	3.974,70	3.681,49
<b>4. Pagamento de Pessoal (l+m)</b>	<b>4.647.334,37</b>	<b>4.065.521,34</b>	<b>4.647.334,37</b>	<b>4.010.950,45</b>
l) Pagamento em Folha	4.470.133,04	3.825.724,70	4.470.133,04	3.771.153,81
m) Diárias	177.201,33	239.796,64	177.201,33	239.796,64
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>55.190.427,17</b>	<b>148.695.540,29</b>	<b>55.161.447,17</b>	<b>85.836.735,66</b>

Fonte: Siafi-Gerencial

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			Código UO: 24205				UGO: 20402	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
319001	252.214,11	111.832,76	252.214,11	111.832,76	-	142,06	252.214,11	111.690,70
319003	41.866,24	39.851,24	41.866,24	39.851,24	-	-	41.866,24	39.851,24
319011	3.494.283,46	3.098.725,80	3.494.283,46	3.098.725,80	-	14.797,19	3.494.283,46	3.083.928,61
319016	111.818,46	99.595,55	111.818,46	99.595,55	-	-	111.818,46	99.595,55
319113	569.950,77	475.680,96	569.950,77	475.680,96	-	39.631,64	569.950,77	436.049,32
319192	-	38,39	-	38,39	-	-	-	38,39
319096	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
335039	-	240.653,00	-	240.653,00	-	-	-	240.653,00
335041	20.605.445,32	33.918.364,79	17.753.040,85	29.084.364,79	2.852.404,47	4.834.000,00	17.753.040,85	29.084.364,79
338041	1.162,80	-	1.162,80	-	-	-	1.162,80	-
339004	758.000,00	1.200.000,00	758.000,00	1.200.000,00	-	-	758.000,00	1.200.000,00
339008	4.203,75	3.857,00	4.203,75	3.857,00	-	-	4.203,75	3.857,00
339014	3.166.141,40	2.442.830,19	3.166.141,40	2.442.830,19	-	1.319,39	3.166.141,40	2.441.510,80
339015	561.484,32	369.388,33	561.484,32	369.388,33	-	-	561.484,32	369.388,33
339018	2.222.369,91	224.200,00	390.515,09	224.200,00	1.831.854,82	-	390.515,09	224.200,00
339020	586.285,71	-	27.500,00	-	558.785,71	-	27.500,00	-
339030 (1)	5.877.419,09	6.186.208,95	1.885.547,80	1.674.097,51	3.991.871,29	4.515.581,09	1.789.778,64	1.670.627,86
339033	2.723.283,04	2.478.136,28	2.206.855,76	1.994.729,52	516.427,28	483.406,76	2.206.855,76	1.994.729,52
339034	-	-	-	-	-	-	-	-
339035	132.488,71	-	47.561,56	-	84.927,15	-	47.561,56	-
339036	172.868,00	181.971,77	172.868,00	181.971,77	-	-	172.868,00	181.971,77
339037	13.646.924,81	11.710.347,14	11.972.314,07	10.786.617,80	1.674.610,74	977.919,76	11.972.314,07	10.732.427,38
339039 (2)	54.670.683,76	47.127.447,80	27.139.808,99	22.436.104,78	27.530.874,77	25.339.368,80	24.786.057,08	21.788.079,00
339046	246.970,02	227.997,85	246.970,02	227.997,85	-	-	246.970,02	227.997,85
339047	49,33	56,18	49,33	56,18	-	-	49,33	56,18
339049	29.024,39	18.618,25	29.024,39	18.618,25	-	-	29.024,39	18.618,25
339092	592.136,24	437.432,20	592.136,24	437.432,20	-	-	592.136,24	437.432,20
339093	251.881,27	248.449,53	249.393,27	244.282,02	2.488,00	4.167,51	249.393,27	244.282,02
339139	169.137,15	133.690,41	49.694,05	97.041,72	119.443,10	36.648,69	49.694,05	97.041,72
339147	60,00	72.191,57	60,00	72.191,57	-	-	60,00	72.191,57
339192	-	47.921,86	-	47.921,86	-	-	-	47.921,86
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
445041	7.291.989,08	-	239.204,97	-	7.052.784,11	-	239.204,97	-
445042	8.569.594,00	11.141.308,32	-	11.141.308,32	8.569.594,00	-	-	11.141.308,32
449030	2.479.335,76	410.323,89	-	-	2.479.335,76	410.323,89	-	-
449037	-	723.985,31	-	723.985,31	-	-	-	723.985,31
449039	48.362.697,92	28.532.004,90	24.562.160,16	14.368.249,22	23.800.537,76	14.180.664,85	24.562.160,16	14.351.340,05
449051	4.699.670,88	9.887.741,50	782.770,19	201.341,97	3.916.900,69	9.686.399,53	782.770,19	201.341,97
449052 (3)	23.448.194,73	60.569.356,73	4.288.473,05	14.976.933,34	19.159.721,68	45.877.259,58	4.254.174,10	14.692.097,15
449092	44.793.140,27	63.647.434,82	-	22.980.213,63	44.793.140,27	40.667.221,19	-	22.980.213,63
449147	3.227,25	-	3.227,25	-	-	-	3.227,25	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Fonte: Siafi-Gerencial								
(1) Na natureza de despesa: 3390.30, o valor de R\$ 95.769,16, foi inscrito em RP processado.								
(2) Na natureza de despesa: 3390.39, o valor de R\$ 2.353.751,91 foi inscrito em RP processado.								
(3) Na natureza de despesa: 4490.52, o valor de R\$ 34.298,95, foi inscrito em RP processado.								

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários

Unidade Orçamentária:AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA		Código UO:24205				UGO:203001			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
319001	252.214,11	111.832,76	252.214,11	111.832,76			252.214,11	111.690,70	
319003	41.866,24	39.851,24	41.866,24	39.851,24			41.866,24	39.851,24	
319011	3.494.283,46	3.098.725,80	3.494.283,46	3.098.725,80			3.494.283,46	3.083.928,61	
319016	111.818,46	99.595,55	111.818,46	99.595,55			111.818,46	99.595,55	
319113	569.950,77	475.680,96	569.950,77	475.680,96			569.950,77	436.049,32	
319192	-	38,39	-	38,39				38,39	
319096	-	-	-	180.195,96				-	
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
335041	16.805.113,20	33.918.364,79	16.641.141,43	29.084.364,79	163.971,77	4.834.000,00	16.641.141,43	29.084.364,79	
338041	1.162,80	-	1.162,80				1.162,80		
339008	4.203,75	3.857,00	4.203,75	3.857,00		-	4.203,75	3.857,00	
339014	175.465,53	225.022,84	175.465,53	225.022,84		-	175.465,53	225.022,84	
339015	-	11.023,70	-	11.023,70		-	-	11.023,70	
339030	161.374,60	187.118,81	146.166,36	184.908,82	15.208,24	2.209,99	146.166,36	184.908,82	
339033	824.649,61	893.100,47	641.845,61	809.474,92	182.804,00	83.625,55	641.845,61	809.474,92	
339035	68.000,00	-	17.000,00	-	51.000,00	-	17.000,00	-	
339036	139.445,30	157.429,77	139.445,30	157.429,77		-	139.445,30	157.429,77	
339037	2.053.330,95	1.715.416,61	1.933.979,99	1.556.790,32	119.350,96	212.816,71	1.933.979,99	1.502.599,90	
339039	6.165.330,12	3.875.597,18	2.210.351,89	1.224.020,78	3.954.978,23	2.651.576,40	2.210.351,89	1.224.020,78	
339046	246.970,02	227.997,85	246.970,02	227.997,85		-	246.970,02	227.997,85	
339047	49,33	-	49,33				49,33		
339049	29.024,39	18.618,25	29.024,39	18.618,25		-	29.024,39	18.618,25	
339092	256.927,48	1.203,99	256.927,48	1.203,99		-	256.927,48	1.203,99	
339093	214.155,20	174.215,09	211.667,20	170.047,58	2.488,00	4.167,51	211.667,20	170.047,58	
339139	74.137,15	60.909,28	46.234,05	48.982,21	27.903,10	11.927,07	46.234,05	48.982,21	
339147	-	70.965,97	-	70.965,97		-	-	70.965,97	
339192	-	47.921,86	-	47.921,86		-	-	47.921,86	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos		2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
445041	2.014,00	-	239.204,97	-	7.052.784,11	-	239.204,97	-	
445042	-	11.141.308,32	-	11.141.308,32	-	-	-	11.141.308,32	
449037	-	723.985,31	-	723.985,31	-	-	-	723.985,31	
449039	40.402.880,29	19.959.739,98	23.027.017,94	9.185.911,01	17.375.862,35	10.773.828,97	23.027.017,94	9.185.911,01	
449051	72.298,04	1.274.000,00	-	-	72.298,04	1.274.000,00	-	-	
449052	891.150,00	584.062,36	277.340,00	234.772,90	613.810,00	349.289,46	248.360,00	234.772,90	
449092	44.793.140,27	63.647.434,82	-	22.980.213,63	44.793.140,27	40.667.221,19	-	22.980.213,63	
449147	3.227,25	-	3.227,25	-	-	-	3.227,25	-	
5. Inversões Financeiras									
6. Amortização da Dívida									

Fonte: Siafi-Gerencial



**Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>		188.500,00		188.500,00
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		188.500,00		188.500,00
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	-	-	-	-
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
<b>5. Outros</b>	5.567,00		5.567,00	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	5.567,00	188.500,00	5.567,00	188.500,00

Fonte: Siafi-Gerencial

**Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-							
3 – Outras Despesas Correntes								
<b>339039</b>		1.885.000,00	188.500,00		1.696.500,00		188.500,00	
<b>338041</b>	5.567,00		5.567,00				5.567,00	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos								
5 – Inversões Financeiras	-							
6 – Amortização da Dívida	-							

Fonte: Siafi-Gerencial

### 6.1.3.7 Análise Crítica

No presente exercício houve o que sempre ocorreu nos exercícios anteriores, grandes distorções de valores desde o PPA até a edição do decreto de programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o limite orçamentário e financeiro autorizado pela setorial do MCTI.

Não houve alterações significativas na execução orçamentária e financeira, considerando que as legislações que amparam essas despesas também não mudaram.

A execução do programa espacial brasileiro é, em grande parte, realizada junto à indústria. Nesse sentido, as empresas selecionadas no processo licitatório desenvolvem produtos únicos e de difícil comercialização para outros fornecedores do mercado interno. Ao longo do tempo, essas indústrias detém o conhecimento do processo requerido para os produtos espaciais. A concentração de despesas como dispensa e inexigibilidade de licitação são justificados em grande parte por essa característica do programa.

Complementando o que foi iniciado no subitem 6.1.1.1, embora a execução não tenha sido prejudicada pelo excesso de regramento entre o PPA e o limite orçamentário disponibilizado para movimentação e empenho, o valor da dotação encontra-se defasada e vem prejudicando o que já foi conquistado no passado. O contingenciamento efetuado no presente exercício de R\$ 40,0 milhões foi aparentemente absorvido. No entanto, alguns planos orçamentários e ações foram prejudicados, uma vez que o contingenciamento impede que esse valor possa ser utilizado para suplementar outros planos orçamentários ou ações da Política Espacial.

## 6.4 Demonstração da movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	64.939.607,80	20.785.061,57	3.964.889,18	40.189.657,05
2012	49.946.188,64	13.248.194,61	33.130.898,91	3.567.095,12
...				0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	54.190,42	54.190,42		0,00
2012	19.150.877,52	724.805,90	0,00	18.426.071,62
...				0,00
Fonte: SIAFI				

### 6.4.1 Análise Crítica

Houve um aumento no nível de inscrição dos restos a pagar não processados em 2013. No presente exercício, a AEB inscreveu em RP não Processados o valor de R\$ 150,9 milhões. Esse aumento foi em virtude da insuficiência financeira registrada no exercício. Além da insuficiência financeira, destacamos também diversas contratações, como por exemplo: Lançador do CBERS-4, Plataforma Multimissão – PMM, convênios e demais contratos de infraestrutura de radar e TI do CLA e do CLBI, bem como contratos administrativos.

O saldo a pagar em 31.12.2014 de R\$ 62,1 milhões divide-se em: R\$ 43,6 milhões – Restos a Pagar não Processados e R\$ 18,4 milhões em Restos a Pagar não Processados Liquidados e não Pagos. O primeiro trata de uma despesa junto à Alcântara Cyclone Space – AEB e, o segundo, trata do contrato da PMM, que envolve serviços de desenvolvimento de tecnologia crítica para o programa espacial brasileiro.

O impacto dos RP's no cronograma financeiro do exercício é preocupante. No presente exercício os RP's representaram 48,07% da programação do exercício, ante 67,00% verificada em 2014. Então, de um valor programado de R\$ 217,9 milhões, R\$ 85,8 milhões foram para o pagamento de restos a pagar. A AEB continua realizando gestões junto ao MCTI para diminuir esse impacto. No entanto, devido às dificuldades macroeconômicas enfrentadas pelo governo, não conseguimos expandir a programação financeira junto àquela setorial.

O orçamento da AEB refere-se a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, por conseguinte, os contratos ou convênios firmados detêm essa característica. Então, embora haja um esforço para contratar e pagar no mesmo exercício, isso não vem ocorrendo como determina a anualidade orçamentária. Por tratar de P&D vários eventos contratados não são entregues dentro do prazo, uma vez que os testes para o aceite dependem de tempo para a sua conclusão. Exemplo: o valor de R\$ 19,0 milhões da PMM, liquidados em 2013, detêm essa característica, foi aceito em 2013, mas continua em teste junto ao consórcio. Assim, embora não seja o ideal para a execução dessa despesa, não vislumbramos no curto prazo diminuí-la ou não permitir que esta ultrapasse mais que um exercício para o seu pagamento.

Não consta dos registros contábeis da UJ no SIAFI, nenhum RP sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto. A AEB sempre procurou no início de cada exercício priorizar o pagamento dos restos a pagar. No exercício de 2014, o PNAE (CLA, IAE, CLBI, INPE e AEB)

como um todo pagou 43,31% dos RP's inscritos em exercícios anteriores. A gestão da AEB trabalha na tentativa de reduzir o RP, mas conforme discorrido anteriormente, por tratar de P&D, sempre teremos eventos contratados no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício fiscal.

### 6.5 Informações sobre transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									Posição em 31.12.2014
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB									
CNPJ: 86.900.545/0001-70					UG/GESTÃO: 203001/20402				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	574724	51.619.104/0001-10	8.950.000,00	295.000,00	2.000.000,00	8.950.000,00	05/12/2006	30/10/2016	1
1	574725	51.619.104/0001-10	5.150.000,00	145.000,00	1.000.000,00	5.150.000,00	05/12/2006	31/10/2016	1
1	724487	03.018.444/0001-42	13.307.750,00	324.000,00	2.000.000,00	13.307.750,00	21/12/2009	26/11/2016	1
1	750893	51.619.104/0001-10	7.575.000,00	0,00	4.204.900,00	6.963.900,00	20/12/2010	31/10/2015	1
1	775553	18.720.938/0001-41	34.696.810,28	0,00	12.491.446,40	34.696.810,28	27/11/2012	22/01/2016	1
1	775573	18.720.938/0001-41	58.408.361,48	0,00	0,00	25.584.355,22	27/11/2012	31/10/2016	1
1	775591	18.720.938/0001-41	10.326.131,36	0,00	0,00	10.326.131,36	27/11/2012	28/02/2014	1
LEGENDA									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1- Convênio					1- Adimplente				
2- Contrato de Repasse					2- Inadimplente				
3- Termo de Cooperação					3- Inadimplência Suspensa				
4- Termo de Compromisso					4- Concluído				
					5- Excluído				
					6- Rescindido				
					7- Arquivado				
Fonte: Siafi/Siconv									

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB					
<b>CNPJ:</b>	86.900.545/0001-70					
<b>UG/GESTÃO:</b>	203001/20402					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
<b>Convênio</b>	0	0	3	21.696.346,40	35.640.263,11	38.603.015,40
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	0	0	0	21.696.346,40	35.640.263,11	38.603.015,40
Fonte: Siafi/Siconv						

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.			Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente				
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA				
CNPJ: 86.900.545/0001-70		UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	4	
		Montante Repassado	73.332.006,54	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	15.904.742,79	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado	9.607.714,47	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte: Siconv				

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.				Posição 31/12 em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					
CNPJ: 86.900.545/0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)	13.307.750,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	4	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Montante Repassado (R\$)			73.332.006,54		
Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
	Montante Repassado (R\$)				
2013	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1		
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2012	Quantidade de Contas Prestadas			3	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3		
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado	9.607.714,47		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Siconv

### 6.5.5 Análise Crítica

As transferências financeiras mediante convênios são instrumentos de gestão que estão a disposição dos gestores como alternativa para o cumprimento das políticas públicas a cargo de cada órgão. A AEB utiliza esse instrumento com muita reserva, uma vez que o seu acompanhamento pode exigir esforços acima da capacidade desta autarquia. A média foi de apenas um convênio firmado no último quadriênio. No presente exercício a AEB também não firmou novos convênios.

Não houve novos convênios, porém, apenas um convênio teve sua vigência prorrogada. O aditivo de prazo visou apenas o cumprimento do objeto pactuado.

Quanto aos demais aspectos relativos às transferências financeiras, informamos que:

- Não há convênio inadimplente no órgão. A AEB tem apenas o Convênio SIAFI nº 638896 e SICONV nº 703863, firmado com o Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE/FGV. A AEB está trabalhando em conjunto com a CGU visando resguardar qualquer potencial dano ao Erário;
- Não houve oscilações significativas na quantidade e no volume de convênios firmados, uma vez que não celebramos convênio no corrente exercício;
- Uma vez que o volume de convênios é baixo, as prestações de contas estão dentro dos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
- Em 2014 apenas um convênio apresentou sua prestação de contas final. Estamos cumprindo o que determina os normativos que regulamentam os convênios no que diz respeito à prestação de contas. Embora o efetivo de pessoal seja baixo, estamos cumprindo com eficiência e eficácia todos os procedimentos requeridos;
- A AEB dispõe de uma divisão para a formalização e outra para a análise de prestação de contas. Cada divisão tem 1 (um) funcionário. Conforme informado anteriormente, o número de transferências é baixo. Então, estamos conseguindo fiscalizar os convênios pelo SICONV e, também, realizamos a fiscalização *in loco*. No entanto, caso tenhamos um aumento nessas transferências, poderemos incorrer em dificuldades para acompanhar a execução e as prestações de contas. A AEB já realizou concurso público em 2014, visando mitigar a deficiência de pessoal; e
- As transferências da AEB são muito específicas e, quando efetuadas, buscam sempre um resultado objetivo da política pública com a entrega de um produto. Nesse sentido, as descentralizações têm como resultado o cumprimento da meta física programada, dando um caráter mais pragmático ao programa de governo.

## 6.6 Informações sobre suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	203001	AEB			6	3.974,70	800,00
2013	203001	AEB			6	3.681,49	800,00
2012	203001	AEB			2	5.136,46	800,00

Fonte: SIAFI

**Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade de	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	203001	AEB			6		3.974,70	3.974,70
								0,00
2013	203001	AEB			6	0,00	3.681,49	3.681,49
								0,00

Fonte: SIAFI

**Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
203001	AEB	3390.30	03	664,75	
			17	485,00	
			22	311,75	
			25	119,80	
			29	290,00	
			33	100,00	
		3390.39	50	35,00	
			05	610,00	
			16	683,00	
			26	120,00	
			78	145,00	
		<b>Total</b>			<b>3.974,70</b>

#### 6.6.4 Análise Crítica

Conforme informado em exercícios anteriores, a presente despesa é pouco representativa dentro da execução orçamentária e financeira da UJ. Não utilizamos a Conta Tipo “B” e também não autorizamos saques por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. No exercício de referência também não houve extrapolação dos limites concedidos.

Os suprimentos foram concedidos para atender despesas miúdas de pronto pagamento. A utilização dessa modalidade de despesa reduz o custo processual de pequenas compras, razão pela qual o gestor optou pela sua utilização no exercício de 2014.

No exercício de referência não houve prestações de contas não aprovadas, considerando que todos os suprimentos de fundos foram utilizados conforme a legislação. Os controles são exercidos pelos próprios supridos e pela Divisão de Contabilidade da AEB. Dessa forma, tanto a concessão como as prestações de contas seguiram a legislação vigente.



## 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Em 10 de fevereiro de 1994, pela Lei nº 8.854, foi criada a Agência Espacial Brasileira – AEB que é a responsável por formular e coordenar a política espacial brasileira. Ela é uma Autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI. A AEB tem dado continuidade aos esforços empreendidos pelo governo brasileiro, desde 1961, para promover a autonomia do setor espacial.

Desde a sua criação já havia a previsão da existência de quadro de pessoal efetivo e de cargos em comissão e de confiança. Ressaltamos, no entanto, que o atual quadro efetivo encontra-se inadequado para as suas competências, atribuições e funções específicas. Convém lembrar que, dos 115 (cento e quinze) cargos ativos permanentes, previstos no Anexo II da Lei nº 8.854/94, apenas 7 (sete) foram preenchidos, o que tornou uma situação singular dentro do governo federal. Dos 170 (cento e setenta) cargos comissionados originalmente previstos no Anexo I da referida Lei, hoje contamos com 78 (setenta e oitenta).

Diante desse cenário, a autarquia vem promovendo desde a sua criação uma adequação quantitativa e qualitativa dos quadros anuais e sua respectiva relação quantitativa entre área-meio e área-fim. A reorganização permanente visa atender, de forma orgânica e funcional não só os aspectos legais, mas, também, ao cumprimento da sua missão institucional.

Com a realização do concurso, a AEB terá seu quadro próprio de recursos humanos. A partir da nomeação dos concursados em 2015, poderemos vislumbrar um cenário mais favorável ao cumprimento da sua missão com reflexos na melhoria da gestão do órgão.

### 7.1 Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

#### a) demonstração da força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	255	32	2	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	254	31	2	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	254	7	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	21	2	2
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	46	11	11
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	255	78	13	13

Fonte: SIAPE

**b) demonstraco da distribuico da força de trabalho, discriminando efetivos e temporários, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico**

<b>Quadro A.7.1.1.2 – Distribuico da Lotação Efetiva</b>		
<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação Efetiva</b>	
	<b>rea Meio</b>	<b>rea Fim</b>
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	18	12
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	18	12
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao rgo	7	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	9
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	20	28
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	38	40

Fonte: Cadastro de Servidores/CRH

<b>Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ</b>				
<b>Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no Exercício</b>	<b>Egressos no Exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	78	73	13	10
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	72	13	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao rgo	INEXISTE	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	INEXISTE	3	0	1
1.2.3. Servidores de Outros rgos e Esferas	INEXISTE	19	2	2
1.2.4. Sem Vínculo	INEXISTE	33	9	7
1.2.5. Aposentados	INEXISTE	13	2	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	7	5	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao rgo	INEXISTE	2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	INEXISTE	0	0	0
2.3. Servidores de Outros rgos e Esferas	INEXISTE	3	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	85	78	13	10

Fonte: Relatórios de controles de DAS e FGR/CRH

### **Análise Crítica**

Na análise dos dados apresentados nos Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3, como também de outros aspectos que interferem diretamente na força de trabalho, informamos que:

- a) A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade jurisdicionada tem mostrado fragilidades mediante aumento atpico de demanda, a exemplos das contratações de servios de engenharia realizadas pela AEB nos anos de 2013 e 2014;
- b) A alocação de servidores obedece a distribuico definida pela Estrutura Regimental - Decreto 4.718/03. Uma análise mais acurada sobre a distribuico

da força de trabalho entre as áreas meio e finalística, talvez possa apontar a necessidade de ajustes. Pelo próprio regimento, a força de trabalho da AEB é constituída apenas por cargos comissionados. Portanto, não há como ser feita avaliação de comissionados versus não comissionados;

- c) Como os cargos são comissionados, aqueles que se aposentam são substituídos por outros, de forma que o contingente, via de regra, não é impactado por aposentadorias, visto que contamos apenas com 07 (sete) servidores no quadro próprio;
- d) Os eventuais afastamentos não interferem no andamento dos processos desta AEB, por serem pouco representativos.

**c) conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade jurisdicionada, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;**

Não há um estudo aprofundado no sentido de avaliar a distribuição de pessoal no âmbito da AEB com relação ao contexto da execução de sua atividade fim, já que o quadro atual em sua maioria é de servidores requisitados de outros órgãos da administração pública e de cargos em comissão sem vínculos, nomeados com o perfil para a área de atuação.

**d) qualificação da força de trabalho;**

Embora o quadro funcional não seja de servidores efetivos da própria AEB e, sim, de diversos órgãos da administração pública, a autarquia vem investindo em cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional. A AEB tem uma Divisão de Capacitação que preparou Plano de Capacitação, o qual está em execução, atendendo a demanda interna de treinamento previamente planejada. No presente exercício foram capacitados servidores da área de licitação, de recursos humanos e das áreas finalísticas.

**e) descrição das iniciativas da unidade jurisdicionada para capacitação e treinamento dos servidores nela lotados;**

Conforme informado na letra “d”, a AEB utilizou seus recursos no treinamento de 19 servidores em 8 cursos de aperfeiçoamento, totalizando um dispêndio de R\$ 31.446,00 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

**f) custos associados à manutenção dos recursos humanos;**

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	0,00	155.164,21	12.930,35	0,00	30.426,99	0,00	0,00	0,00	0,00	198.521,55
	2013	0,00	147.775,44	12.314,62	0,00	63.212,28	0,00	0,00	0,00	0,00	223.302,34
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	199.502,59	97.919,85	51.028,66	19.416,52	33.559,92	10.759,69	2.299,16	0,00	0,00	414.486,39
	2013	189.527,46	93.023,86	48.477,23	18.445,69	32.155,92	10.759,69	2.184,20			394.574,05
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	0,00	677.745,32	85.908,10	0,00	110.444,33	0,00	58.329,39	0,00	0,00	932.427,14
	2013	0,00	730.527,42	80.598,85	0,00	78.428,59	0,00	22.024,44	0,00	0,00	911.579,30
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	1.939.154,97	0,00	212.934,98	0,00	403.300,50	34.331,58	51.273,76	0,00	0,00	2.640.995,79
	2013	1.568.042,16	0,00	173.950,53	0,00	513.093,13	25.609,81	69.325,49	0,00	0,00	2.350.021,12
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	7.618,43	0,00	9.038,00	545,17	779,14	783,42	0,00	0,00	0,00	18.764,16
	2013	7.255,65	0,00	8.607,62	519,21	779,14	783,42	0,00	0,00	0,00	17.945,04
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE

**g) ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;**

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
INEXISTE					
INEXISTE					
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					

Fonte: CRH

O atual quadro de pessoal efetivo da AEB é composto por 7 (sete) servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Esses servidores não estão enquadrados na vedação do art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal. Os demais servidores que compõem a força de trabalho do órgão são requisitados de outros órgãos e, caso estejam enquadrados na vedação, são de responsabilidade dos seus órgãos de origem.

- Não há funcionários enquadrados na vedação. Portanto, não dispomos de controle interno para detectar a referida vedação;
- Não há em virtude da resposta da letra “a”;
- Não há em virtude da resposta da letra “a”;
- Não há em virtude da resposta da letra “a”.

Conforme discorrido acima não houve acumulação de cargos, funções e empregos públicos dos

servidores ocupantes de cargo efetivo. Portanto, não houve providências a serem adotadas.

**h) descrever os principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade jurisdicionada e as providências adotadas para mitigá-los;**

A principal observação é que até o presente momento a AEB não dispõe de um quadro próprio de servidores, diante dessa realidade não há como identificar possíveis riscos na gestão de pessoas, uma vez que o universo de servidores do quadro próprio é restrito a 7 (sete) servidores. Informamos que finalizamos a realização do primeiro concurso público para o quadro da AEB, e, no médio e longo prazo, talvez possamos vir a identificar e/ou descrever os riscos na gestão de pessoas.

**i) indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.**

A AEB não dispõe de indicadores de recursos humanos e não há previsão para a sua implantação, considerando que não há massa crítica efetiva para criar, mensurar e acompanhar tais indicadores. Tão logo tenhamos nomeado os candidatos classificados no concurso, a AEB poderá instituir indicadores necessários para medir a qualidade, satisfação, cumprimento dos normativos e mais atividades inerentes à gestão de pessoas.

**7.2 Informações sobre a contratação de mão de obra de apoio e sobre a política de contratação de estagiários.**

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB													
UG/Gestão: 203001						CNPJ: 86.900.545/0001-70							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	Copeiragem	O	09/2008	07.743.897/0001-92	28/12/2013	27/01/2014	5	5					E
2014	Copeiragem	O	02/2014	10.660.342/0001-91	28/01/2015	27/01/2016	6	5					A
2010	Transporte	O	01/2010	08.338.786/0001-63	04/03/2015	03/04/2015	5	5					E
2014	Apoio Adm.	O	07/2014	18.556.791/0001-04	05/03/2014	04/03/2015			35	35			E
2013	Informática	O	19/2013	07.171.299/0001-96	15/07/2014	14/07/2015			6	5	4	4	A
Observações:													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
Fonte: CRL/CRH													

**Análise crítica**

A AEB encontra-se instalada num complexo administrativo com vários órgãos públicos (ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD). Atualmente a Agência Nacional de Águas – ANA é a responsável pelo complexo administrativo do Setor Policial Sul – SPO. Em virtude dessa responsabilidade o contrato de vigilância, limpeza e higiene estão sob sua responsabilidade. A AEB faz o ressarcimento do rateio acordado em um termo de cooperação. Portanto, não gerenciamos o

contrato e, por conseguinte, também não dispomos de informações que possam contribuir para a análise do TCU.

Os contratos administrados pela AEB e informados no Quadro A.7.2.2 estão de acordo com as necessidades do órgão. Os contratos de copeira e de transportes não tiveram problemas de cunho trabalhista durante o exercício. No entanto, aconteceram problemas nos contratos de apoio administrativo. No exercício de 2014 a Talenty, que passou a ser chamada de XTotal Recursos Humanos, prestou seus serviços em conformidade com o estabelecido em contrato, e honrou seu compromisso com os terceirizados lotados nesta Autarquia.

Contudo, a AEB cumpriu as orientações dos órgãos trabalhistas e de controle e reteve das empresas contratadas, a parcela indenizatória das verbas trabalhistas. Não houve no exercício de 2014 nenhuma perda dos direitos trabalhistas dos trabalhadores terceirizados que prestaram serviços na AEB.

<b>Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários</b>					
<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantitativo de contratos de estágio vigentes</b>				<b>Despesa no exercício (em R\$ 1,00)</b>
	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	
<b>1. Nível superior</b>	19	18	20	19	93.087,52
1.1 Área Fim	13	11	15	13	68.104,21
1.2 Área Meio	6	7	5	6	24.983,31
<b>2. Nível Médio</b>	3	3	3	3	10.440,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	3	3	3	3	10.440,00
<b>3. Total (1+2)</b>	22	21	23	22	103.527,52

**Fonte: CRH**

### **Análise Crítica**

No ano de 2014, o programa de estágio ofereceu um total de 33 vagas para estudantes cursando o nível superior e 19 vagas para estudantes do ensino médio. Foi preenchida um total médio ao longo de 2014 de 13 vagas de nível superior na área fim; 6 de nível superior na área meio e 3 do ensino médio, tendo como principal objetivo integrar os jovens ao sistema corporativo, bem como terem a oportunidade de participar de atividades voltadas às suas áreas de atuação, participação de projetos científicos, dentre outras atividades inerentes à AEB.

## 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 8.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

#### 8.1.1 Gestão da frota de veículos próprios

A Unidade Jurisdicionada não dispõe de frota própria de veículos automotores sob sua responsabilidade.

#### 8.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros:

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Foram realizados estudos técnicos no que tange a pesquisas de mercado, bem como junto a outros órgãos da Administração Pública Federal, para fins de viabilização da opção pela terceirização de frota e dos serviços de transporte.

- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

Nome da empresa: Barão Tur Transportes e Turismo Ltda. – ME e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ: 08.338.786/0001-63.

- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Pregão Eletrônico nº 011/2009; nº do contrato assinado: 01/2010; vigência do contrato: 05/02/2014 à 04/03/2015; valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

ANO	VALOR CONTRATADO	VALOR PAGO
2010	650.688,00	190.415,56
2011	770.618,40	368.055,16
2012	841.618,40	441.904,66
2013	999.276,00	432.640,17
2014	1.204.882,41	439.018,56
<b>TOTAL</b>	<b>4.467.083,21</b>	<b>1.872.034,11</b>

- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula a forma de utilização é a Instrução Normativa MPOG nº 02 e 03/2008.

- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A importância deve-se ao fato da necessidade da locomoção para o desenvolvimento das atividades institucionais do órgão. O impacto da frota de veículos terceirizados sobre as atividades cotidianas são positivos, pois os serviços atendem ao Presidente, aos Diretores, e demais servidores que precisam de veículo para desenvolver suas atividades diárias.

- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

**Veículos Integrais.**

02 Automóveis executivos  
02 Automóveis de passeio 1.0  
01 Motocicleta

**Veículos destinados à locação eventuais:**

Automóvel executivo  
Automóvel de passeio  
Micro-ônibus  
Ônibus  
Caminhão  
Van

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

**Veículos de representação:**

2 Automóveis executivos – Quilômetros rodados = 55.108

**Veículos de transporte institucional.**

2 Automóveis de passeio 1.0 – Quilômetros rodados= 22.292  
1 Motocicleta – Quilômetros rodados = 15.706

**Veículos destinados à locação eventual:**

Automóvel executivo – 0  
Automóvel de passeio – 0  
Micro-ônibus – 0  
Ônibus - Quilômetros rodados = 949  
Caminhão - Quilômetros rodados = 92  
Van - Quilômetros rodados = 15

- h) Idade média anual, por grupo de veículos;

**Veículo de passeio e executivo:**

2 anos e com, no máximo, 40.000 km rodados.

**Motocicleta:**

2 anos

- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;



Não há custos associados à manutenção da frota.

- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Para a gestão dos serviços a UJ tem um servidor designado em Portaria para fiscalizar, liberar e controlar a quilometragem, as requisições de transporte e as saídas dos veículos.

## 8.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada, contemplando:

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Distrito Federal	2	2
	Distrito Federal	2	2
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	PAÍS “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
203001	Não temos	10	Bom	Não temos	Não temos	Não temos	0,00	191.842,60
Total							0,00	191.842,60

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos

### 8.2.4 Análise Crítica

A AEB não dispõe de patrimônio imobiliário registrado em seu balancete e também não dispõe de patrimônio da União pendente de regularização. Conforme informado no relatório de 2013 e, ainda, no Quadro A.8.2.1, a AEB ocupa apenas dois imóveis que estão sob o patrimônio do MCTI: blocos “A” e “Q” do Complexo Administrativo do Setor Policial Sul – SPO.

Os imóveis disponibilizados necessitam de uma reforma urgente, conforme relatado no subitem 3.6 do item 3 do presente relatório. Dessa forma, as reformas talvez não sejam realizadas pelos motivos discorridos anteriormente e, ainda, em virtude das limitações orçamentárias impostas pelo governo federal.

Assim, o espaço físico encontra-se no seu limite e deverá acarretar problemas nos exercícios futuros, considerando que a AEB já realizou o primeiro concurso público para o ingresso de 66 (sessenta e seis) novos servidores que serão empossados ainda em 2015.

A Administração da AEB está ciente do problema e continua realizando gestões junto ao MCTI para resolver o problema do espaço físico e, concomitantemente, junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU para conseguir um terreno, visando à construção de uma nova sede.

A AEB cancelou a cessão do espaço de 93,84m<sup>2</sup> ocupado pela a Caixa Econômica Federal – CEF, localizado no Bloco “Q”, para promover uma reorganização física das diversas unidades internas do órgão, tendo como finalidade maximizar a ocupação de todos os espaços considerados mal utilizados ou subutilizados atualmente.

## 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 9.1 Informações sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014						
Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
29/2014	manter os Serviços de segurança de mensagens eletrônicas, tanto como buscar análises de vulnerabilidades nos meios de comunicação via internet utilizado por esta Agencia.	36 meses	10.647.012/0001-66	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	78.550,00	0,00
30/2014	aquisição de equipamentos tecnológicos para suprir demandas internas	12 meses	03.263.975/0001-09	SYSTECSH SISTEMA E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA	146.360,00	0,00
31/2014	fornecimento Scanners, com entrega e suporte técnico on-site descentralizados	40 meses	11.015.572/0001-60	CZAR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	10.380,00	10.380,00
19/2013	serviços de suporte tecnológico ao ambiente de TI da AEB	60 meses	07.171.299/0001-96	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	1.965.855,24	1.442.984,56

#### 1. Sistema Expertise

É um software de agrupamento personalizado de fontes de notícias disponibilizadas na Internet de forma a criar uma base de conhecimento organizacional para que possa ser utilizada na tomada de decisões estratégicas. Esse sistema permite formar um ambiente colaborativo em que os usuários leem as notícias, comentando-as e classificando-as para referências futuras. Esses comentários são armazenados em uma base de dados e disponibilizados para consultas posteriores. Também é possível a criação de grupos especializados em determinado tema ou interesse comum.

#### 2. Sistema de Recursos Humanos

O sistema de Recursos Humanos é um recurso de suma importância para a gestão de pessoal, com recursos de registro e emissão de relatórios. Os módulos básicos referem-se ao cadastramento de servidores e colaboradores, lotação, curriculum vitae, levantamento de necessidades de treinamento e capacitação e férias.

#### 3. Intranet AEB

A Intranet é a principal ferramenta para a comunicação da instituição com seus funcionários. O projeto da nova intranet adotará o padrão da tecnologia empregada no sítio da agência. Essa atualização modernizará as ferramentas utilizadas para a publicação de conteúdo trazendo maior facilidade aos usuários.

#### 4. Escritório AEB

O Escritório AEB é um projeto para a construção de uma rede social corporativa de colaboração empresarial que pretende agilizar a comunicação e aumentar a produtividade, atendendo, assim, a necessidade N2. A proposta é a implementação do Liferay Social Office, uma ferramenta desenvolvida para esta finalidade, que possibilita a comunicação entre os funcionários e a gerência de equipes, de informações, documentos e tarefas.

#### 5. Sistema de Autenticação

É um sistema que auxilia o mecanismo de autenticação centralizada dos demais sistemas da AEB na rede Active Directory (AD).

#### 6. Sistema AEBTex

Sistema de editoração e compilação de documentos oficiais da AEB. Esse sistema utilizará o padrão LaTeX e será disponibilizado às secretárias e servidores com necessidade constante de criação de memorandos, ofícios e outros documentos oficiais, sem ter que se preocuparem com a apresentação dos mesmos, mas apenas com o seu objetivo e conteúdo.

#### 7. Sistema de Monitoramento de Infraestrutura

Sistema de monitoramento de infraestrutura do ambiente computacional da AEB. O sistema fará o monitoramento dos ativos de redes e aplicações. Servirá de base para uma melhor gestão e tomada de decisões, para prevenir desastres, incidentes, aquisição de novos equipamentos e manter a alta disponibilidade dos recursos de TI da AEB.

#### 8. AEB Cloud

Sistema de armazenamento de arquivos em nuvem, refere-se à utilização da memória e das capacidades de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet, seguindo o princípio da computação em grade. O armazenamento de dados é feito em serviços que poderão ser acessados de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, não havendo necessidade de instalação de programas ou de armazenar dados. O acesso a programas, serviços e arquivos é remoto, através da Internet. Em um sistema operacional disponível na Internet, a partir de qualquer computador e em qualquer lugar, pode-se ter acesso a informações, arquivos e programas por meio de um sistema único, independente de plataforma. O requisito mínimo é um computador compatível com os recursos disponíveis na Internet. O PC torna-se apenas um chip ligado à Internet — a “grande nuvem” de computadores — sendo necessários somente os dispositivos de entrada (teclado, mouse) e saída (monitor).

#### 9. Rede Wireless

Uma rede sem fio (Wireless) é um sistema que interliga vários equipamentos fixos ou móveis utilizando o ar como meio de transmissão. É semelhante a uma rede local com fio convencional (que segue o padrão IEEE 802.3), com exceção de que a rede sem fio usa ondas de rádio, em vez de cabos. O que significa que é possível uma transmissão de dados via ondas de rádio, sem a necessidade de conexão física por meio de cabos entre computadores. Atualmente a grande maioria das redes wireless permite plena conectividade e atende aos padrões e normas dos organismos internacionais. Isto significa que, uma vez utilizando equipamentos padronizados, redes wireless podem ser interconectadas com as redes de cabeamento convencional sem maiores problemas e computadores utilizando dispositivos wireless interagem com computadores da rede cabeada e vice-versa sem qualquer restrição. Por esse motivo, podem ser utilizadas em WAN's ou LAN's, seja para a conexão de pontos distantes, seja simplesmente para diminuir ou eliminar o cabeamento existente na rede local, por exemplo.

#### 10. Configuração do MSProject

O Microsoft Project é uma solução que possui recursos relacionados à gestão de projetos online, flexível para o gerenciamento do portfólio de projetos e para o trabalho diário. Desenvolvido para pessoas que precisam gerenciar com todos os recursos de gerenciamento de projetos no desktop, bem como trabalhar online praticamente em qualquer dispositivo, o MS-Project permite que as organizações comecem a trabalhar rapidamente, priorizem os investimentos em portfólios de projetos e proporcionem o valor de negócio pretendido.

#### 11. Atualização do Active Directory – AD

Com a função de administrar os Serviços de Domínio Active Directory (AD DS), pode-se criar uma infraestrutura escalável, segura para o gerenciamento de usuários e recursos. Um servidor com AD DS é chamado de controlador de domínio. Os administradores podem usar AD DS para organizar elementos de uma rede, como usuários, computadores e outros dispositivos, em uma estrutura de confinamento hierárquica. A estrutura inclui a floresta do Active Directory, domínios e unidades organizacionais (OUs) em cada domínio.

#### 12. Atualização do Sistema de Backup (Bacula)

O Bacula é uma solução de backup empresarial multiplataforma desenvolvida sob a licença GPL. É robusta e com inúmeros recursos de gestão, adequando-se a redes de qualquer tamanho e de variadas topologias.

#### 13. Alta Disponibilidade em Ambiente Virtualizado

Um sistema de alta disponibilidade (HA: High-Availability) é um sistema computacional resistente a falhas de hardware, software e energia, cujo objetivo é manter os serviços disponibilizados o máximo de tempo possível. Para garantir a ausência de interrupções de serviço é necessário, muitas vezes, dispor de hardware redundante que entre em funcionamento automaticamente quando da falha de um dos componentes em utilização. Pretendemos adotar serviço redundante de hosts físicos que visa a alta disponibilidade nos servidores com placas de rede sobressalentes, fontes de energia redundantes, discos hotSwap e redundância em ambientes virtualizados. Utilizaremos um hypervisor capaz de atender toda a demanda da AEB, com alto desempenho.

#### 14. Migração do Serviço de e-Mail

Migração do serviço de mensageria atual para o Microsoft Exchange (já adquirido pela AEB), possivelmente integrando-o com a solução em nuvem, Office 365. O Office 365 reúne o custo/benefício da infraestrutura de servidor otimizada e moderna e o ambiente de produtividade do Microsoft Office. O uso é cobrado em uma base por usuário. Paga-se pelo que efetivamente se usa, permitindo que se tenha maior flexibilidade no controle dos custos. O Office 365 também simplifica bastante a colaboração e a troca com participantes externos em projetos. Isso reduz o incômodo de configurar privilégios de acesso individuais à infraestrutura.

#### 15. Implantação de Sala de Videoconferência

Implantação de sistema de videoconferência HD flexível e econômica para comunicações de alta qualidade em ambiente de trabalho corporativo, expandindo a utilidade das comunicações visuais de maneira rápida e fácil, sob demanda. Adotaremos padrões de Alta Definição (HD) e áudio com nitidez cristalina e separação dos sons da sala em canais esquerdo e direito, dando uma sensação de localização física dos participantes do terminal remoto. Para apresentações multimídia para grupos, pretendemos exibir conteúdo e dados dinâmicos em HD, de modo a aperfeiçoar a colaboração e a participação da audiência. Os usuários poderão compartilhar apresentações e vídeo ao vivo simultaneamente, permitindo que os participantes da conferência interajam de maneira natural e dinâmica.

#### 16. Módulo de Gestão de Patrimônio com RFID

Pretende-se automatizar e simplificar o processo de controle das movimentações dos bens, rastreá-los, proporcionar mais segurança evitando furtos, movimentações não autorizadas, etc. Este módulo deve ser incorporado ao Sistema de Patrimônio atual. A principal vantagem

do RFID em relação ao código de barras é o fato de poder ser lida sem contato visual. As etiquetas RFID podem ser lidas mesmo que estejam cobertas ou dentro de materiais, tais como madeira, tecido, plástico e até encoberto de sujeira. A tecnologia utiliza um chip que tem uma antena conectada e encapsulada com material apropriado a cada superfície do bem – espaço disponível para a fixação da etiqueta, umidade, temperatura, distância de leitura, etc. As antenas para leitura da tag RFID devem ser fixadas em locais estratégicos conforme a finalidade ou leitor de dados RFID móvel.

<b>Projeto</b>	<b>Conclusão</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Custos</b>
1- Sistema Expertise	jul/16	Funcionários e Bolsistas	81.000,00
2 - Sistema de RH	jul/16	Funcionários	
3 – Intranet	jul/15	Funcionários	
4 – Escritório Virtual AEB	jul/15	Funcionários	
5 – Sistema de Autenticação	jul/15	Funcionários	
6 – Sistema AEBTex	mar/15	Funcionários	
7 – Sistema de Monitoramento de Infraestrutura	dez/15	Funcionários e Bolsistas	18.000,00
8 – AEBCloud	mar/15	Funcionários	
9 – Configuração de nova Rede Wireless	jul/15	Funcionários	
10 – Configuração do MSProject	jul/15	Funcionários	
11 – Atualização do AD	dez/15	Funcionários e Terceirizados	80.000,00
12 – Atualização do Sistema de Backup	dez/15	Funcionários e Terceirizados	80.000,00
13 – Virtualização de Servidores	dez/15	Funcionários e Terceirizados	80.000,00
14 – Migração do Serviço de e-mail	dez/15	Funcionários e Terceirizados	90.000,00
15 – Implantação da Sala de Videoconferência	dez/15	Funcionários	
16 – Módulo de Gestão de Patrimônio com RFID	dez/16	Funcionários	
<b>Total</b>			<b>429.000,00</b>

## 10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE ambiental

### 10.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental				
Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis			Avaliação	
			Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?			X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?			X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.			
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?			X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.			
<b>Considerações Gerais: todos os aspectos que não foram atendidos pela Administração no questionário acima, serão implementados/providenciados visando o atendimento integral da IN 10/2012.</b>				

#### 10.1.1 Programa Esplanada Sustentável

Em 2013 a AEB aderiu em conjunto com o MCTI, ao Programa Esplanada Sustentável – PES. Esse programa foi implantado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e não foi impositivo. A forma de participação foi por adesão, tendo como meta uma redução anual de +/- 10% do consumo de papel, toner, fotocópia, energia elétrica, água, vigilância, conservação, combustível e etc.

A adesão ao PES estabeleceu uma meta para a AEB, o compromisso assumido pela autarquia foi com os serviços de transporte, telefonia, água e energia elétrica. Em 2013, a autarquia economizou 16,55%, demonstrando um compromisso com a adesão ao programa. Em 2014, houve um pequeno aumento nessas despesas da ordem de 0,75%.

No entanto, há uma distinção entre os serviços administrados. A água e energia são gerenciadas pela Agência Nacional de Águas – ANA. Ressaltamos que a AEB faz parte de um condomínio com diversos órgãos públicos: ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD. O avanço foi justamente nessas despesas, talvez não pelo aumento do consumo, mas pelo reajuste das tarifas

dessas despesas. Nos serviços administrados pela AEB: telefonia e transporte, a economia foi de 6,4% em média.

A AEB orienta seus servidores pela intranet e, também, por meio do boletim mensal, onde são publicadas as boas práticas sobre o consumo racional dos insumos ofertados para o desenvolvimento da tarefa diária.



## 11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

**11.1 Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU atendidas no exercício de referência do relatório de gestão e pendentes de atendimento, caso em que deverão ser apresentadas as justificativas pelo não cumprimento**

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					4243
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Of.0590/2014-TCU/SecobEnerg. De 31/10/2014	TC 028.138/2014-7	Representação TC-028.138/2014/7		Diligência	Of. 0590/2014/SecobEnerg - 31/10/14
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					4243
Descrição da Deliberação					
Diligência com vistas ao saneamento da Representação Tc-028.138/2014-7, formulada pela CGU acerca do Contrato 16/2012, firmado entre AEB e a sociedade empresária Constran S.A para a execução das obras complementares do Aeródromo do Centro de Lançamento de Alcântara e da via de acesso.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA					4243
Síntese da Providência Adotada					
Atendimento da diligência ocorreu através do Ofício nº 221/2014/DPOA/AEB, de 12/11/2014 (anexo)					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A empresa solicitou a rescisão de forma amigável. Após aceitar o pedido de rescisão, a Procuradoria Federal junto à AEB manifestou-se pela anulação imediata do contrato. Assim, cumprindo rigorosamente com a orientação da área jurídica anulamos o Contrato nº 16/12, indenizamos a empresa e comunicamos o ato administrativo à CGU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					4243
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					4243
Descrição da Deliberação					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NÃO ATENDIDA NO EXERCÍCIO					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NÃO ATENDIDA NO EXERCÍCIO					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NÃO ATENDIDA NO EXERCÍCIO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO NÃO ATENDIDA NO EXERCÍCIO					

**11.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno ao qual se vincular a unidade jurisdicionada atendidas no exercício de referência do relatório de gestão e pendentes de atendimento, caso em que deverão ser apresentadas as justificativas pelo não atendimento.**

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Solicitação de Auditoria nº 001/2014127534	01, 02, 03, 04 e 05	Solicitação de Auditoria nº 001/2014127534
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
Descrição da Deliberação			
Auditoria realizada nas ações 20UZ, 20VC da LOA 2014; Relação à força de trabalho advinda do concurso público; Indicadores de avaliação das ações 20UZ e 20VC; Rol de Responsáveis; Disponibilização dos processos de formalização de contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Recursos Humanos; Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento			4243
Síntese da Providência Adotada			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 002/2014127534	06, 07, 08, 09, 10 e 11	Solicitação de Auditoria nº 002/2014127534 de 20/11/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Reiteração do item 01 da Solicitação de Auditoria 001/2014127534; Disponibilização do processo 01350.000036/2014/90; Planilha com o título "Formalização de preço sem IR com BDI; Disponibilização de vários processos; Disponibilização de todos os questionários sobre governança elaborados pelo TCU.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações;			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 003/2014127534	12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25	Solicitação de Auditoria nº 003/2014127534 de 25/11/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
<p>Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIJP da empresa Opto Eletrônica; Informar se a AEB questionou a empresa em relação ao BDI; Apresentar OS/AEB nº 01; Listagem com os trabalhos realizados pela AIN/AEB; PAINT/2014/AEB; Disponibilizar PO/AEB 137/2013; Descrever Posto de Controle da AEB; Disponibilizar Termos de Classificação de Informação-TCI; Informar tratados, acordos e atos internacionais; Áreas da AEB que gerenciam as ações do PNAE 2012-2021; Informar nome, CPF e cargos dos integrantes da equipe de elaboração do PNAE 2012-2021; Gestão de Riscos do PNAE 2012-2021; Ações de gestão de riscos que a AEB fará nos próximos dois anos.</p>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração, Auditoria Interna.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 004/2014127534	26, 27, 28, 29	Solicitação de Auditoria nº 004/2014127534 de 25/11/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Disponibilizar Resolução Normativa que regula o funcionamento do SINDAE; Disponibilizar atas das reuniões do Conselho Superior d AEB de 2014; Disponibilizar documentação referente as viagens de Cristiano Queiroz, Ronne Toledo e Petrônio N de Souza; Relação de viagens nacionais e internacionais relacionadas a ações 20UZ e 20VC.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração; Gabinete.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 005/2014127534	30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39.	Solicitação de Auditoria nº 005/2014127534 de 28/11/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Encaminhar relatórios de Auditorias; Qual o papel da AEB nos Acordos internacionais; Apresentar documentação de diárias e passagens; Disponibilizar processo 01350.000044/2013-55; Disponibilizar laudas 192 e 199 do processo 01350.00044/2013-55, Justificar demora paa envio do Despacho nº 127/2013/DPOA à Procuradoria Federal/AEB; Informar medidas adotadas pela AEB do item 53 do PJ nº 060/2013/FC/DIVCONS/PF/AEB; Detalhamento dos BDT's; Informar medidas adotadas pela AEB do item 22 do PJ nº 038/204/FLN/PF-AEB; Apresentar PJ que aprova o Contrato nº004/13.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração; Gabinete.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 006/201412753	40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47	Solicitação de Auditoria nº 006/201412753 de 02/12/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
<p>Informações e relevâncias referentes ao PAINT/2014-AEB; Solicita entrevista com o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações da AEB; Solicita entrevista com o Coordenador de Políticas e Planos e de Programação e Avaliação; Disponibilizar documentação sobre o projeto PNAE 2012-2021; Disponibilizar documentação do PNAE/2012-2021; Disponibilizar atas de reunião do Conselho Superior da AEB que regulamenta o funcionamento do SINDAE; Atos normativos da AEB que tenham designado os integrantes do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações; Ratificar a entrevista com o Coordenador de Recursos Humanos.</p>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 007/201412753	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62	Solicitação de Auditoria nº 007/201412753 de 04/12/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Disponibilizar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo; Atas de reunião, ofícios ou outros documentos oficiais que evidenciem interações entre a AEB e MCTI sobre o posto de controle na AEB; Descrever como é realizado o controle dos produtores e custodiantes dos documentos controlados pela AEB; Disponibilizar modelo de dados do sistema Próton; Justificar ausência nos TCI apresentados à equipe de auditoria; Descrever controles da AEB para o intercâmbio entre as organizações pertencentes ao SINDAE; Disponibilizar subsídios utilizados pela AEB para planejamento e avaliação das ações do PNAE; Descrever os problemas de governança existentes no âmbito do SINDAE; Descrever dificuldades para a realização de contratações aderentes à Lei 8.666/93 no âmbito do PNAE; Disponibilizar documentação relativa à comissão do concurso realizado pela AEB; Relação dos ocupantes de cargo em comissão admitidos pela AEB em 2014; Descrever os trabalhos em relação à preparação da AEB para recebimento dos servidores advindos do concurso público; Embasamento legal para o fato dos servidores públicos da carreira de C&T cedidos para ocupar cargo em comissão inferiores ao cargo de DAS-4 na AEB se tornarem impossibilitados de receberem a gratificação; Solicita entrevista com o senhor Celso Deusdeti Costa.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			



<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 008/201412753	64, 65, 66, 67, 68	Solicitação de Auditoria nº 008/201412753 de 05/12/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
<p>Informar os algoritmos ou os protocolos utilizados para a proteção das informações classificadas em meio eletrônico; Apresentar o algoritmo de estado utilizado pela AEB para produção, armazenamento e transmissão em meios eletrônicos; Informar a existência de sistema informatizado que apoie o gerenciamento e a fiscalização dos contratos administrativos assinados pela AEB; Quais os controles internos utilizados pela AEB que mitiguem ou anulem o risco de haver sobrepreço, superfaturamento e pagamento indevido nas contratações; Justificar as razões pelas quais as contratações dos testes de burn-in para os componentes do satélites CBERS 3 e 4, foram feitas pela AEB e não pelo INPE.</p>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 009/201412753	69, 70, 71	Solicitação de Auditoria nº 009/201412753 de 30/12/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Especificar o algoritmo simétrico utilizado pela AEB para criptografia de seus dados transmitidos ou armazenados pelas soluções Próton, ownCloud e OpenPGP; Descrever o processo de análise estática realizado sobre as soluções Próton, ownCloud e OpenPGP; Descrever o processo de identificação das vulnerabilidades existentes e a relação que foram tratadas pela área de tecnologia da informação da AEB.			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 010/201412753	72	Solicitação de Auditoria nº 010/201412753 de 21/01/2015
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Disponibilizar a Norma Operacional de Funcionamento do SINDAE, aprovada pela Resolução nº 18/96 do Conselho Superior da AEB.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Sector</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Solicitação de Auditoria nº 011/201412753	73, 74	Solicitação de Auditoria nº 011/201412753 de 23/01/2015
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Disponibilizar a relação de todos os órgãos e entidades atualmente integrantes do SINDAE e os respectivos convênios; Disponibilizar a inexistência da Resolução Normativa previstas no artº 4º do Decreto nº 1.953/96.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Sector</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Ordem de Serviço nº 201412827; Solicitação de Auditoria nº 001/2014127827 de 30/12/2014	1	Ofício nº 34390/2014/DICIT/DI/SFC/CGU/PR de 30/12/2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Apresentar documetação em relação ao contrato firmado a AEB e a empresa UHY Moreira Auditores, para análise de preços e orçamentos de itens da infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara que teriam sido pagas pelo Alcântara Cyclone Spaces - ACS.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Ofício nº 33627/2014/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 18.12.2014.		Memorandos nºs 59/60/61/62 de 26/12/2014 - AIN
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Recomendações com vencimento até 31/12/2014 referente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas-CGU nº 201306049, recebido na Auditoria Interna-AEB em 13/08/2013.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração; Gabinete.			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram encaminhadas às áreas responsáveis através de memorandos, sendo atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis acataram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações;			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Ofício nº 5854/2014/DICIT/DI/SFC/CGU-PR de 07.03.2014		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
Relatório Preliminar de Auditoria-CGU nº 2013315178 de 07.03.2014, recebido na Auditoria Interna da AEB em 11.03.2014.			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
AUDITORIA INTERNA - AEB			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As recomendações foram atendidas no prazo estabelecido pela Auditoria Interna da AEB.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo recomendações dos trabalhos de auditoria realizada pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A Auditoria Interna acatou as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações.			

<b>Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	ORDEM DE SERVIÇO Nº 201308863	01 A 78	Ofício nº 28814/DICIT/DI/SFC/CGU-PR de 20/09/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
<b>Descrição da Deliberação</b>			
VIDE RELATÓRIO ANEXO			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento; Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração			4243
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
VIDE RELATÓRIO ANEXO			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As providências em questão foram adotadas, seguindo as recomendações dos trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União - CGU.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As áreas responsáveis adotaram as recomendações sem nenhuma restrição e demonstraram interesse nas aplicações das recomendações, com exceção da recomendação 76 da Ordem de Serviço nº 201308863.			



<b>Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	Ordem de Serviço nº 201308863	Item 76	Ofício nº 28814/DICI/DI/SFC/CGU-PR de 20/09/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			4243
<b>Descrição da Recomendação</b>			
deseccado com o artº 6º, inciso IX, alínea f da Lei nº 8.666/93			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração			4243
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Devido ao rigor da recomendação, esta será respondida separadamente das demais.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Tendo em vista da Agência Espacial Brasileira ainda não possuir um quadro de servidores permanentes e o número reduzido de servidores, ficou prejudicada à adoção da recomendação 76. Mesmo diante das razões expostas, a Agência Espacial Brasileira conduzirá uma investigação preliminar.			

### 11.3 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

<b>Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b>				
<b>Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR</b>	<b>Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93</b>	<b>Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</b>		
		<b>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	1
	Entregaram a DBR	0	0	1
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10	9	77
	Entregaram a DBR	10	9	77
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CRH

- Não houve descumprimento por parte de nenhum servidor, quando de sua nomeação, permanência no órgão ou exoneração.
- Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DPOA/AEB.

- Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento, estamos trabalhando em conjunto com a TI, providenciando um sistema para atender à gestão de pessoas.
- Existem as duas formas: em papel e autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. O acesso será mediante alguma demanda de órgãos de controle interno e externo.
- Não realizamos nenhuma análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.
- As DBR são guardadas em arquivo, fechado a chave com a finalidade de preservação do sigilo fiscal das informações dos servidores.

**11.4 Demonstração das medidas administrativas adotadas para apurar responsabilidade ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno, e também:**

Não houve no exercício de 2014, ocorrência de dano ao Erário.

**11.5 Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de referência do relatório de gestão.**

<b>Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV</b>
<b>DECLARAÇÃO</b>
Os gestores, EDIVALDO SOUSA GONÇALVES e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA, responsáveis pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas SIASG e SICONV, portadores dos respectivos CPF's nºs 289.277.101-34 e 416.246.531-20, e respectivos Coordenadores de Recursos Logísticos e Orçamentário e Financeiro, exercidos na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 13 de abril de 2015.
<b>EDIVALDO SOUSA GONÇALVES e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA</b> 289.277.101-34 e 416.246.531-20 Respectivos Coordenadores de Recursos Logísticos e Orçamentário e Financeiro - DPOA/AEB

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

**12.1 Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade jurisdicionada.**

A depreciação, amortização e exaustão estão sendo aplicadas mensalmente por esta UG, sendo utilizado um sistema desenvolvido em parceria com INPE, conforme informado no relatório de 2013, dentro dos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, e ainda:

- a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;  
A AEB está procedendo a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos de acordo com o que estabelece os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.
- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;  
Não se aplica a UJ.
- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;  
A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30.
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;  
A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão é a tabela constante do Manual SIAFI 02.03.30.
- e) As taxas utilizadas para os cálculos;  
As taxas utilizadas para os cálculos são as constantes do Manual SIAFI 02.03.30.
- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;  
Quando a AEB necessita aplicar a metodologia para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido utiliza os parâmetros e métricas definidas no Manual SIAFI 02.03.30.
- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.  
O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 trouxe uma visão mais objetiva do patrimônio da UJ. Não dispomos de patrimônio imobilizado. A UJ tem apenas pequenos bens móveis e que os critérios contidos nas normas estão sendo bem proveitosos para o real valor desses ativos. Os bens móveis mais significativos no patrimônio da AEB são: máquinas e equipamentos energéticos, processamento de dados e mobiliários em geral. Os seus valores estão dentro do que determina a norma aplicável em cada caso.

### **12.3 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:**

- a) Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

A conformidade contábil da UG 203001 Gestão 20402 – Agência Espacial Brasileira – AEB, é realizada mensalmente, pela Divisão de Contabilidade da AEB, na forma da Manual SIAFI 020315 – Conformidade Contábil.

- b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

Informamos que durante o exercício em referência ocorreu a existência e uma restrição, classificada como 657 – convênios com data de expiração.

- c) Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Foram detectadas algumas impropriedades no Convênio SIAFI 638896 e SICONV 703863 – Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE/FGV. As impropriedades ainda não foram convertidas em irregularidades. Visando solucionar a questão, esta UJ está trabalhando em conjunto com a CGU. Até o presente momento os dois órgãos estão trabalhando para finalizar os trabalhos e aplicar as normas vigentes que tratam da execução dos convênios.

**12.4 Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

<b>Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis</b>			
<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB			203001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília - DF</b>	<b>Data</b>	<b>28/03/2015</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Maria do Rosário de Fátima Dantas de Oliveira</b>	<b>CRC nº</b>	<b>019003/O6</b>

### **13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

Não verificamos a necessidade de acrescentar outras informações sobre a gestão para o exercício de 2014, considerando que nos itens pretéritos a UJ já abordou todos os assuntos pertinentes à área espacial.



## SEÇÃO IV

### RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os principais problemas estruturais ou situacionais enfrentados são os já reportados em relatórios de gestão passados. Essas dificuldades, ou restrições identificadas, são de diversas naturezas e foram apresentadas de forma mais detalhada nas seções anteriores. As dificuldades da macroeconomia brasileira, traduzidas pelo baixo volume financeiro repassado à AEB impactaram em atrasos frequentes aos fornecedores adimplidos. Esse fato causou desgastes frequentes junto aos fornecedores contratados tanto pela AEB como pelos órgãos executores.

A despeito das dificuldades, também tivemos avanços. No ano de 2014 a AEB realizou o seu primeiro concurso para nomeação de 66 servidores nos cargos de Assistente, Analista e Tecnologista, todos da carreira de Ciência e Tecnologia. O concurso já foi homologado e encaminhado o pedido ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI para efetivar as nomeações.

2014 foi um exercício em que a AEB desempenhou papel ativo nas relações com os órgãos executores do PNAE. Nesse sentido, colaborou com esses órgãos executando atividades contratuais para sanar dificuldades momentâneas existentes nos executores da Política Espacial, as quais exigiam soluções urgentes que não seriam equacionadas localmente, como, por exemplo, as contratações dos serviços de engenharia no âmbito do satélite CBERS-4. Como resultado dessa participação, foi possível atender ao rígido cronograma de lançamento do satélite CBERS-4 em apenas um ano de trabalho, demonstrando a capacidade de realização quando todos os órgãos trabalham de forma integrada e sinérgica.

Avanços também aconteceram na infraestrutura de teste dos motores e no desenvolvimento do projeto dos motores a propulsão líquida L75 e L5. O L5 foi concluído e fez parte do 13º voo do foguete VS-30, que foi lançado do CLA em 29 de agosto de 2014, representando o primeiro foguete brasileiro com motor movido a combustível líquido. O Motor L5 foi desenvolvido pelo IAE em parceria com a empresa brasileira Orbital Engenharia, de São José dos Campos. Foi um avanço significativo visando à operação de veículos espaciais movidos a combustível líquido, que permite maior capacidade de carga e precisão de inserção em órbita.

Brasília-DF, 30 de abril de 2015.

**JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO**  
Presidente da AEB





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

### ANEXO AO QUADRO A.11.2.1

#### RESPOSTAS ÀS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO RESERVADO Nº 201308863

**1) Estabelecer controles internos que garantam que as contratações de obras e serviços de engenharia somente se iniciem após a emissão do termo de recebimento definitivo dos respectivos projetos consolidados, formalmente aprovado por instância competente.**

**Resposta:** Após as diversas constatações efetuadas por essa CGU, informamos que a AEB somente efetuará novas contratações para serviços de engenharia quando tiver um corpo técnico qualificado ou comissão técnica ad hoc para: elaborar ou contratar os projetos básico e executivo, receber projetos contratados, licitar e fiscalizar a execução de obras e demais serviços, atendendo todas as exigências legais.

**2) Para as demais contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito do programa Cyclone IV, recomenda-se apresentar à CGU os devidos termos supracitados antes do referido processo de contratação.**

**Resposta:** A AEB, caso venha a efetuar novas contratações de serviços de engenharia para o programa Cyclone IV ou mesmo para qualquer obra do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE atenderá a presente recomendação.

**3) Elaborar, com posterior envio a esta Controladoria, fluxo processual e matriz de responsabilidades para contratação, acompanhamento, recebimento, análise e aprovação dos projetos de engenharia a serem contratados pela Agência. No caso do programa Cyclone IV, abranger, inclusive, a atuação dos órgãos integrantes da estrutura da Aeronáutica que venham a participar ou que já estejam atuando no âmbito do referido programa.**

**Resposta:** Seguem o fluxo processual e a matriz de responsabilidades conforme documentos constantes do **ANEXO 1**.

**4) Implementar ferramentas de gerenciamento de riscos para o programa Cyclone IV, a fim de efetivamente identificar os riscos de cada empreendimento, bem como das respectivas etapas ou serviços a serem executados, de modo a subsidiar a decisão da Agência quanto á possibilidade de subcontratação pela empresa contratada ou à necessidade de contratação direta pela própria Agência de empresa especializada.**

**Resposta:** Caso a AEB venha efetuar novas contratações para o programa Cyclone IV, esta será precedida de avaliação de risco, os quais serão gerenciados ao longo da execução do empreendimento em atendimento a presente recomendação.

**5) Nas demais contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito do programa Cyclone IV consideradas efetivamente afetadas à segurança nacional, para as quais a Agência decida se valer da contratação direta por dispensa de licitação, buscar, preferencialmente, o número mínimo de três propostas aptas à seleção, inclusive se valendo da convocação de outros possíveis interessados.**

**Resposta:** A AEB, sempre atenta para o número mínimo de participantes. As três empresas participantes do processo seletivo estavam aptas e com seus cadastros válidos no CADIN, SIAFI, SIASG, etc. No entanto, caso venha a efetuar novas contratações de serviços de engenharia para o programa Cyclone-IV atenderá a presente recomendação.

**6) Encaminhar à CGU o normativo que embasou a decisão de enviar o Ofício nº 34/20 12/DTEL, de 14/08/2012, ao Secretário de Estado de Representação Institucional do Estado do Maranhão no DF, solicitando a indicação de empresas para executarem as obras do Centro de Lançamento de Alcântara. Em caso de ausência de amparo legal, que apure a responsabilidade do encaminhamento.**

**Resposta:** Preliminarmente não encontramos na legislação vigente nada que impeça a formulação de consulta entre instituições públicas. Quanto ao encaminhamento do ofício, devemos considerar os seguintes aspectos à época: a ausência de corpo técnico da AEB; dificuldade e especificidade do local onde seria executada a obra (Distâncias para transportes de insumos, mão de obra qualificada, dificuldade logística para transporte marítimo e custos associados e o entendimento de sigilo relacionado ao objeto da obra vislumbrado à época); que o Governo do Estado do Maranhão contratou obras de grande porte naquela região tinha-se o entendimento que deveríamos selecionar empresas qualificadas e conhecedoras da realidade do local da obra, daí porque, s.m.j., entendemos conveniente consultar o Governo do Estado do Maranhão para fornecer empresas qualificadas para execução de obras de engenharia de grande porte no Município de Alcântara/MA. Então, a AEB fez uma consulta objetiva a um órgão, também público, embora estadual, o que é de praxe na administração pública a consulta entre órgãos no intuito de não incorrer em erros de gestão. Lembrando que o tratamento dessa contratação foi sigiloso, não podendo ser efetuada uma consulta prévia a qualquer empresa da construção civil. Assim, o ofício foi expedido e, a resposta do Governo Estadual, foi no sentido de atender a uma demanda da AEB. Os expedientes encontram-se anexados nos autos como forma de demonstrar a lisura da ação. Não enxergamos, s.m.j., problemas com a expedição do mencionado ofício. Ressaltamos que, *a posteriori*, após uma conduta pró-ativa dessa CGU verificamos as diversas constatações que deram azo à respectiva contratação. Assim, entendemos novamente, s.m.j., que não houve má fé na ação e daí concluirmos que não há elementos para responsabilização pelo encaminhamento. Por fim, informamos que a relação da AEB com o Estado do Maranhão começou em 2009, por meio de um convênio com aquele Estado para a recuperação da rodovia MA-106, tudo registrado no SICONV 704393. Vale ressaltar que a relação desta AEB com o Estado do Maranhão é obrigatória e necessária devido a localização do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA e sua repercussão sobre a infraestrutura do Estado.

**7) Estudar, realizar prospecção de campo e avaliar imediatamente as jazidas passíveis ou já disponíveis, inclusive as indicadas em projeto, para exploração na região do empreendimento, de modo a identificar o(s) areal(ais) economicamente viáveis, e empreender, se já não houver, a abertura do (s) devido (s) licenciamento (s) ambiental (ais) para viabilização da exploração da areia e efetuar os respectivos registros no DNPM.**

**Resposta:** Pelo Ofício nº 46/PRE/2015, a AEB encaminhou as recomendações dessa CGU para revisão por parte da empresa contratada para revisar o Projeto Executivo da obra. Pela CT/AEB/26\_054, a empresa acatou as recomendações da CGU em utilizar o areal em SÃO Bento – MA, que fica aproximadamente a 121 km do local da obra, conforme **ANEXO 2**.

**8) Avaliar a oportunidade e conveniência de se utilizar, no caso de não houver jazida possíveis ou já disponível, a solução de aquisição de areia comercial até que a (s) devida (s) licenças de exploração de jazida seja (m) autorizada (s) pelo órgão ambiental competente, a fim de evitar supostos atrasos no programa Ciclone IV que resultem em prejuízos superiores a diferença entre a aquisição comercial e a obtenção de areia extraída diretamente em jazida. Ressalta-se que tal solução somente será considerada pertinente se forem atendidas tempestivamente todos os requisitos para abertura e condução do processo de licenciamento, bem como todos os eventuais condicionantes impostos pelo órgão ambiental, ou seja. Que a alegada "demora" decorrente do processo de licenciamento ambiental das jazidas seja fruto exclusivamente da atuação do gado ambiental competente e não da AEB/Projetista. Sob pena de responsabilização por eventual dano ao erário.**

**Resposta:** Como já informado nos próximos itens do Relatório, o contrato da obra foi anulado. Além disso, cabe ressaltar que o Projeto Cyclone-4 encontra-se paralisado e em avaliação pelos escalões mais elevados do Governo Federal. Caso seja decidido pela retomada do Projeto Cyclone-IV e, por conseguinte, também à retomada do aeródromo, a AEB atenderá as sugestões emanadas dessa CGU.

**9) Apresentar à CGU plano de capacitado permanente, inclusive contemplando o presente ano, para os servidores e funcionários da AEB passíveis de integrem comissões de processos licitatórios destinados à contratação de obras publicas.**

**Resposta:** A AEB tem um plano de capacitação aprovado pela Portaria nº 137/2014, conforme **ANEXO 3**. Esse plano visa a capacitação dos servidores para as contratações do cotidiano do órgão, como por exemplo: transporte funcional, material de escritório, empresas de terceirização de apoio administrativo, etc. No entanto, caso venha a efetuar novas contratações de serviço de engenharia para o programa Cyclone IV ou para qualquer outra obra do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE a AEB atenderá a presente recomendação.

**10) Nas demais contratações de obras e serviços de engenharia no – âmbito do programa Ciclone IV consideradas efetivamente afetas à segurança nacional, para as quais a Agência decida se valer da contratação, direta por dispensa de licitação, prever critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, em observância à legislação pertinente e Súmula nº 259 do TCU.**

**Resposta:** A AEB, caso venha a efetuar novas contratações de serviço de engenharia para o programa Cyclone IV ou para qualquer outra obra do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE atenderá a presente recomendação.

**11) Consultar formalmente o corpo técnico da Aeronáutica para, em conjunto, buscar empresas capazes de executar as obras a contento.**

**Resposta:** A AEB, caso venha a efetuar novas contratações de serviço de engenharia para o programa Cyclone IV atenderá a presente recomendação.

**12) Proceder avaliação prévia das empresas antes da comunicação acerca da intenção de participar do processo de contratação.**

**Resposta:** A AEB, caso venha a efetuar novas contratações para serviço de engenharia com base na segurança nacional para o programa Cyclone-IV atenderá a presente recomendação.

**13) Implementar procedimentos de análise das propostas dos licitantes baseados, por exemplo, em métodos estatísticos, a fim de detectar indícios de fraude nos certames.**

**Resposta:** A AEB, caso venha a efetuar novas contratações para serviços de engenharia para o programa Cyclone-IV atenderá a presente recomendação.

**14) Revisar todo o orçamento que embasou o processo de contratação das obras complementares do Aeródromo do Centro de Lançamento de Alcântara e da via de acesso, de forma a atender a recomendação do TCU de utilizar o menor valor no caso do SICRO e do SINAPI se referirem ao mesmo serviço/insumo.**

**Resposta:** Pelo Ofício nº 46/PRE/2015, a AEB encaminhou as recomendações dessa CGU para revisão por parte da empresa contratada para revisar o Projeto Executivo da obra. Pela CT/AEB/26\_054, a empresa acatou as recomendações da CGU, conforme **ANEXO 2**.

**15) Revisar o projeto de engenharia e o respectivo orçamento que embasaram o processo de contratação das obras complementares do Aeródromo do Centro de Lançamento de Alcântara e da via de acesso, de forma a corrigir as distâncias médias de transporte dos materiais pétreos e demais insumos provenientes de São Luís/MA, bem como considerar a travessia marítima para cálculo dos respectivos custos, tanto para a infraestrutura quanto para instalações TECA e TPS.**

**Resposta:** Pelo Ofício nº 46/PRE/2015, a AEB encaminhou as recomendações dessa CGU para revisão por parte da empresa contratada para revisar o Projeto Executivo da obra. Pela CT/AEB/26\_054, a empresa acatou as recomendações da CGU, conforme **ANEXO 2**.

**16) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da inclusão de custos inexistentes e salários maiores que os praticados no mercado na planilha apresentada pela CONSTRAN, o que gerou um sobre preço de R\$ 1.414.934,82.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**17) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada pelo serviço de Administração Local que esteja acima dos valores de mercado e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB efetuou o pagamento de apenas duas medições referentes ao item 2) Custos da Administração Local no valor total de R\$ 679.87,20, ao custo mensal de R\$ 339.936,10, conforme valores constantes do Contrato nº 16/2012. A CGU encontrou o valor mensal de R\$ 261.328,61. Então, após confrontar com os valores apurados pela CGU (**Relatórios: Preliminar pág. 151 e Final pág. 282**), constatamos que efetuamos um pagamento à maior no valor total de R\$ 157.214,98. A AEB efetuou a glosa conforme Despacho COF nº 4/2014 (vol. 25 – fls. 4.729/4.732). (**ANEXO 4**)

**18) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar os parâmetros definidos por essa CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência deste serviço para a nova contratação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**19) Nas demais contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito do programa Cyclone IV. Abstenha-se de realizar processo de contratação direta ou licitações sem a demonstração de todos os custos unitários, em vassalagem a Súmula TCU nº 258/2010 e ao disposto na Lei nº 8.666/1993, artigos 3º; 6º, IX; e 7º, § 2º, II.**

**Resposta:** A AEB observará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja contratações de obras e serviços de engenharia sem o fiel cumprimento das determinações da Súmula TCU nº 258/2010 e das demais obrigações contidas na Lei nº 8.666/1993.

**20) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobre preço de R\$ 2.067.171,63 apontado no serviço de Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**21) Glosar, imediatamente, qualquer valor tenha sido pago pela a AEB à Contratada pelo serviço de Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento que esteja acima dos valores de mercado e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB efetuou o pagamento de apenas duas medições referentes ao item 3) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento no valor total de R\$ 1.923.014,88, ao custo de R\$ 4.091.391,48, conforme valores constantes do Contrato nº 16/2012. A CGU encontrou o valor de R\$ 1.928.208,79. Então, após confrontar com os valores apurados pela CGU (**Relatório Preliminar pág. 151**), constatamos que efetuamos um pagamento à maior no valor total de R\$ 1.016.695,86. A AEB efetuou a glosa conforme Despacho COF nº 4/2014 (vol. 25 – fls. 4.729/4.732). (**ANEXO 4**)

**22) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos por essa CGU nesta Constatação para definir o valor de referência deste serviço, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**23) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da inclusão de fornecimento de equipamentos de uso específico sem o devido detalhamento técnico e, conseqüentemente, com risco de serem inadequados aos fins que se pretendem e aos custos acima dos praticados no mercado.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**24) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, especificar claramente as características dos equipamentos de uso específico desejados e buscar adquiri-los diretamente com fabricantes ou revendedoras, segregando-os da contratação de execução de obras e serviços de engenharia, A presente recomendação aplica-se também nas demais contratações de obras e serviços de engenharia no âmbito do programa Ciclone IV.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado e, ainda, observará a segregação nas contratações de objetos distintos.

**25) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de R\$ 1.072.104,95 no serviço de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria, com adoção da composição de custo unitário compatível à real distância média de transporte.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**26) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada pelo serviço de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**27) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência do serviço de escavação carga e transporte de material de 1ª categoria, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**28) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de RS 66.260,47 nos serviços de terraplenagem, de modo a corrigir os volumes de bota-fora conforme apresentado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**29) glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada pelos serviços de compactação de material de bota-fora que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB efetuou o pagamento de apenas uma medição referente ao item 12) Compactação de Material “bota-fora” no valor total de R\$ 22.499,75, ao custo unitário de R\$ 2,05, conforme valores constantes do Contrato nº 16/2012. A CGU encontrou o valor unitário de R\$ 1,98. Então, após confrontar com os valores apurados pela CGU (**Relatórios: Preliminar pág. 151 e Final pág. 282**), constatamos que efetuamos um pagamento à maior no valor total de R\$ 787,40. A AEB efetuou a glosa conforme Despacho COF nº 4/2014 (vol. 25 – fls. 4.729/4.732). (**ANEXO 4**)

**30) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição dos volumes de bota-fora.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**31) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da subestimativa de RS 260.016,42 nos serviços de terraplenagem, de modo a corrigir os volumes de compactação dos materiais do sistema viário interno, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores subestimados para qualquer contratação de obras e serviços de engenharia.

**32) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição dos volumes de compactação dos materiais do sistema viário interno.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.



**33) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, corrigir para a nova contratação as divergências de especificação entre as peças do projeto, bem como o orçamento, referente à base do pavimento rígido do pátio de aeronaves.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Pelo Ofício nº 46/PRE/2015, a AEB encaminhou as recomendações dessa CGU para revisão por parte da empresa contratada para revisar o Projeto Executivo da obra. Pela CT/AEB/26\_054, a empresa acatou as recomendações da CGU, conforme **ANEXO 2**.

**34) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de R\$ 1.576.197,83 no serviço *Base de brita graduada 4% cimento BC*, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**35) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço *Base de brita graduada 4% cimento BC* que esteja acima dos valores paradigmas apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**36) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação nos parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência de eventual serviço de base de brita graduada tratada com 4% de cimento, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**37) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da redução do volume, segundo o Corpo Técnico do CLA, e do sobrepreço de R\$ 24.321.693,53 decorrente do superdimensionamento e dos preços acima do mercado nos serviços de base e sub-base de brita graduada BC, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**38) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente aos serviços de base e sub-base de brita graduada BC que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**39) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição dos valores de referência dos serviços de base e sub-base de brita graduada BC, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**40) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da redução de quantidades, segundo o Corpo Técnico do CLA, e do sobrepreço de R\$ 848.776,92 nos serviços de aquisição de materiais asfálticos, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**41) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente aos serviços de aquisição de materiais asfálticos que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**42) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência dos serviços de aquisição de materiais asfálticos, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**43) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da redução de quantidades, segundo o Corpo Técnico do CLA, e do sobrepreço de R\$ 155.443,16 nos serviços de transporte de materiais asfáltico, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**44) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente aos serviços de transporte de materiais asfálticos que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**45) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição dos valores de referência dos serviços de transporte de materiais asfálticos, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**46) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de RS 282.891,65 no serviço de imprimação conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**47) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de imprimação que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**48) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência do serviço de imprimação, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**49) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da redução da quantidade, segundo o Corpo Técnico do CLA, e do sobrepreço de R\$ 2.628.810,94 no serviço de CBUQ-Binder, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**50) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de CBUQ-Binder que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**51) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência do serviço de CBUQ-Binder, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**52) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da redução da quantidade, segundo o corpo Técnico do CLA, e do sobrepreço de R\$ 2.337.878,10 no serviço de CBUQ-Capa de Rolamento, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**53) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de CBUQ-Capa de Rolamento que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**54) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência do serviço de CBUQ-Capa de Rolamento, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**55) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de RS 442.840,46 no serviço de instalação do condutor multiplexado em alumínio de 35 mm<sup>2</sup>, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**56) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de instalação de condutor multiplexado em alumínio de 35 mm<sup>2</sup> que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**57) Caso opte por revogar o Contrato n° 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência do serviço de *instalação de condutor multiplexado em alumínio de 35 mm<sup>2</sup>*, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei n° 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei n° 8.666/93. Pelo Ofício n° 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**58) Revisar o Contrato n° 16/2012 em razão do sobrepreço de RS 429.946,81 no serviço de *instalação do condutor de Alumínio NU ou CAZ até 1/0 ou de Cobre até 35 mm<sup>2</sup>*, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei n° 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei n° 8.666/93. Pelo Ofício n° 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**59) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de *instalação do condutor de Alumínio NU ou CAZ at 1/0 ou de Cobre até 35 mm<sup>2</sup>* que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**60) Caso opte por revogar o Contrato n° 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria na definição do valor de referência do serviço de *instalação do condutor de Alumínio NU ou CAZ até 1/0 ou de Cobre até 35 nun<sup>2</sup>*, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei n° 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei n° 8.666/93. Pelo Ofício n° 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**61) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de R\$ 61.600,20 no serviço de cabo de cobre isolamento anti-chama de 0,6/1KV 95 MM<sup>2</sup> (1 condutor), tp sintenax, pireli ou equivalente, conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**62) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de cabo de cobre isolamento anti-chama de 0,6/1KV 95 MM<sup>2</sup> (1 condutor), sintenax, pireli ou equivalente que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**63) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros obtidos pelo Corpo Técnico do CLA na definição do valor de referência do serviço de instalação do condutor de Alumínio NU ou CAZ até 1/0 ou de Cobre até 35 mm<sup>2</sup>, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no ANEXO 5.

**64) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão da redução do volume, segundo o Corpo Técnico do CLA, e do sobrepreço de R\$ 925.969,96 no serviço de concreto estrutural fck = 35 MPa, conforme apontado pela CGU na presente constatação;**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.



**65) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço de concreto estrutural fck = 35 MPa que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria e/ou em quantidade superior à necessária para execução do projeto revisado pelo Corpo Técnico do CLA.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**66) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário, na definição do valor de referência do serviço de concreto estrutural fck = 35 MPa ou mesmo em outro serviço que venha a empregar concreto com as mesmas características.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**67) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de RS 23.309,37 no serviço "concreto usinado bombeado fck = 30 MPa, inclusive" conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**68) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago a Contratada referente ao serviço "concreto usinado bombeado fck = 30 MPa, inclusive" que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material “bota-fora”, conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**69) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário, na definição do valor de referência do serviço "concreto usinado bombeado fck = 30 MPa, inclusive" ou mesmo em outro serviço que venha a empregar concreto com as mesmas características.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**70) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de R\$ 151.580,94 nos serviços "Fornecimento e Lançamento de Concreto 21 MPa" e "Execução de Base em Concreto fck 21,0 MPa para Assentamento de Meio Fio", conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**71) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente aos serviços "Fornecimento e Lançamento de Concreto 21 MPa" e/ou "Execução de Base em Concreto fck 21,0 MPa para Assentamento de Meio Fio" que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material "bota-fora", conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**72) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário, na definição dos valores de referência dos serviços "Fornecimento e Lançamento de Concreto 21 MPa" e "Execução de Base em Concreto fck 21,0 MPa para Assentamento de Meio Fio, ou mesmo em outro serviço que venha a empregar concreto com as mesmas características.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**73) Revisar o Contrato nº 16/2012 em razão do sobrepreço de RS 1.887,90 no serviço "Concreto usinado bombeado fck = 15 MPa, inclusive", conforme apontado pela CGU na presente constatação.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. No entanto, a AEB acatará todas as recomendações da CGU para não permitir que haja valores contratados divergentes dos praticados no mercado.

**74) Glosar, imediatamente, qualquer valor já pago à Contratada referente ao serviço "Concreto usinado bombeado fck = 15 MPa, inclusive" que esteja acima dos valores apontados por esta Controladoria.**

**Resposta:** A AEB não efetuou pagamento para esse serviço, o pagamento ocorreu apenas para os itens 1) Custo da Administração Local; 2) Instalação e Manutenção do Canteiro de Obras e Alojamento; e 12) Compactação de Material "bota-fora", conforme os valores determinados pela CGU no Relatório Final, pág. 282.

**75) Caso opte por revogar o Contrato nº 16/2012, por motivos de conveniência e oportunidade, adotar para a nova contratação os parâmetros definidos pela CGU neste ponto de auditoria, ou outros que tragam ainda uma maior economia ao erário, na definição do valor de referência do serviço "Concreto usinado bombeado fck = 15 MPa, inclusive", ou mesmo em outro serviço que venha a empregar concreto com as mesmas características.**

**Resposta:** Informamos que o contrato foi anulado em 31.7.2014, com base no art. 53 da Lei nº 9.784/99 c/c o § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93. Pelo Ofício nº 164/2014/DPOA, de 11.9.2014, a AEB encaminhou para a CGU cópia do respectivo termo de anulação. Contudo, a AEB determinou que a empresa AG Service, responsável pela elaboração do Projeto Executivo, que realizasse revisão no projeto para acatar e cotar o item corretamente conforme recomendado pela CGU. O novo valor cotado está indicado no **ANEXO 5**.

**76) Apurar as responsabilidades pela elaboração, recebimento e aprovação de projeto antieconômico e, portanto, em desacordo com o art. 6º, inciso IX, alínea f da Lei nº 8.666/93.**

**Resposta:** A AEB conduzirá uma investigação preliminar para verificar o cabimento da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar na forma do inciso I do art. 4º da Portaria nº 335, de 30 de maio de 2006, da Controladoria Geral da União – CGU.

Após a conclusão da investigação ou o resultado da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, a AEB enviará cópia do processo para essa CGU. Para tanto, solicitamos a compreensão da CGU nos concedendo um prazo de 120 (cento e vinte) dias para a condução do processo, tendo em vista o envolvimento de órgãos externos, inclusive, localizados em unidades da federação diferentes.

**77) No âmbito da referida apuração, computar os recursos a serem dispendidos pela Administração para realização de *uma* nova contratação em consequência de eventual rescisão do Contrato n° 16/2012.**

**Resposta:** Caso o Governo Federal decida pela retomada do Projeto do Cyclone-IV e a AEB entender em conjunto com o CLA, sobre a pertinência de um aeródromo nos moldes do atual projeto executivo, serão realizadas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG com a finalidade de obter orçamento para o referido projeto.

**78) Caso o programa Cyclone IV venha a sofrer atrasos em sua implementação por decorrência de eventual retardo na execução das obras no âmbito do Contrato n° 16/2012, avaliar a conveniência e a oportunidade de se instaurar, no futuro, novo procedimento para apuração das responsabilidades e cômputo dos eventuais prejuízos pela perda de tempestividade.**

**Resposta:** Conforme informado na Recomendação n° 8, o Projeto Cyclone-IV encontra-se paralisado por causa diversa da questão do aeródromo. Portanto, não se vislumbra no curto prazo, que a anulação do Contrato n° 16/2012, referente a obra do aeródromo, venha causar atrasos ou prejuízos nas obras do Cyclone-IV. Dessa forma, entendemos, s.m.j., que não há elementos para futura instauração de procedimento visando apuração de responsabilidade.